



# Relatório FINAL

*Integra*

Comitê Integrado  
para Cidadania  
e Paz nas Escolas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

# Integra

**Comitê Integrado  
para Cidadania  
e Paz nas Escolas**

## **DIREÇÃO-GERAL DOS TRABALHOS**

Presidente Alesc: Deputado Mauro de Nadal

1a. Secretária Alesc: Deputada Paulinha

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto: Deputada Luciane Carminatti

Presidente da Comissão de Segurança: Deputado Jessé Lopes

Ministério Público: Subprocurador de Assuntos Institucionais Paulo Antônio Locatelli

## **COORDENAÇÃO-GERAL**

Alexandre Lencina Fagundes: Diretor-Geral ALESC

Equipe de Apoio

Diego Souza Vieira: Diretor-Geral Adjunto

Dayan Gaultyer Schutz: Diretor de Comunicação Social

Adriana Back Koerich: Assessoria da Diretoria-Geral

## **COORDENAÇÃO DOS GRUPOS TEMÁTICOS**

Marinez Chiquetti Zambon: Assessora de Política Pública de Educação - Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina (FECAM)

Nikolas Stefanovich: Diretor de Comunicação - Associação Catarinense de Imprensa (ACI)

Regina Panceri: Gerente de Pesquisa e Extensão - Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil

# Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>07</b>
<b>2 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....</b>	<b>11</b>
2.1 AUDIÊNCIA PÚBLICA BLUMENAU.....	12
2.2 AUDIÊNCIA PÚBLICA JOINVILLE.....	12
2.3 AUDIÊNCIA PÚBLICA LAGES.....	13
2.4 AUDIÊNCIA PÚBLICA CHAPECÓ.....	13
2.5 AUDIÊNCIA PÚBLICA CRICIÚMA.....	14
2.6 AUDIÊNCIA PÚBLICA FLORIANÓPOLIS.....	15
<b>3 PLANO INTEGRADO PARA GESTÃO DA CIDADANIA E PAZ NAS ESCOLAS - PLIN.....</b>	<b>17</b>
3.1 INTRODUÇÃO.....	19
3.1.1 Objetivo Geral.....	20
3.2 FUNDAMENTOS E PRESSUPOSTOS.....	20
3.2.1 Medidas e Estratégias.....	22
3.2.2 Atuação Compartilhada.....	23
3.2.3 Sinais de Alerta.....	23
3.2.4 Principais Conclusões e Implicações.....	24
3.2.5 Competências Legais.....	24
3.3 MACRO ESTRATÉGIAS.....	27
3.3.1 Macroestratégia de Prevenção e Mitigação.....	27
3.3.1.1 Formação, Capacitação e Treinamento Permanente.....	29
3.3.1.2 Comunicação.....	30
3.3.1.3 Parcerias.....	32
3.3.1.4 Infraestrutura e Vulnerabilidades.....	33
3.3.1.5 Recomendações, Proposições Legais e Normativas.....	33
3.3.2 Macroestratégia de Preparação e Resposta.....	35
3.3.2.1 Plano de Contingência da Educação para Ameaça Grave à Vida em Unidades Educativas de Santa Catarina (PLANCON-EDU/AGRAVI-SC).....	36
3.3.2.2 Caderno de Apoio para implementação do PLANCON-EDU/AGRAVI-SC.....	36
3.3.2.3 Recomendações, Proposições Legais e Normativas.....	36
3.3.3. Macroestratégia de Recuperação.....	36
3.3.3.1 Recomendações, Proposições Legais e Normativas.....	37
3.3.4 Macroestratégia de Articulação Interinstitucional e Monitoramento Continuado.....	38
3.3.4.1 Recomendações, Proposições Legais e Normativas.....	39
3.3.5. Macroestratégia De Financiamento.....	39
3.3.5.1 Recomendações, Proposições Legais e Normativas.....	39
3.4 FLUXOGRAMA INTEGRADO.....	40
3.5 MATRIZES OPERACIONAIS DAS MACROESTRATÉGIAS.....	41
3.6 METAS POR ATORES.....	49
3.7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54
<b>4 MISSÕES NACIONAL E INTERNACIONAL.....</b>	<b>57</b>
4.1 MISSÃO NACIONAL ESTADO DE SÃO PAULO.....	57
4.1.1 Visita ao CICC.....	57
4.1.2 Visita ao COPOM.....	61
4.1.3 Visita a divisão de crimes cibernéticos.....	62

4.1.4 Visita à Secretaria de Estado da Educação de SP .....	63
4.1.5 Visita ao Batalhão da PMESP em Campinas.....	64
4.1.6 Principais Tópicos.....	65
4.1.6.1 Considerações gerais.....	65
4.1.6.2 Considerações para a Educação.....	66
4.1.6.3 Como analisar a segurança de uma escola?.....	67
4.1.6.4 Processo de formulação da política de segurança escolar.....	67
4.1.6.5 Ideias para a segurança pública (geral).....	67
4.1.6.6 Perfilamento do autor da agressão das escolas .....	68
4.1.6.7 O que a escola pode fazer para colaborar com o processo .....	68
4.1.6.8 Sugestões gerais .....	68
4.1.6.9 Sugestões: trazendo para a nossa realidade.....	69
4.2 MISSÃO INTERNACIONAL MEDELLÍN .....	69
4.2.1 Introdução.....	69
4.2.2 Programas, Políticas e Iniciativas .....	70
4.2.2.1 Plano Estratégico e Entornos protetores .....	70
4.2.2.2 Buen Comienzo .....	72
4.2.2.3 Escola Independência.....	74
4.2.2.4 Escola Cristo Rei – Cosmo School.....	77
4.2.2.5 Mova .....	78
4.2.2.6 Oasis Urbano .....	81
4.2.2.7 Escritório de Resiliência.....	82
4.2.2.8 Secretaria da Cultura Cidadã.....	83
4.2.3 Considerações Finais .....	84
4.3 MISSÃO INTERNACIONAL EUA .....	85
4.3.1 Visita à Escola John Hayden Johnson Middle School - Washington D.C. ....	86
4.3.2 Visita a Fairfax County Police Department (FCPD) - Washington D.C. ....	91
4.3.3 Visita à embaixada Brasileira nos Estados Unidos.....	96
4.3.4 Visita a Bibb County Public School System Police Department - Atlanta G.A. ....	98
4.3.5 Visita a Rutland High School .....	101
4.3.6 Visita a Monroe County Board of Education - Atlanta - G.A. ....	107
4.3.7 Visita a Atlanta Public Schools - Safety And Security - G.A. ....	112
4.3.8 Visita ao Fulton County Schools (Secretaria de Educação do Condado de Fulton).....	116
4.3.9 Visita a Heards Ferry Elementary School.....	118
<b>5 CONTRIBUIÇÕES EXTERNAS .....</b>	<b>123</b>
<b>6 PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS .....</b>	<b>127</b>
6.1 COMITÊ PERMANENTE DE COMBATE À VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS .....	127
6.2 OBSERVATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA SEGURANÇA ESCOLAR.....	127
6.3 PLANO DE CONTINGÊNCIA EDUCACIONAL PARA AMEAÇAS GRAVES À VIDA.....	128
6.4 SISTEMA EDUCACIONAL DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E GESTÃO PERMANENTE PARA AÇÕES DE COMBATE À VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS .....	128
6.5 FÓRUM DAS LICENCIATURAS EM SANTA CATARINA .....	128
6.6 CONVIVA .....	128
6.7 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DE CONVIVÊNCIA.....	129
6.8 PROGRAMA DO PROFESSOR.....	129
6.9 SECRETARIA ESPECIAL DE CIDADANIA E CULTURA DA PAZ.....	129
6.10 PROGRAMA “AGENTES DA PAZ” .....	129
6.11 INSTALAÇÃO DE C MERAS DE MONITORAMENTO NAS ESCOLAS .....	130
<b>7 CONCLUSÕES FINAIS.....</b>	<b>133</b>





# Integria

# 1. Introdução

O Estado de Santa Catarina, lamentavelmente, vem enfrentando nos últimos anos ataques às unidades escolares com inspiração em discursos de ódio, vingança, intolerância relacionada a xenofobia, discriminação ou preconceito de gênero, raça, cor, etnia, religião, a exemplo do que acontece em outros países e estados brasileiros. Em maio de 2021 o alvo foi uma creche no município de Saudades, no oeste do estado, que vitimou cinco pessoas, duas professoras e três alunos. Quase dois anos depois, em abril de 2023, a tragédia se repete em uma unidade de ensino na cidade de Blumenau, vitimando quatro crianças. E, nesse mesmo período, uma série de ações policiais conseguiram evitar que novas chacinas acontecessem.

Como resposta à dor instalada em todos os corações catarinenses, os quarenta parlamentares estaduais, sem exceção, trouxeram à Alesc num primeiro momento uma chuva de proposições, cada uma delas com o intento de minorar a angústia social à qual estávamos submetidos. Ideias que, mesmo muito bem vindas, não nos levavam para um caminho assertivo, vez que traziam soluções aos pedaços e sem a devida profundidade análise técnica. Foi então que o Presidente Mauro de Nadal tomou a decisão de reunir o colegiado parlamentar estadual e propôs a criação de um modelo inovador: um grupo de estudos mais amplo, que pudesse abarcar, além dos deputados estaduais, toda a inteligência catarinense em um único esforço: a identificação de medidas realmente eficazes para essa crise de segurança e confiança institucional. Numa das mais dignas passagens do Parlamento estadual, onde todas as bandeiras ideológicas e diferenças pessoais foram afastadas, e com a aprovação unânime dos deputados, no dia 3 de maio de 2023 o Presidente Mauro, por meio do Ato da Mesa nº 647, instituiu o Comitê de Operações

Integradas de Segurança Escolar – COMSEG, cuja denominação foi posteriormente alterada para Comitê de Ações Integradas para Cidadania e Paz nas Escolas – INTEGRA.

Com a participação de representantes de mais de 30 órgãos e entidades do estado, o INTEGRA Escolar objetivou apresentar um plano estratégico de ações para a criação de um grande programa de segurança escolar, em princípio denominado Escola Mais Segura, investigando as causas que nos colocaram nesse abismo social pelas mais diversas perspectivas, e propondo soluções mais abrangentes para curto, médio e longo prazos.

A sistemática de ação do INTEGRA foi delineada com a criação dos níveis de governança técnico, estratégico e decisório, de modo a facilitar o fluxo de informações e permitir a integração destes diversos atores, com as mais variadas formações, vivências e experiências. Assim, foram estabelecidos:

a) Grupo de Trabalho INTEGRA: mesa condutora do Comitê e estrutura de nível decisório, composta pelo Presidente da ALESC Deputado Mauro de Nadal, Deputada Paulinha, Deputada Luciane Carminatti, Deputado Jessé Lopes, e Subprocurador de Assuntos Institucionais Paulo Antônio Locatelli;

b) Coordenadores dos Grupos Temáticos, que juntamente com a Diretoria-Geral da ALESC formou o nível estratégico, de modo a permitir a ligação entre as discussões do nível técnico ao nível decisório;

c) Grupos Temáticos (GT): estruturas de nível técnico para estudos, pesquisas, debates e reflexões, divididas pelos seguintes temas:

- **GRUPO TEMÁTICO I:** Infraestrutura Física e Humana: Pensar a estrutura física e humana das unidades de ensino, com o objetivo de melhorar layout, propor a capacitação da comunidade envolvida, a criação e contratação de equipes multiprofissionais de apoio e buscar formas de financiamento dessas ações;

- **GRUPO TEMÁTICO II:** Criar normas, manuais, programas, e sugerir parcerias com o objetivo de fortalecer os procedimentos de segurança nas escolas, com o auxílio de ferramentas de inteligência. E ainda fomentar a integração da comunidade no tratamento da questão da violência escolar, suas causas e efeitos sistêmicos;

- **GRUPO TEMÁTICO III:** Promover e divulgar ações e parcerias que estimulem a participação de toda a sociedade, das famílias, estudantes e profissionais de educação, com o auxílio da imprensa e de campanhas publicitárias, com o intuito de fomentar a erradicação da violência escolar.

d) Realização de dois (2) workshops para apresentação conjunta das sugestões e proposições de cada GT possibilitando unir as propostas semelhantes, identificar aspectos ainda não vistos e estabelecer encontros coletivos após a realização do 2º workshop;

e) Realização de 6 audiências públicas, uma em cada macrorregião do estado de Santa Catarina: Blumenau, Joinville, Lages, Chapecó, Criciúma e Florianópolis, sendo que as sugestões e proposições advindas desses encontros foram analisadas e integradas ao documento;



f) Abertura de um canal virtual para recepção de sugestões da sociedade em geral;

g) Realização de uma missão nacional à cidade de São Paulo, a fim de compreender estudos científicos e ações fáticas já implementadas para o fim da violência escolar, já que São Paulo foi o primeiro estado brasileiro a sofrer ataques dessa natureza, e a partir daí compreender com mais profundidade as razões motivadoras desse ciclo de violência;

h) Realização de uma missão internacional na cidade de Medellín, Colômbia, com o objetivo de conhecer o caminho percorrido de superação que transformou a cidade mais violenta do mundo em um dos lugares com melhor resultado na educação mundial, após 30 anos, a fim de buscar modelos aplicáveis para a nossa realidade.

Dessa forma, este Relatório Final apresenta a compilação de todo o material resultante de um trabalho sistemático, integrado e validado pelos representantes dos órgãos envolvidos, em uma ação de interesse público relevante, que visa construir uma política pública efetiva para a erradicação da violência escolar no estado de Santa Catarina, bem como estancar essa ferida exposta aberta em nosso seio social.



Integrar

## 2. Audiências Públicas

Com o propósito de assegurar a participação popular neste trabalho, o Comitê de Ações Integradas para Cidadania e Paz nas Escolas realizou audiências públicas, ouvindo as demandas da sociedade presente nos eventos, em especial dos atores envolvidos com a comunidade escolar e a segurança pública das regiões do Estado de Santa Catarina. Temas como a política de recursos humanos, mudanças estruturais nas unidades escolares e atuação das forças de segurança dentro do ambiente escolar foram bastante citados. Os eventos foram organizados pela Assembleia Legislativa e aconteceram nas cidades de Blumenau, Joinville, Lages, Chapecó, Criciúma e Florianópolis.

Abaixo, apresentamos em tópicos as sugestões recebidas. A metodologia utilizada para a obtenção das mesmas foi a escuta ativa dentro do evento e o estudo das atas taquigráficas produzidas nos encontros.

Reforça-se que ao apontar os achados, não se faz qualquer valoração quanto ao sugerido, seja ela positiva ou negativa. O objetivo do relatório é apresentar os dados para que o corpo técnico do comitê possa considerá-los na elaboração do relatório final dos grupos de trabalho que laboram internamente no INTEGRA.

## 2.1 AUDIÊNCIA PÚBLICA BLUMENAU

Na audiência realizada na cidade de Blumenau, entre as principais sugestões temos:

1 - Botão do pânico digital dentro do aplicativo da PMSC. A proposta surge com o objetivo de aumentar a sensação de segurança dos alunos e trabalhadores da educação;

2 - Várias falas abordam a questão estrutural das unidades escolares, sugerindo a ampliação dos muros e implementação de concertinas. Foi levantada também a necessidade de elaboração de um guia técnico com um modelo do que seria a estrutura ideal de uma escola segura;

3 - A função social do ambiente escolar, com o desenvolvimento de políticas públicas que estimulem a convivência e a participação popular também foram tema de destaque entre as sugestões elaboradas;

4 - A montagem de um Plano de Contingência e o treinamento nas escolas dos alunos e professores para enfrentar situações de risco;

5 - A promoção dos Direitos Humanos nas unidades escolas com a parceria de instituições como a Defensoria Pública;

6 - Mudanças no Código Penal para tipificar a incitação e a apologia ao crime em área educacional, para permitir a ação do Ministério Público ainda na esfera da cogitação da ação delitiva;

7 - Desenvolvimento da área da saúde mental nas unidades escolares com a contratação de psicólogos e assistentes sociais para atuarem nesses ambientes.

## 2.2 AUDIÊNCIA PÚBLICA JOINVILLE

Assim como nas outras audiências, muitas das sugestões foram rerepresentadas. Entre as principais contribuições podemos destacar:

1 - Foi reforçada a questão da presença ativa de psicólogos e assistentes sociais dentro das unidades escolares, com o objetivo de evitar que situações de *Bullying* e outros tipos de violências que potencialmente poderão gerar episódios de violência escolar no futuro;

2 - A realização de palestras por integrantes das guardas municipais;

3 - A intensificação das rondas e vigilância física nas escolas;

4 - Aprimoramento dos conselhos escolares e fomento à participação das famílias nas escolas;

5 - Criação de atividades de extensão nas universidades com o apoio de estudantes do programa Universidade Gratuita da área de psicologia e assistência social, para que desenvolvam suas atividades voluntárias nos ambientes de ensino;

6 - Criação de um sistema de comunicação por rádio dos policiais do CTISP contratados para atuarem nas escolas com os professores, para permitir uma pronta resposta a qualquer situação interna;

7- Combate ao *Bullying*, racismo, machismo, e à LGBTFobia;

## 2.3 AUDIÊNCIA PÚBLICA LAGES

Na serra catarinense o INTEGRA colheu as seguintes sugestões:

- 1 - Aumento do policiamento nas escolas por meio da intensificação das rondas escolares; visita preventiva de policiais para verificação das vulnerabilidades (com encaminhamento do laudo para a Secretaria de Educação);
- 2 - Revisão periódica do funcionamento de trancas, cadeados, campainhas e alarmes das escolas, bem como de linhas telefônicas e contatos telefônicos internos e externos com Bombeiros e Polícia;
- 3 - Promoção de treinamentos e informações para profissionais sobre como proceder em casos de emergência;
- 4 - Ações para minimizar os conflitos que acontecem dentro da escola, entre estudantes;
- 5 - Círculos de reflexão com os alunos no intuito de escutar seus problemas;
- 6 - Melhoria da coordenação com Bombeiros e Polícia sobre acesso e segurança;
- 7 - Ampliação do Proerd para grupos de maior idade, ou seja, a criação do Pós-Proerd;
- 8 - Uniformização de profissionais e alunos para identificação nas escolas, aumentando o sentimento de pertencimento e exclusão de pessoas estranhas;
- 9 - Aumento da presença de profissionais de psicologia nas escolas, para que atuem de forma preventiva com profissionais, alunos, pais e comunidade;
- 10 - Posicionamento contra projetos de leis isolados que versem sobre o tema, já que nenhuma política pensada isoladamente será efetiva;
- 11 - Posicionamento contra indicação de segurança armada, de câmeras dentro das salas de aula e atribuição às APPs de serem agentes de segurança dentro das unidades;
- 12 - Inclusão da saúde mental no currículo escolar;
- 13 - Realização de concurso público para contratação de profissionais qualificados;
- 14 - Valorização dos profissionais para que a taxa de rotatividade diminua e assim, possibilite a criação de vínculos com os estudantes.

## 2.4 AUDIÊNCIA PÚBLICA CHAPECÓ

A audiência no Oeste do Estado apresentou as seguintes contribuições:

- 1 - Implementação da Lei 13.935, que obriga a constituição de equipes multiprofissionais de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de Educação Básica de todo o País;
- 2 - Cuidados com a saúde mental dos profissionais da educação;
- 3 - Valorização salarial dos profissionais da educação;



- 4 - Elaboração de um plano de ação que ensine as crianças a reagir em caso de ataques;
- 5 - Criação de um botão de pânico a ser disponibilizado aos professores similar ao desenvolvido para as mulheres em situação de proteção contra a violência doméstica;
- 6 - Criação de projetos contra o *Bullying*, contra o racismo, contra o machismo, contra a LGBTfobia;
- 7 - Debates sobre o papel da imprensa na divulgação desses ataques e sensibilizar os meios de comunicação para o cuidado em se falar sobre o tema, com o objetivo de evitar o efeito *copycat* (imitação);
- 8 - Implementação de ações de mediação de conflitos e justiça restaurativa dentro das escolas;
- 9 - Sensibilização dos pais para que monitorem o que os filhos estão fazendo na internet.

## 2.5 AUDIÊNCIA PÚBLICA CRICIÚMA

A audiência foi marcada pela forte presença de estudantes, visto que realizada nas dependências da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Entre as sugestões apresentadas destaca-se:

- 1 - Criação de um programa para acolher a comunidade escolar com atendimento psicológico, diálogos acolhedores, grupos psicoterápicos;
- 2 - Retirada dos Policiais Militares das Escolas;
- 3 - Criação de programas de combate ao *Bullying*;
- 4 - Melhoria na remuneração dos profissionais de educação e cuidados com a carga horária dos profissionais evitando a sobrecarga;
- 5 - Criação de um padrão estrutural para as unidades escolares;
- 6 - Atenção psicológica dentro das escolas de forma também individualizada;
- 7 - Contratação de psicólogos e assistentes sociais para todas as unidades escolares, e também a implementação de um grupo de psicólogos para atender a rede de ensino. Esse grupo seria responsável por tratar os casos mais graves;
- 8 - Investimentos em segurança com a colocação de PMs e uma estrutura mínima de segurança com grades e muros;
- 9 - Atenção aos estudantes e acompanhamento das organizações internas dos alunos no ambiente escolar;
- 10 - Criação de mais canais de denúncia para os alunos, visto que as principais informações sobre prováveis futuros ataques viriam dos próprios estudantes;
- 11 - Implementação de um comitê local para debater a questão da violência e reunir no âmbito do município os principais atores da questão.

## 2.6 AUDIÊNCIA PÚBLICA FLORIANÓPOLIS

A audiência na Capital Catarinense foi realizada no auditório da Assembleia Legislativa. Muitas das sugestões já expressas em outras cidades foram reapresentadas na capital:

- 1 - Retirada dos Militares das Escolas;
- 2 - Combate ao racismo, machismo e homofobia;
- 3 - Valorização dos professores e demais profissionais da educação;
- 4 - Contratação de Psicólogos e Assistentes Sociais para atuarem escolas;
- 5 - Manutenção do INTEGRA como fórum permanente e realização de audiências públicas periódicas para acompanhamento das discussões e implementação das melhorias;
- 6 - Investimentos em segurança nas unidades escolares;
- 7 - Atenção e foco nas condições de trabalho e de saúde mental dos profissionais de educação;
- 8 - Defesa das armas de fogo dentro das escolas;
- 9 - Investimento em infraestrutura mínima nas escolas.



Integron

# 3. Produtos elaborados pelo INTEGRÁ

## PLANO INTEGRADO PARA GESTÃO DA CIDADANIA E PAZ NAS ESCOLAS – PLIN

### AUTORES

Coordenação dos Grupos de Trabalho

#### GT1 - INFRAESTRUTURA

**Coordenação:** Marinez Chiquetti Zambon - Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina - FECAM

#### GT2 - NORMATIVAS E PROTOCOLOS

**Coordenação:** Regina Panceri - Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil

#### GT3 - COMUNICAÇÃO

**Coordenação:** Nikolas Stefanovich - Associação Catarinense de Imprensa - ACI

## Membros Técnicos

Alawara Beatriz Dos Santos- União Brasileira de Estudantes Secundaristas

Ana Carolina Colombo - Secretaria de Estado da Educação

Ana Paula Guilherme - Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

Ana Soraia Haddad Biasi - Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Antonia Benedita Teixeira - Escola Socioemocional Socionômica

Brigitte Remor de Souza May - Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Claudio Lange Moreira - Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina

Cláudio Pedro Vitorino - Conselho Regional de Psicologia Santa Catarina - 12ª Região

Danielly Samara Besen - Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Danúbia Rocha Vieira - Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Daphne de Castro Fayad - Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Edelvan Jesus - Tribunal de Contas do Estado

Eder Cristiano Viana - Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Elton Gandin - Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina

Elisônia Carin Renk - Conselho Regional de Serviço Social

Felipe Gelain - Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

Felipe Sommer - Polícia Militar de Santa Catarina

Frederick Rambusch - Polícia Militar de Santa Catarina

Gabriela Falk Bortolini - Polícia Militar de Santa Catarina

Gustavo Madeira da Silveira - Polícia Civil de Santa Catarina

Júlia Siqueira da Rocha - Instituto Padre Vilson Groh

Leandro Luiz de Oliveira - Universidade Federal de Santa Catarina

Leonardo Rincon Stankiewicz Baccin - Polícia Militar do Estado de Santa Catarina

Marcelo Brito de Araújo - Ministério Público de Santa Catarina

Marcelo Sampaio Nogueira – Polícia Civil de Santa Catarina

Marina Citatin Arruda - Conselho Regional de Psicologia Santa Catarina - 12ª Região

Maximiliano Mazera - Tribunal de Contas do Estado

Olires Marcondes do Espírito Santo - Secretaria de Estado da Educação

Osmar dos Santos - Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina

Paulo Douglas Tefili Filho - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina



Polliana Müller Giacomini - Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

Rodrigo Nery e Costa - Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil

Rossano Paulo Scandolaro Junior - Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina

Simone Soares Silva - Universidade do Estado de Santa Catarina

Shéli Bagio - Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Vânia Maria Machado - Sindicato dos Psicólogos de Santa Catarina

Vinicius Luca Filho - Instituto Federal de Santa Catarina

Wilsony Gonçalves - Assessoria Gabinete Deputada Luciane Carminatti

### **Sistematização e análise das matrizes operacionais**

Rodrigo Nery e Costa - Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil

## **3.1 INTRODUÇÃO**

O conjunto de ações entendidas como importantes a serem implementadas, além de proposições e recomendações de criação de leis, normas, protocolos e outras atividades são apresentadas neste documento intitulado PLANO INTEGRADO PARA GESTÃO DA CIDADANIA E PAZ NAS ESCOLAS - PLIN.

Importante salientar que este PLANO INTEGRADO PARA GESTÃO DA CIDADANIA E PAZ NAS ESCOLAS inclui todas as unidades educativas do sistema de ensino de Santa Catarina, considerando todos os níveis e modalidades educativas, no sentido de estabelecer uma política pública de segurança escolar ampla, uma vez que identificou-se que, embora Santa Catarina tenha uma Política Estadual de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola desde 2011, esta política abrange somente as escolas estaduais, o que se constitui uma vulnerabilidade.

Como resposta imediata aos ataques, o parlamento e o governo estadual criaram um novo programa chamado CETISP - Escola Mais Segura, que permite a adesão de profissionais da reserva para a prestação de serviço nas escolas. Tal medida promoveu a inclusão de policiais armados nas unidades de ensino estadual, não alcançando até o momento cobertura integral. Embora tenha também a permissão para atuação em escolas municipais, policiais ainda não foram disponibilizados para os municípios. De outra sorte, o programa tampouco prevê a adesão de escolas particulares, o que lhe coloca como uma medida relevante de proteção, mas não universal.

Tais medidas, embora necessárias e importantes, são insuficientes para uma escola segura de fato, pois para isso, implica no estabelecimento de práticas educacionais preventivas, protetivas, além de implementar ações de autoproteção, preparação, respostas a possíveis ameaças graves à vida e de reabilitação.

É necessário estabelecer a articulação intersetorial entre diferentes políticas públicas, protocolos, fluxos de atendimento integrado, monitoramento contínuo e de financiamento, para que

tais ações possam ser implementadas, de modo a fortalecer a cultura de paz e a resposta organizada em possíveis ocorrências de ataques violentos nas unidades educativas.

O PLIN está organizado em cinco macroestratégias, sendo:

- I. Prevenção e Mitigação, subdividida em 6 categorias: Formação, Capacitação e Treinamento Permanente, Comunicação, Parcerias, Infra Estrutura e Vulnerabilidades;
- II. Preparação e Resposta;
- III. Recuperação;
- IV. Articulação Interinstitucional e Monitoramento Continuado, e
- V. Financiamento.

Em cada macroestratégia consta: Objetivo, Justificativa, Ações realizadas e em andamento, Ações a serem implementadas, Recomendações, Proposições Legais e Normativas e uma Matriz Operacional com pré-estratégias de ação sugeridas.

Salienta-se que este documento foi elaborado de forma participativa, democrática, respeitosa, comprometida e séria, por pessoas altamente qualificadas em suas áreas de atuação, que dedicaram seu tempo (em torno de 100 horas, somando-se os encontros semanais, reuniões com subgrupos, estudos, pesquisas e contatos) e seu talento, em prol de uma política pública de segurança escolar ampla, integrada e coordenada que possa abranger todas as unidades educativas de Santa Catarina. De acordo com o Portal da Educação Institucional da Secretaria de Estado da Educação, Santa Catarina conta com 4.533 escolas municipais, 1.300 escolas estaduais, 45 escolas federais e 1.669 escolas privadas, totalizando 7.547 unidades educativas (Secretaria de Estado da Educação, 2023).

Sem dúvida, um esforço que precisa ser considerado, uma vez que se procurou atender ao que foi solicitado pela sociedade catarinense: ações exequíveis, de continuidade, implementadas a curto, médio e longo prazo, à altura de Santa Catarina, e que, sobretudo, a Educação seja a protagonista e a agência líder do processo.

### **3.1.1 Objetivo Geral**

Produzir o PLANO INTEGRADO PARA GESTÃO DA CIDADANIA E PAZ NAS ESCOLAS no que tange a programas, protocolos e normas para o aprimoramento da Política de Segurança em todas as unidades educativas de Santa Catarina, nos seguintes eixos: Prevenção e Mitigação, Preparação e Resposta, Recuperação, Articulação Interinstitucional e Monitoramento Continuado e Financiamento.

## **3.2 FUNDAMENTOS E PRESSUPOSTOS**

Os fundamentos que dão suporte teórico às ações propostas são advindas de estudos, pesquisas e práticas disseminadas por agências internacionais reconhecidas, como: a Oficina das

Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres (UNIDRR), o Departamento Federal de Investigação dos Estados Unidos, ou na sua denominação original: Federal Bureau of Investigation (FBI), a Agência Federal de Gestão de Emergências dos EUA, ou Federal Emergency Management Agency (FEMA), a Associação Nacional de Proteção Contra Incêndios dos EUA, ou National Fire Protection Association (NFPA) e o Centro Nacional de Avaliação de Ameaças do Serviço Secreto dos EUA (NTAC), bem como proposições de agências e organizações nacionais como o Ministério da Educação (MEC), que produziu materiais e recomendações no âmbito da educação como a Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola já em andamento no Estado de SC, voltada para as escolas estaduais.

Some-se a isso as experiências das agências de resposta a eventos adversos e desastres como a Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), a Polícia Civil de Santa Catarina (PCSC), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina (CBMSC), a Defesa Civil de Santa Catarina (DCSC), bem como outras experiências bem sucedidas desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), entre outras. Incluem-se nas conclusões do presente documento as investigações obtidas nas missões de São Paulo e Medellín, bem como as inúmeras sugestões da sociedade recebidas nos canais de comunicação da Alesc e nas audiências públicas.

Procurou-se estabelecer uma correlação entre os aspectos comuns dos documentos estudados e analisados de modo a pautar a presente proposta. Assim destaca-se:

- 1) A escola é um local de sociabilidade e convivência entre diferentes. Em seu espaço, circulam e relacionam-se estudantes, funcionários, professores, membros da direção, pais, familiares e responsáveis, e ainda moradores dos bairros do entorno, de origem social, econômica, cultural e faixa etária distintas, o que pode ocasionar o surgimento de antagonismos que, transformados em conflitos, podem ou não assumir formas violentas.
- 2) A violência nas escolas está associada a múltiplos fatores, tanto internos (sistema de normas e regras, quebra dos pactos de convivência, desrespeito entre funcionários e alunos e vice-versa, ausência de um ensino mais qualificado, carência de recursos) como externos ( desigualdade social, discriminação ou preconceito de gênero, raça, cor, etnia, religião, e cooptação por grupos extremistas que promovem e disseminam discursos de ódio, vingança, intolerância relacionada a xenofobia, dentre outros). Por isso, as alternativas à violência instaurada nas escolas devem envolver diversas estratégias e os mais distintos atores responsáveis.
- 3) De maneira geral, o entendimento do problema da violência nas escolas – e as medidas propostas para enfrentá-lo – costuma se circunscrever aos casos de violência física e delituosa, como furtos, uso de drogas e porte de armas, sem considerar todas as outras dimensões da violência que acontecem no ambiente escolar e têm relação direta com os casos mais graves. Outras situações, como a criação de normas e regras, as relações sociais estabelecidas entre os atores (aluno-aluno, aluno-família, aluno-professor, professor-professor, professor-direção, professor-família) e destes com o espaço, também interferem no cotidiano escolar e devem ser repensadas.

4) As respostas aos problemas não devem se basear apenas em estratégias reativas e repressivas, como o fechamento da escola, a instalação de câmeras, detectores de metais e outros mecanismos de vigilância e controle, além da solicitação da presença policial. Tais medidas raramente se mostram eficazes para evitar a ocorrência de novos delitos, e não promovem mudanças na forma como as relações estão estabelecidas no espaço escolar, gerando mais conflitos violentos e chocando-se com a concepção da escola: um espaço de todos, da democracia, da diversidade, do acolhimento e da convivência respeitosa.

5) Necessidade da construção de uma cultura de paz e cidadania, e de valores que estimulem a convivência pacífica e democrática na escola e fora dela.

6) Garantir ambientes seguros para crianças de educação infantil em creches e pré-escolas, estudantes do ensino fundamental, médio, superior, educadores, administradores e outros. É essencial o envolvimento de vários componentes, como também segurança física, gerenciamento de emergência e esforços de prevenção.

7) Desenvolvimento de clima escolar positivo, construído sob uma cultura de segurança, respeito, confiança e apoio social e emocional.

### 3.2.1 Medidas e Estratégias

1) Estabelecimento de um **plano de prevenção da violência**, que inclui:

a) formação de equipes multidisciplinares;

b) estabelecimento de mecanismos centrais de denúncia;

c) diagnóstico dos tipos mais frequentes de violência escolar: agressão, brigas, xingamentos, ameaças, *Bullying*, depredações, etc;

d) identificação de comportamentos preocupantes, tais como: declínio acentuado no desempenho, aumento do absenteísmo, afastamento ou isolamento, mudanças repentinas ou dramáticas no comportamento ou aparência, uso de drogas ou álcool, sintomas depressivos, *Bullying*, cortes ou automutilação, declarações ameaçadoras, (pessoalmente, online ou em mensagens de texto), entregar tarefas com declarações ou conteúdos incomuns e/ou bizarros;

e) identificação de comportamentos **inaceitáveis** (ameaçar ou praticar violência, trazer uma arma para a escola, intimidar ou assediar outras pessoas);

f) definição do limite para intervenção policial (ameaças de violência e ataques planejados a escola);

g) promoção de climas escolares seguros;

h) treinamento para as partes interessadas, incluindo toda a comunidade escolar (alunos, funcionários, familiares, etc);

i) repensar a estética dos ambientes escolares, melhorando os espaços de convivência;

- j) estabelecer procedimentos de avaliação da sensação de segurança, e
  - k) produzir materiais que tratem da prevenção da violência tanto em sala de aula quanto em veículos de comunicação interna (como rádios, jornais ou blogs).
- 2) Desenvolver e implementar **planos e procedimentos de resposta** a emergências (plano de contingência) que contemple as seguintes ações:
- a) identificação de cenários e estratégias de gerenciamento de risco;
  - b) diagnóstico do território;
  - c) fornecimento de treinamento a todas as partes envolvidas.

### 3.2.2 Atuação Compartilhada

- 1) No âmbito interno das unidades educativas: professores, trabalhadores, estudantes e pais sintam-se co-responsáveis;
- 2) Estabelecer parcerias para que seja realizado um trabalho em rede (órgãos da justiça, assistência social, saúde, segurança pública, defesa civil e instituições da sociedade civil);
- 3) Fazer mediação pedagógica, incentivando a comunicação entre professores e alunos, intervindo em conflitos para evitar provocações, *Bullying* e outros comportamentos, utilizar metodologias de olhar, de escuta, de acolhimento e de diálogo promovendo um ambiente de afetividade e de confiança;
- 4) Estimular a criação de grêmios e/ou entidades estudantis para a mediação de conflitos, situando-se como multiplicadores, encorajados a alcançar colegas que possam estar sozinhos ou isolados e capacitados a intervir com segurança quando testemunharem fofocas, provocações e *Bullying*, bem como compartilhar suas preocupações com os adultos, sem sentir vergonha ou enfrentar o estigma de serem rotulados de “delatores”;
- 5) Gestores com mais autonomia e capacitação para tomar medidas para desenvolver e manter climas escolares seguros.

### 3.2.3 Sinais de Alerta

- 1) Histórico de indisciplina escolar e contato com a aplicação da lei.
- 2) *Bullying*, problemas de saúde mental, envolvendo depressão e tendências suicidas.
- 3) Reclamação com colegas de classe.
- 4) Uso de drogas ilícitas ou álcool.
- 5) Experiências adversas na infância, incluindo abuso de substâncias, violência ou abuso, encarceramento dos pais ou problemas de saúde mental dos pais.
- 6) Interesse em tópicos violentos e por conteúdos e manifestações de misoginia, racismo, capacitismo, entre outras manifestações que demonstram conteúdo preconceituoso.
- 7) Excesso de uso de redes sociais e interesse pelo mundo virtual.



### 3.2.4 Principais Conclusões e Implicações

- 1) A violência escolar direcionada pode ser evitada quando as comunidades identificam sinais de alerta e intervêm.
- 2) As escolas devem tentar intervir com os alunos antes que seu comportamento justifique as consequências legais.
- 3) Os alunos estão em melhor posição para identificar e relatar os comportamentos exibidos por seus colegas de classe.
- 4) Os alunos foram mais frequentemente motivados a planejar um ataque à escola por causa de uma reclamação com colegas de classe.
- 5) O papel dos pais e famílias no reconhecimento do comportamento é fundamental para a prevenção.
- 6) A remoção de um aluno da escola não elimina o risco que ele pode representar para si ou para os outros.
- 7) Os alunos que demonstram interesse em tópicos violentos ou cheios de ódio devem obter avaliação imediata e intervenção.
- 8) Muitos planos de ataque a escolas foram associados a determinadas datas, principalmente no mês de abril.
- 9) Muitos dos estudantes conspiradores tiveram acesso a armas, incluindo acesso desimpedido a armas de fogo.

Não há perfil de aluno agressor, nem há perfil do tipo de escola visada. Todos têm um papel na prevenção da violência escolar e na criação de climas escolares seguros, bem como na preparação, na resposta e na recuperação, porque a segurança escolar é responsabilidade de todos.

### 3.2.5 Competências Legais

- LEI COMPLEMENTAR Nº 826, de 20 de abril de 2023.

Institui o Programa Escola Mais Segura e estabelece outras providências.

- ATO DA MESA Nº 647, de 3 de maio de 2023.

Institui o Comitê de Operações Integradas de Segurança Escolar (COMSEG Escolar) – posteriormente renomeado para Comitê de Ações Integradas para Cidadania e Paz nas Escolas (INTEGRA).

- DECRETO Nº 143, de 17 de maio de 2023.

Regulamenta a Lei Complementar nº 826, de 2023, que instituiu o Programa Escola Mais Segura.

- LEI Nº 18.626, de 26 de janeiro de 2023.

Estabelece a promoção de ações que visem à valorização de mulheres e meninas e à prevenção e combate à violência contra as mulheres.

- LEI Nº 18.337, de 6 de janeiro de 2022.

Dispõe sobre o Programa Time da Defesa, de ação interdisciplinar, com o objetivo de prevenir e refutar qualquer tipo de violência escolar e doméstica, abuso sexual e o uso de drogas nas escolas estaduais da rede pública e adota outras providências.

- LEI Nº 13.663, de 14 de maio de 2018.

Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.

- LEI Nº 14.651, de 12 de janeiro de 2009.

Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa de Combate ao *Bullying*, de ação interdisciplinar e de participação comunitária nas escolas públicas e privadas do Estado de Santa Catarina

- LEI Nº 13431/2017 E A RESOLUÇÃO CONANDA Nº 235 DE 2023.

Estabelecem e organizam o sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência, reforçando o trabalho intersetorial permanente por meio da criação obrigatória dos comitês municipais e estaduais.

- LEI Nº 13.260 de 16 de março de 2016.

Alterou disposições anteriores e regulamentou o crime de terrorismo, disciplinando questões investigatórias, processuais e reformulou o conceito de organização terrorista.

*Art. 2º* O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública.

- LEI Nº 13.185 de 06 de novembro de 2015.

Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*)

- LEI Nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.

Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

- LEI Nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988.
- LEI Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- LEI FEDERAL Nº. 7.716, de 5 de janeiro de 1989.

Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.
- LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- LEI Nº 13.819, de 26 de abril de 2019.

Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.
- LEI DECRETO Nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018.

Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.
- LEI Nº 18.354, de 17 de março de 2022.

Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social na rede pública estadual de educação básica.
- LEI Nº 12.608, de 12 de abril de 2012.

Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.
- DECRETO Nº 1382, de 24 julho de 2021  

Institui o Programa Defesa Civil na Escola (PDCE) nas escolas das redes pública e privada de ensino, em todo território catarinense, e estabelece outras providências.
- RESOLUÇÃO N. 225, de 31 de maio de 2016 do CNJ.

Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.
- DECRETO N. 6.286, de 5 de dezembro de 2007.

Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências.
- LEI 12.965, de 13 de abril de 2014.

Estabelece os princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

- DECRETO-LEI n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940.  
Código Penal.
- CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA de 1989.
- LEI Nº 1.794, de 14 de dezembro de 2015.  
Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2024 e estabelece outras providências.
- DECRETO PRESIDENCIAL n. 7.037, de 21 de dezembro de 2009.  
Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências.
- Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH).
- Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Resolução n. 217A, da III da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948.
- LEI Nº 14.643 de 02 de agosto de 2023  
Autoriza o Poder Executivo a implantar, em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (SNAVE).

### 3.3 MACROESTRATÉGIAS

#### 3.3.1 Macroestratégia de Prevenção e Mitigação

- **Objetivo:** Desenvolver e organizar ações de prevenção e mitigação das violências em contextos escolares no território catarinense, incluindo a definição de responsáveis e recomendações legais/normativas.

- **Justificativa:** As ações de prevenção expressam quaisquer medidas que tenham a intenção de evitar por completo as consequências (danos e benefícios) de uma ameaça e/ou desastre. São ações desenvolvidas antes que o risco esteja instalado. As ações de mitigação expressam quaisquer intervenções humanas intencionais, para limitar ou diminuir os eventos adversos das ameaças/perigos até valores aceitáveis, tendo em vista ser muito difícil eliminá-los totalmente. São ações desenvolvidas a partir do risco instalado.

- **Ações realizadas e em andamento:**

- Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola (SED);
- NEPRES - Núcleo de Educação e Prevenção às Violências na Escola/NEPRE no âmbito das escolas estaduais (SED);
- Serviços de Assistência Integrada à Saúde Universitária (Udesc);
- Guia Orientativo para as Universidades (ACAFE);

#### **- Programas Educativos tais como:**

- Bombeiro Mirim, Bombeiro Juvenil e Projeto Golfinho (CBMSC);
- Minha Voz Tem Vez, integrado por 2 vertentes: programa “Proteja uma Criança” e o “Conhecer Para se Proteger (PCSC e a Coordenadoria das Delegacias de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso);
- PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, Rede de Segurança Escolar, Consultoria Preventiva Escolar (PMSC);
- PDCE - Programa Defesa Civil na Escola (DCSC);
- PSE - Programa Saúde na Escola (SES);
- Projeto Paz (IVG);
- Projeto Justiça Restaurativa;
- Programa Cidadão Digital (SED e Saferne);
- Projetos de Extensão Universitária (Udesc);

#### **- Cursos Ofertados a Comunidade:**

- Curso Básico de Atendimento a Emergências - CBAE - (CBMSC) - EaD
- Curso Livre Psicologia das Emergências e dos Desastres - EaD (DCSC
- Curso Atendimento Psicossocial a Crianças Afetadas por Desastres: ações de resposta e recuperação - (DCSC) EaD;
- Curso Educando para Boas Escolhas - (SED) – EaD
- Curso Identificar, escutar e proteger: o enfrentamento das violências na rede de proteção – (MPSC) EaD;

#### **- Programas e projetos desenvolvidos pelo terceiro setor e pelo setor privado.**

- **Ações a serem implementadas:** Para além das ações, programas, leis e materiais informativos existentes percebeu-se a necessidade de integrar, ampliar e garantir a aplicação de recursos e protocolos de atuação conjunta de modo que as ações voltadas à prevenção e mitigação de situações de violência no ambiente escolar fossem mantidas e por vezes ampliadas conforme as proposições a seguir dentro de cada uma das temáticas específicas a seguir:

### **3.3.1.1 Formação, Capacitação e Treinamento Permanente**

**3.3.1.1.1** Oferecer programa de formação continuada à comunidade educativa, utilizando-se também de plataformas confiáveis como Escola do Legislativo, MPSC, SaferNet, de universidades, entre outras, as seguintes temáticas:

**3.3.1.1.1.1** Combate as múltiplas violências, identificação de sinais de aproximação a grupos extremistas que promovem e disseminam o ódio e práticas de violências.

**3.3.1.1.2** Diferentes tipos de violências como atos discriminatórios à diversidade humana e seus impactos, incluindo aqueles que possam causar eventos de ameaça grave à vida.

**3.3.1.1.3** Sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes em situação de violência ou ameaça, com vista à construção de protocolo de atendimento nos termos da Lei nº 13.431/2017.

**3.3.1.1.4** Construção de uma cultura de paz/resolução de conflitos nas unidades educativas, inclusive com a participação de instituições privadas sem fins lucrativos e outros.

**3.3.1.2** Formação permanente para os profissionais que atuam nas unidades educativas, incluindo as equipes multiprofissionais, nos termos das leis n. 13.935/19 e 13.185/2015, de modo a construir, em articulação com a comunidade educativa, rede de proteção e controle social, fluxos de referência e contrarreferência, que contemplem intervenções e ações preventivas de combate às violências e intolerâncias, inclusive a racial, religiosa, de gênero, doméstica, sexual, bem como assédio moral, psicológico e/ou físico.

**3.3.1.3** Promover formação continuada e integrada para as equipes de segurança que atuam no sistema educativo, prevendo ações de proteção, aproximação e adaptação às unidades educativas, atendendo aos critérios do item 3.3.1.1.2.

**3.3.1.4** Preparar os membros da comunidade educativa para identificar sinais que podem indicar uma potencial ameaça, como mudanças comportamentais bruscas, expressões de violência ou isolamento social, a fim de identificar sofrimento intenso e fornecer apoio de saúde mental para evitar uma crise violenta.

**3.3.1.5** Realizar oficinas temáticas e ciclo de palestras para professores e pais sobre temáticas relacionadas à saúde mental (comportamentos relacionados com determinadas condições emocionais/mentais, tais como ansiedade, depressão, suicídio, automutilação, transtornos alimentares, entre outros).

**3.3.1.6** Capacitar todos os agentes envolvidos no Plano de Contingência da Educação para Ameaça Graves à Vida (Plancon Edu AGRAVI), tanto das equipes que compõem as Unidades de Gestão Operacional (Sistemas de Comando Operacionais- SCO/ Comitês de Crise), bem como da comunidade educativa (alunos, professores, servidores e familiares), quanto às diferentes etapas do plano de contingência, e a organização das dinâmicas e ações operacionais a serem adotados diante de um evento de violência escolar realizando treinamentos e simulações regulares nas unidades educativas.

**3.3.1.7** Orientar as unidades educativas a implementar o seu plano de contingência, de acordo com o modelo oferecido pelo Comitê de Segurança Escolar, visando a preparação das equipes de gestão e da comunidade educativa, para o enfrentamento à ameaça grave à vida, em direta relação com a elaboração do PLANCON-EDU/AGRAVI.



### 3.3.1.2 Comunicação

**3.3.1.2.1** Estabelecer canal exclusivo e interno, no âmbito da unidade educativa, constituído por pessoas de referência, capaz de articular a comunicação entre a equipe gestora, profissionais da educação, multiprofissionais e equipe de segurança escolar, atendendo às diretrizes da Política de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências na escola do Estado de Santa Catarina (2018). A rede de comunicação poderá recepcionar as preocupações sobre possíveis ameaças, abusos e violências, garantindo o anonimato, gerando encaminhamentos a rede de saúde e a rede de assistência para atendimento prioritário, bem como as forças de segurança pública quando houver relato de violência ou ameaça de violência que exija repressão imediata ou investigativa.

**3.3.1.2.2** Criar uma rede e estabelecer um fluxo de comunicação das unidades educativas com os serviços de segurança pública locais para acionamento em situações que exijam intervenção externa, assim como das intervenções provenientes de investigação da segurança pública.

**3.3.1.2.3** Informar adequadamente e de forma prática, utilizando-se de materiais informativos, os estudantes e a comunidade escolar sobre a correta utilização dos canais de comunicação e denúncia acerca de comportamentos violentos dentro e fora da unidade educativa (inclusive em redes sociais).

**3.3.1.2.4** Divulgar na comunidade escolar os canais de denúncia, explicitando as situações e comportamentos considerados preocupantes no âmbito de ocorrências de violência, atos discriminatórios à diversidade humana, e de sinais de aproximação a grupos extremistas, incluindo aqueles que possam causar eventos de ameaça grave à vida.

#### **3.3.1.2.4.1** PCSC

[[https://sistemas.pc.sc.gov.br/sud/sos\\_escola/#/](https://sistemas.pc.sc.gov.br/sud/sos_escola/#/)]

#### **3.3.1.2.4.2** Secretaria de Educação (Ouvidoria)

#### **3.3.1.2.4.3** Ministério Público

[<https://www.mpsc.mp.br/atendimento-ao-cidadao/representacao/>]

#### **3.3.1.2.4.5** Governo Federal em parceria com a SaferNet Brasil

[<https://www.gov.br/mj/pt-br/canais-de-denuncias/escolasegura/>]

#### **3.3.1.2.4.6** Defensoria Pública

[<https://defensoria.sc.def.br/fale-com-a-ouvidoria/>]

#### **3.3.1.2.4.7** Rede de Segurança Escolar (PMSC) - (48) 98843-3152

#### **3.3.1.2.4.8** Disque 100

[<https://www.gov.br/mdh/pt-br/disque100/>]

#### **3.3.1.2.4.9** Entre outros;

**3.3.1.2.5** Fornecer informações claras e atualizadas sobre as rotas de fuga, pontos de encontro e procedimentos de segurança para estudantes, professores e funcionários.

**3.3.1.2.6** Dar ampla divulgação sobre as políticas de prevenção à violência da escola, com informações claras e atualizadas.

**3.3.1.2.7** Criar estratégias de comunicação preventiva instrumentalizando a comunidade educativa para promover e intensificar ações permanentes sobre:

**3.3.1.2.7.1** A cultura da paz;

**3.3.1.2.7.2** O enfrentamento ao *Bullying* e *CyberBullying*;

**3.3.1.2.7.3** A comunicação não violenta;

**3.3.1.2.7.4** As práticas restaurativas;

**3.3.1.2.7.5** O Programa Saúde na Escola;

**3.3.1.2.7.6** A valorização do professor e dos pais;

**3.3.1.2.7.7** O respeito à diversidade religiosa e étnico-racial, migrantes, comunidade LGBTQIA+, entre outras diversidades.

**3.3.1.2.7.8** O combate e prevenção da disseminação de notícias falsas;

**3.3.1.2.7.9** As violações de direitos ocorridas nas redes sociais;

**3.3.1.2.7.10** O entendimento de noções de cidadania, educação política, direitos e deveres coletivos.

**3.3.2.7.11** Entre outros.

**3.3.1.2.8** Dar publicidade ao PLIN (PLANO INTEGRADO PARA GESTÃO DA CIDADANIA E PAZ NAS ESCOLAS) após sua finalização, no formato impresso e online, para todas as regiões, unidades educativas e instituições que integram o INTEGRA, reiterando a participação interinstitucional e da sociedade no processo.

**3.3.1.2.9** Oferecer capacitação para jornalistas e comunicadores sociais, que atuam em diferentes tipos de mídias, sobre a temática violências na escola e segurança escolar, a fim de auxiliarem na divulgação e disseminação de matérias que promovam uma maior conscientização sobre a temática, o combate à desinformação e ao negacionismo científico, uso de protocolo de cobertura midiática entre outros, evitando publicizar informações que possam vir dar notoriedade ao agressor, evitando o efeito *copycat*<sup>1</sup>.

### 3.3.1.3 Parcerias

**3.3.1.3.1** Estabelecer parcerias com órgãos de segurança pública locais, guardas municipais, polícia, bombeiros e defesa civil, organizações da sociedade civil de interesse público e organizações não governamentais, para compartilhamento de informações

<sup>1</sup>O efeito *copycat* ou imitador ocorre quando a causa de um crime reside na exposição anterior de um crime na mídia", de modo que existe uma conexão criminogênica única, como primeiro servindo como gerador para o crime posterior. (*Copycat Crime and Copycat Criminals*, Lynne Reinner Publishers, Ray Surette, 2022).

e apoio em situações de emergência (por exemplo, o Programa Rede de Segurança Escolar da PMSC).

**3.3.1.3.2** Estabelecer relação de cooperação com estabelecimentos adjacentes à escola visando o monitoramento conjunto do entorno.

**3.3.1.3.3** Articular os Comitês de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência nas suas localidades (Resolução CONANDA Nº 235 de 12 de maio de 2023) como referência e espaço permanente de trabalho em rede no âmbito municipal das tratativas de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências na escola.

**3.3.1.3.4** Estabelecer diálogo permanente entre a rede de cuidado e de proteção social das crianças e adolescentes do território, para a construção conjunta de orientações quanto à condução das situações que envolvem manifestações de sofrimento, isolamento, exclusão e de sinais de cooptação de estudantes por grupos que promovem e disseminam o ódio e práticas de violência, nos termos da resolução CONANDA 235 de 2023.

**3.3.1.3.5** Estabelecer os protocolos e fluxos de atendimento, encaminhamento e acompanhamento das ações das equipes multiprofissionais em rede no âmbito municipal e estadual por meio dos trabalhos dos Comitês de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência nas suas localidades (Resolução CONANDA Nº 235 de 12 de maio de 2023 e Lei 13.431/2017).

**3.3.1.3.6** Estimular a criação GTI (Grupo de Trabalho Interinstitucional) estadual do Programa Saúde na Escola para realizar o apoio institucional e ser um mobilizador do PSE nos municípios (por meio da criação e do fortalecimento dos GTIs municipais e conforme as diretrizes interministeriais) do seu território para a construção de espaços coletivos, de trocas e aprendizagens contínuas, provocando o aumento da capacidade de analisar e intervir nos processos e do conhecimento do programa por parte das unidades escolares.

**3.3.1.3.7** Constituir comitês interestaduais, mantendo um canal de pesquisa e estudo permanente com outros estados da federação acerca do tema.

**3.3.1.3.7** Compete às universidades públicas, comunitárias e privadas:

**3.3.1.3.7.1** Enfatizar a produção de pesquisas sobre a temática dos Agravos, bem como produzir subsídios para seu enfrentamento pela sociedade e em especial nas ações escolares, por meio de editais específicos para temática com as fontes financiadoras CAPES e CNPQ, além da FAPESC.

**3.3.1.3.7.2** Em seus programas de extensão, produzir programas de formação continuada e de fomento à cultura de paz, apoio à diversidade e inclusão social, com aplicação nas comunidades educativas.

**3.3.1.3.7.3** Incluir na curricularização da extensão, em especial nos cursos de graduação de Pedagogia, Psicologia, Direito, Serviço Social, e outras licenças

turas, a temática do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Cidadania e Educação Política como um componente da matriz curricular.

**3.3.1.3.8** Criar programa de mediação de conflitos e justiça restaurativa voltado à comunidade escolar, com equipe especializada e continuamente capacitada.

**3.3.1.3.9** Fomentar o protagonismo dos estudantes (grêmios estudantis) em ações e/ou programas que fortaleçam os laços entre comunidade e escola, em especial voltadas à cultura de paz.

**3.3.1.3.10** Estabelecer parcerias e captação de recursos com organizações que possuam fundos a exemplo do Badesc, BRDE e BNDES, FIA, FRBL, empresas que investem em responsabilidade social: Celesc, Casan, leis de incentivo à cultura, entre outros.

**3.3.1.3.11** (12) Criar disciplina de caráter obrigatório para alunos desde o primeiro ano da vida escolar que versem sobre Cidadania e Educação Política.

### **3.3.1.4 Infraestrutura e Vulnerabilidades**

**3.3.1.4.1** Realizar um diagnóstico da situação das edificações educativas a fim de identificar possíveis vulnerabilidades e indicar melhorias diante dos riscos levantados, seja no âmbito de segurança das instalações ou na segurança contra incêndio e pânico, a qual deverá ser realizada por profissionais com expertise na área, e/ou requisitada à PMSC e CBMSC, que dispõem do Programa Rede de Segurança Escolar, possibilitando a Consultoria Preventiva Escolar e dos Serviços de Segurança Contra Incêndio (SSCI) locais.

**3.3.1.4.2** Criar protocolo de espaço seguro para as unidades educativas das redes estaduais, municipais e particulares, considerando sua tipologia.

**3.3.1.4.3** Monitorar, revisar e atualizar periodicamente o protocolo de espaço seguro das unidades educativas, levando em consideração novas ameaças, tecnologias de segurança e experiências de outras instituições educacionais.

**3.3.1.4.4** Criar "salas de situação" nas unidades da Polícia Militar interligadas com as unidades educativas, com câmeras de vigilância de alta resolução, situadas em locais estratégicos no entorno das escolas, financiadas em parceria entre estado, municípios e redes privadas.

**3.3.1.4.5** Promover e monitorar a implementação dos espaços de convivência democrática nas unidades educativas, uma vez que a estética e organização dos ambientes escolares qualifica a convivência.

### **3.3.1.5 Recomendações, Proposições Legais e Normativas**

**3.3.1.5.1** Fortalecer e ampliar o trabalho desenvolvido nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), em especial a recomposição das equipes

técnicas dos Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), cujo foco é romper com os ciclos de violência, além de cofinanciar a oferta de CREAS regionalizados para atender os municípios de Pequeno Porte que não possuem o serviço implantado, de responsabilidade do Estado.

**3.3.1.5.2** Fortalecer o controle social, por meio dos Conselhos de políticas setoriais, TCE, MP, a fim de que cumpram com seu papel de fiscalizar as normativas específicas quanto à estrutura física dos equipamentos públicos para atendimento e a composição das equipes mínimas dos serviços de Saúde, Assistência Social e Educação, com ingresso via concursos públicos.

**3.3.1.5.3** Trabalhar para a efetivação e o cumprimento da Lei Federal Nº 13.935/2019 e Lei Estadual Nº 18.354/2022, que dispõem sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social na rede de educação básica.

**3.3.1.5.4** Ampliar a aplicação das Leis Nº 13.935/2019 e Nº 18.354/2022 para todas as redes e níveis de ensino.

**3.3.1.5.5** Criar mecanismos para o cumprimento da estratégia 18.1 da Lei Federal nº 13.005/2014, estruturando as redes públicas de educação básica de modo que 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.

**3.3.1.5.6** Implementar por instrumento legal da Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências nas Escolas para todas as unidades educativas no território catarinense, estabelecendo núcleos de prevenção e combate às violências, no modelo do NEPRE/SED ou outro que seja constituído para este fim, cuja coordenação seja realizada por profissional preferencialmente efetivo, com dedicação exclusiva, preferencialmente graduado na área de educação.

**3.3.1.5.7** Regulamentar através dos Conselhos de Educação (Estadual e Municipais), a oferta da formação continuada dos profissionais de educação para o trato das violências nas unidades educativas do território catarinense.

**3.3.1.5.8** Elaborar e implementar políticas educacionais, voltadas para formação integral do sujeito, visando garantir os direitos constitucionais de acesso a uma educação de qualidade e sem distinção étnica, racial, política, cultural, gênero e religião.

**3.3.1.5.9** Fomentar a criação de uma comissão para estabelecer o Fórum das Licenciaturas, entre as universidades e a Secretaria de Estado da Educação, com o objetivo de adequar às diretrizes educacionais da Proposta Curricular de Santa Catarina (2014), do Currículo Base da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio no Território Catarinense.

### 3.3.2 Macroestratégia de Preparação e Resposta

- **Objetivo:** Organizar as ações de gestão da preparação e resposta à situação de violências em contextos escolares.

- **Justificativa:** A gestão de crises e de desastres exige um conjunto de medidas de preparação, resposta e recuperação, integradas e automatizadas de acordo com o tipo de desastre e sua localidade.

As ações de preparação expressam as medidas tomadas para otimizar as ações de resposta, desenvolvendo os recursos necessários para melhor responder e recuperar-se dos desastres, bem como para minimizar as perdas e danos sofridos. Incidem em elaborar ações que minimizem a incerteza, e para tanto organizar e gerenciar agentes, recursos e instalações por meio de tomadas de decisões padronizadas, de protocolos de ação pré-estabelecidos, que geralmente fazem parte de planos (como planos de contingência e planos de ação emergencial) e arranjos institucionais é fundamental.

No que se refere à ameaça grave à vida, o Plano de Contingência de Educação Ameaça Grave à Vida, associado aos processos de capacitação, treinamento e simulados são essenciais para que a resposta seja efetiva, uma vez que implicam na proteção, enfrentamento e socorro, e expressam as medidas de caráter emergencial, executadas logo após e durante a ocorrência da ameaça, destinadas a socorrer e assistir à população atingida e restabelecer os serviços essenciais.

Salienta-se que ainda que o desastre seja imprevisto, o seu gerenciamento não deve ser improvisado, e se mal executados, as ações de gestão de desastres podem agravar a própria situação de anormalidade.

#### - **Ações realizadas e em andamento:**

- Protocolo FEL - Fugir, Esconder e Lutar (PMSC);

- **Ações a serem implementadas:** Além do protocolo de autoproteção utilizado pela Polícia Militar para capacitar jovens em como agir em situações extremas de agressão em ambiente escolar, e considerando que o Comitê Técnico Científico da Defesa Civil de Santa Catarina já trabalha na atualização do Plano de Contingência da Educação para a COVID-19 - PLANCON-EDU/COVID, agora tratando de outras ameaças como as naturais e sociais, se percebeu a necessidade de envidar esforços em estabelecer um Plano de Contingência para a Educação voltado para as questões de Ameaça Grave à Vida, então foram integrados ao CTC representantes do INTEGRA Escolar para elaborar o PLANCON-EDU/AGRAVI-SC, como ferramenta de preparação, resposta e recuperação das unidades educativas que possam enfrentar esse tipo de situação, oferecendo um Caderno de Apoio com informações complementares para que os gestores possam implementar os planos em âmbito local de sua unidade educativa.



### 3.3.2.1 Plano de Contingência da Educação para Ameaça Grave à Vida em Unidades Educativas de Santa Catarina (PLANCON-EDU/AGRAVI-SC)

#### 3.3.2.1.1 Dinâmicas e Ações Operacionais

3.3.2.1.1.1 Administração e Gestão

3.3.2.1.1.2 Comunicação e Informação

3.3.2.1.1.3 Proteção, Enfrentamento e Socorro;

3.3.2.1.1.4 Reabilitação;

3.3.2.1.1.5 Capacitação. Treinamento e Simulados

### 3.3.2.2 Caderno de Apoio para implementação do PLANCON-EDU/AGRAVI-SC

### 3.3.2.3 Recomendações, Proposições Legais e Normativas

**3.3.2.3.1** Normatizar por meio de **projeto de lei** a elaboração e implantação do PlanCon Edu Agravi, para todas as unidades educativas, de todos os níveis e modalidades, como uma ação obrigatória para a preparação e gestão de uma possível ameaça grave à vida, no prazo não superior a 1 (um) ano.

**3.3.2.3.2** Normatizar **via Conselhos de Educação** (Estadual e Municipais) a obrigatoriedade da implementação do PLANCON EDU AGRAVI **para todas as novas** Unidades Educativas no território catarinense, no prazo não superior a 1 (um) ano.

**3.3.2.3.3** Homologar **via Conselhos de Educação** (Estadual e Municipais) a implementação e fiscalização do PLANCON EDU AGRAVI para todas as Unidades Educativas no território catarinense em funcionamento, no prazo não superior a 1 (um) ano.

**3.3.2.3.4** Adquirir um software para a elaboração, implementação, monitoramento e atualização do PlanCon Edu Agravi, que contemple todas as unidades educativas de Santa Catarina, facilitando o acesso, por meio de um aplicativo, tendo por origem recursos provenientes de emendas parlamentares e/ou do orçamento fiscal do Estado, no prazo não superior a 1 (um) ano.

### 3.3.3 Macroestratégia de Recuperação

- **Objetivo:** Organizar as ações de gestão da recuperação do clima e ambiente escolar após a ocorrência de uma ameaça grave à vida nas unidades educativas.

- **Justificativa:** Ações de recuperação expressam as medidas desenvolvidas após a ocorrência de um desastre/crise, destinadas a restabelecer a normalidade social que abrangem a reconstrução de infraestrutura e a recuperação das condições sociais, ambientais, e de bem estar para o retorno da normalidade.

Após a ocorrência de uma ameaça grave à vida com agressor ativo em uma unidade educativa, é essencial tomar medidas para garantir a recuperação da infraestrutura, rea-

bilitar e cuidar das pessoas afetadas, direta e indiretamente a fim de retomar um clima de segurança.

**- Ações realizadas e em andamento:**

- Plano de Contingência da Assistência Social (PLANCON-AS);

- **Ações a serem implementadas:** Desde 2022 foi implementado pela Defesa Civil de Santa Catarina e FECAM o PLANCON-AS que tem por finalidade preparar a atuação da Assistência Social do Estado e Municípios para agir em situações adversas, sejam causadas por ameaças naturais, tecnológicas ou sociais, visando dar suporte às pessoas atingidas por desastres ou crises ofertando os serviços do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Porém, percebeu-se que em um momento pós-crise no âmbito escolar, esse plano atende às prerrogativas da reconstrução social da comunidade atingida além de outras ações específicas listadas abaixo:

**3.3.3.1** Proceder visita e avaliação pós-crime - construção de um protocolo mais detalhado (PMSC e PCSC);

**3.3.3.2** Avaliação da percepção do medo do crime (PMSC);

**3.3.3.3** Restabelecer e proceder a ressignificação do espaço físico quando da ocorrência de um desastre;

**3.3.3.4** Restabelecer a sensação de segurança (policiamento e rondas) (PMSC);

**3.3.3.5** Mapear e incrementar as equipes especializadas no acolhimento a vítimas e testemunhas de violência no âmbito do SUAS, do SUS, da educação e organizar a oferta e a definição de fluxos de encaminhamento de pessoas e famílias para atendimento nas respectivas políticas públicas e serviços correspondentes, bem como publicizar tais equipes, fluxos e protocolos, sobretudo aos órgãos de fiscalização.

**3.3.3.6** Criar espaços de acolhimento e ações de atendimento de recuperação em escolas vítimas de ameaças e atentados.

### **3.3.3.7 Recomendações, Proposições Legais e Normativas:**

**3.3.3.7.1** No âmbito da Assistência Social:

**3.3.3.7.1.1** Ativação do Plancon AS, de modo a atuar em articulação com as equipes de pós-crime, educação, saúde e comunidade.

**3.3.3.7.2** No âmbito da Educação (Gestor da Política Pública Estadual, Municipal, Federal e/ou Mantenedora)

**3.3.3.7.2.1** Avaliar a infraestrutura danificada: uma avaliação completa dos danos à infraestrutura da escola e dos sistemas preventivos contra incêndio, as quais devem ser feitas por especialistas em engenharia e segurança para inspecionar as instalações e identificar quaisquer riscos remanescentes. Isso ajudará a determinar as ações necessárias para reparos e reconstrução.

**3.3.3.7.2.2** Disponibilizar uma equipe de limpeza especializada, após a autorização e liberação da polícia militar, se houver necessidade de limpar a unidade educativa de quaisquer resíduos ou vestígios do incidente que disponha de conhecimento e os recursos adequados para realizar essa tarefa com segurança.

### **3.3.3.7.3** No âmbito do Gestor da Unidade Educativa

**3.3.3.7.3.1** Priorizar a segurança: Antes de qualquer ação de recuperação, há necessidade de certificar-se de que a área esteja segura. Colaborar com as autoridades locais e especialistas em segurança para garantir que todas as medidas necessárias tenham sido tomadas para evitar novos incidentes.

**3.3.3.7.3.2** Manter uma comunicação clara e regular com pais, alunos, professores e funcionários da escola. Informações atualizadas sobre o incidente, medidas de segurança implementadas e planos de recuperação. Isso ajudará a reduzir o medo e a incerteza nas pessoas afetadas.

**3.3.3.7.3.3** Estabelecer um plano de recuperação abrangente que inclua cronogramas, orçamentos, recursos humanos e materiais necessários para reconstruir e reparar a infraestrutura danificada. Considerar também a implementação de medidas adicionais de segurança, como câmeras de segurança, sistemas de controle de acesso e treinamento em segurança para funcionários.

## **3.3.4 Macroestratégia de Articulação Interinstitucional e Monitoramento Continuado**

- **Objetivo:** Propor as diretrizes de implementação do Comitê Permanente de Operações Integradas de Segurança Escolar (INTEGRA Escolar) e do Observatório de Acompanhamento da Segurança Escolar (OASE/SC).

- **Justificativa:** A questão da segurança escolar requer um trabalho articulado de muitas instituições em busca de um alinhamento comum para a maximização de resultados já que envolvem diferentes políticas públicas. A articulação entre as esferas de governo, órgãos do Sistema de Justiça, Tribunais de Contas e Legislativo e organizações da sociedade civil é o único caminho seguro para superar os desafios que a presente temática apresenta.

Diante do processo já em andamento, iniciado pela Mesa Diretora da Alesc, tornou-se necessário sua manutenção e continuidade através da implementação permanente do INTEGRA Escolar e da criação de um Observatório de Acompanhamento da Segurança Escolar, a fim de permitir acompanhar sistematicamente o desenvolvimento das ações através de indicadores que possam revelar problemas que até então estavam ocultos, facilitando sua correção antes que alguma consequência grave ocorra.

Além disso, possibilita a integração com o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas a ser implantado pelo governo federal, conforme PL nº 1.372/202.

### 3.3.4.1 Recomendações, Proposições Legais e Normativas

**3.3.4.1.1** Instituir e regulamentar, o Comitê Permanente de Operações Integradas de Segurança Escolar (INTEGRA Escolar), vinculado ao Parlamento Estadual, num prazo não superior a 3 meses, a fim de dar prosseguimento às ações iniciadas.

**3.3.4.1.2** Instituir e regulamentar o Observatório de Acompanhamento da Segurança Escolar (OASE/SC), no âmbito da ALESC.

**3.3.4.1.3** Constituir um sistema estadual de acompanhamento, monitoramento e gestão permanente para ações de combate à violência nas escolas, estabelecendo indicadores, capaz de integrar os sistemas das diversas instituições, possibilitando levantamentos e mapeamento de ocorrências de violência escolar, produção de estudos, sistematização e divulgação de soluções eficazes no combate à violência escolar e fortalecendo a política pública de segurança escolar e a cultura de paz.

**3.3.4.1.4** Proporcionar a cooperação, transparência e publicidade das ações do INTEGRA Escolar (permanente) e do OASE/SC por meio de uma página na internet.

**3.3.4.1.5** Criar a Secretaria Especial de Articulação para a Cidadania e Cultura da Paz, vinculada ao Governador do Estado, tendo como agência líder a Secretaria de Estado de Educação.

### 3.3.5 Macroestratégia de Financiamento

- **Objetivo:** Definir financiamento em múltiplas fontes de recursos e criar fluxo de cofinanciamento estadual para prevenção e mitigação, preparação e resposta, recuperação, articulação interinstitucional continuada, dados e monitoramento contínuo.

- **Justificativa:** Tendo em vista a necessidade de definição de orçamento suficiente para garantir a segurança da comunidade escolar, faz-se imperativo o incremento de recursos para o desenvolvimento das ações de prevenção e mitigação, preparação e resposta, recuperação, articulação interinstitucional continuada, dados e monitoramento contínuo.

#### 3.3.5.1 Recomendações, Proposições Legais e Normativas

**3.3.5.1.1** Realizar levantamento sobre a existência de fundos e fontes de financiamento para a ampliação/implementação de projetos de cultura, esporte, lazer, dentre outros, essenciais à promoção de direitos e ao fortalecimento dos laços sociais, familiares e comunitários, a exemplo do FIA, bem como esclarecer e publicar as suas formas de utilização.

**3.3.5.1.2** Incluir no Plano Plurianual - PPA e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO a previsão de % de incremento anual em dotações orçamentárias específicas para o custeio dos programas voltados à segurança na comunidade escolar nas áreas de cultura, esporte, lazer, Defesa Civil, segurança pública, assistência social, saúde, entre outras, que tenham identidade de objetivos com a segurança da comunidade escolar.

**3.3.5.1.3** Criar fundo Estadual específico para investimento e manutenção da segurança nas unidades escolares municipais e estadual dentro das suas especificidades para adequação da infraestrutura, custeio, fortalecimento das ações e programas educacionais, ações culturais e justiça restaurativa e outras ações de mediação de conflitos tendo por origem recursos provenientes do orçamento fiscal do Estado, em especial os recursos decorrentes do incremento previsto no item 5.1.3.

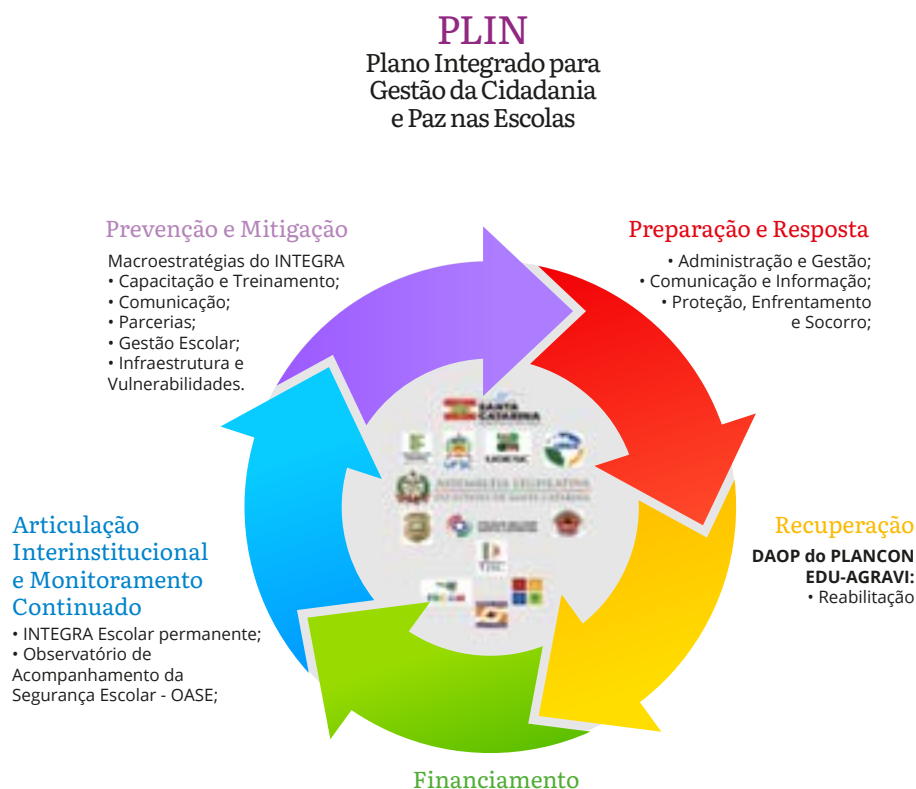
**3.3.5.1.4** Articular junto a bancos públicos comerciais e de fomento a disponibilização de linhas de crédito incentivadas para as escolas particulares com objetivo de custear ações voltadas à segurança da comunidade escolar.

**3.3.5.1.5** Direcionar emendas impositivas e emendas de bancada para a realização de programas educacionais de redução de riscos, bem como, capacitações, treinamentos e ações que incidam na política de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências nas escolas.

**3.3.5.1.6** Estabelecer um percentual mínimo suficiente para a execução dos serviços socioassistenciais nas peças orçamentárias (LDO e LOA) do estado destinado ao fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social.

**3.3.5.1.7** Garantir e ampliar o financiamento de programas consolidados como PROERD, Bombeiros Mirins, Defesa Civil nas Escolas, e outros que venham a ser identificados.

## 3.4 FLUXOGRAMA INTEGRADO



### 3.5 MATRIZES OPERACIONAIS DAS MACROESTRATÉGIAS

<b>MATRIZ OPERACIONAL DA MACROESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO</b>						
<b>Formação, Capacitação e Treinamento Permanente</b>						
<b>Item a ser implementado</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Recurso</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Prazo de para implementação</b>	<b>Produto</b>
3.3.1.1.1	Redes de Ensino		Atuação conjunta com entidades do Estado, municípios, entre outras, (UNDIME, FECAM e INTEGRA Escolar);	Anual	Curto	Cursos, palestras, seminários, workshops, nas modalidades presencial e on-line.
3.3.1.1.2	Redes de Ensino		Atuação conjunta com entidades do Estado, municípios, entre outras, (UNDIME, FECAM e INTEGRA Escolar);	Anual	Curto	Cursos, palestras, seminários, workshops, nas modalidades presencial e on-line.
3.3.1.1.3	SSP, SED e Secretarias Municipais da Educação e da Segurança Pública;		Atuação conjunta das Secretarias de Estado e Municipais da Educação e Segurança Pública, e outras entidades.	Anual	Curto	Cursos, palestras, seminários, workshops, nas modalidades presencial e on-line.
3.3.1.1.4	Redes de Ensino		Atuação das equipes multidisciplinares das unidades educativas com apoio das Secretarias de Estado e Municipais da Saúde e Assistência Social.	Anual	Médio	Programa de atenção permanente;
3.3.1.1.5	Redes de Ensino		Atuação das equipes multidisciplinares das unidades educativas com apoio das Secretarias de Estado e Municipais da Saúde e Assistência Social.	Anual	Curto	
3.3.1.1.6	Redes de Ensino		Atuação conjunta das Secretarias de Estado e Municipais da Educação, Segurança Pública, Assistência Social e outras entidades.	Anual	Curto	Exercícios simulados do PLANCON EDU-AGRAVI; Capacitação no Protocolo FEL da PMSC; Capacitação no PLANCON - AS;
3.3.1.1.7	INTEGRA Escolar Permanente		Através de oficinas de planejamento e execução de planos de contingência com atuação das entidades representadas no INTEGRA.	Anual	Médio	



## MATRIZ OPERACIONAL DA MACROESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO - Comunicação

Item a ser implementado	Responsáveis	Recurso	Metodologia	Periodicidade	Prazo de para implementação	Produto
3.3.1.2.1	Gestor da unidade educativa	Recursos próprios.	Definição dos canais de comunicação a serem utilizados e do protocolo de análise e encaminhamentos das notificações.	Contínua	Curto	Canal de comunicação
3.3.1.2.2	Gestor da unidade educativa e Órgão de segurança pública	Canais de comunicação	Pacto entre as unidades educativas e de segurança pública	Contínua	Curto	Protocolo de encaminhamentos.
3.3.1.2.3	Secretarias do Estado de educação em parceria com as redes de ensino municipais e particulares	Recursos humanos e tecnológicos como redes sociais e outros meios eletrônicos de divulgação.	Exposição de cartazes nas unidades educativas, distribuição de folders; publicação de cartazes e folders digitais nas redes sociais.	Contínua	Médio	Sistema de alerta
3.3.1.2.4	Redes de ensino - estadual, municipal e particulares	Recursos humanos e tecnológicos como redes sociais e outros meios eletrônicos de divulgação.	Exposição de cartazes nas unidades educativas, distribuição de folders; Publicação de cartazes e folders digitais nas redes sociais.	Contínua	Curto	Cartazes e folders
3.3.1.2.5	Unidades educativas e equipe técnica dos órgão de segurança pública	Recursos Humanos das instituições	Orientação aos gestores das unidades de ensino - e formação para a comunidade escolar	Anual	Curto	Cartazes e folders
3.3.1.2.6	Alesc, Estado, municípios e órgãos participantes do INTEGRA permanente	Canais de comunicação das instituições	Exposição de cartazes nas unidades educativas, distribuição de folders; Publicação de cartazes e folders digitais nas redes sociais.	Contínua	Curto	Prevenção a partir das orientações - material orientativo.
3.3.1.2.7	Redes de ensino estadual, municipal e particular - parcerias com instituições que possuem expertise nas temáticas sugeridas	Recursos humanos e	Recursos humanos e materiais orientativos; sociodramas pedagógicos; metodologias ativas e integrativas	Contínua	Curto	Cartazes e folders
3.3.1.2.8	Instituições integrantes do INTEGRA;	Recursos humanos e tecnológicos como redes sociais e outros meios eletrônicos de divulgação.	Distribuição do PLIN nas unidades educativas e instituições que integram o PLIN; publicação do PLIN digital nas redes sociais; distribuição do PLIN digital por e-mail para as instituições integrantes do INTEGRA e todas as unidades educativas do estado.	Contínua	Curto	Materiais orientativos a partir das temáticas sugeridas.
3.3.1.2.9	Segurança pública em parceria com o Governo do Estado, setor de comunicação, prefeitura municipais e escolas particulares.	Recursos humanos - especialistas em comunicação da segurança pública	Cursos presenciais e/ ou no formato EAD para equipes de comunicação.	Anual	Médio	PLIN impresso e digital.

## MATRIZ OPERACIONAL DA MACROESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO - Parcerias

Item a ser implementado	Responsáveis	Recurso	Metodologia	Periodicidade	Prazo de para implementação	Produto
3.3.1.3.1	Redes de ensino estaduais, municipais, partculares e entidades de segurança pública.	Termo de cooperação entre as instituições	Estabelecer parcerias entre as entidades.	Contínua	Longo	Termo técnico de cooperação.
3.3.1.3.2	Redes de ensino estaduais, municipais, partculares e entidades de segurança pública responsável pela segurança das cidades	De pessoa e equipamentos tecnológicos disponível para efetuar o monitoramento	Parceria e acordo de cooperação	Contínua	Médio	Acordo de cooperação
3.3.1.3.3	Redes de ensino - estadual, municipal e Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência	Equipe interseccional	Estabelecer parceria com Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência a partir de acordo de cooperação.	Contínua	Curto	Parceria com equipes interseccionais da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.
3.3.1.3.4	Redes de ensino - estadual, municipal (equipe multidisciplinar) e Rede de cuidado e de proteção social das crianças e adolescentes do território	Equipe interseccional e (equipe multidisciplinar)	Construção conjunta de orientações quanto à condução das situações que envolvem manifestações de sofrimento, isolamento, exclusão e de sinais de cooptação de estudantes	Contínua	Curto	Material orientativo
3.3.1.3.5	Redes de ensino: estadual e municipal - Comitês de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência	Equipes multiprofissionais em rede no âmbito municipal e estadual e Gestão Colegiada da Rede	Organizar os protocolos e fluxos de atendimento, encaminhamento e acompanhamento das ações das equipes multiprofissionais	Contínua	Médio	Protocolos com os fluxos.
3.3.1.3.6	Redes de ensino do estado e municípios e secretaria de Estado de saúde.	Equipes interseccional da educação e da saúde	Organizar a criação do GTI (Grupo de Trabalho Interinstitucional) estadual e articular o programa saúde na escola com as diferentes instituições.	Contínua	Médio	Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI e programa de saúde na escola.
3.3.1.3.7.1	INTEGRA permanente e Universidades públicas e privadas; FAPESC	Grupos de pesquisas das universidades	Encaminhar ofício às universidades solicitando estímulo a produção de pesquisas sobre a temática dos Agravos	Anual	Médio	Aumento de pesquisas nas áreas de segurança nas escolas.
3.3.1.3.7.2	Universidades públicas e privadas	Recursos próprios (das universidades)		Anual	Médio	Ações/projetos de extensão com foco nas temáticas propostas.
3.3.1.3.7.3	Universidades públicas e privadas	Recursos próprios (das universidades)		Anual	Longo	Ações/projetos extensionistas com foco no ECA.
3.3.1.3.8	Redes de ensino do estado, municípios e entidades jurídicas	Recursos humanos com especialistas na mediação de conflitos e justiça restaurativa.	O programa será criado a partir de parceria entre redes de ensino e entidades jurídicas que dispõe de especialistas na resolução de conflitos e justiça restaurativa	Anual	Médio	Curso de formação nas temáticas de mediação de conflitos e justiça restaurativa.
3.3.1.3.9	Unidades educativas estadual, municipal e partculares	Equipes pedagógicas das unidades educativas.	Promover a formação de grupos de apoio e/ou grêmios estudantis que abordem questões relacionadas à diversidade e inclusão que possam atuar como multiplicadores na comunidade educativa.	Anual	Médio	Grêmios estudantis e grupos de apoio escolar.
3.3.1.3.10	Secretaria do desenvolvimento do Estado e dos municípios - profissionais responsáveis pela captação de recursos	Profissional responsável pela captação de recursos	Buscar em plataformas de captação de recursos editais abertos para acessar o financiamento para as unidades educativas.	Anual	Médio	Captar investimentos para as unidades educativas.

## MATRIZ OPERACIONAL DA MACROESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO - Infraestrutura e Vulnerabilidades

Item a ser implementado	Responsáveis	Recurso	Metodologia	Periodicidade	Prazo de para implementação	Produto
3.3.1.4.1	Unidades educativas estaduais, municipais, particulares e Instituições de segurança pública	Humanos técnicos	Estabelecer parceria com as entidades de segurança pública para o atendimento a todas as unidades educativas do Estado de SC.	Anual	Longo	Resultado da análise técnica das edificações.
3.3.1.4.2	PMSC; CBMSC; Defesa Civil.	Recursos humanos próprios	Criação de protocolo.	Contínua	Curto	Protocolo de espaço seguro.
3.3.1.4.3	PMSC; CBMSC; Defesa Civil.	Recursos humanos		Anual	Longo	Protocolo atualizado.
3.3.1.4.4	Polícia Militar (executor) e prefeituras do estado de SC	Parceria entre Estado, municípios e redes privadas.	Criar termo de adesão aos serviços da PMSC para incorporar as câmeras de monitoramento das unidades de ensino ao sistema de vigilância da PMSC.	Anual	Médio	Sistema de monitoramento integrado PMSC e Unidades educativas.
3.3.1.4.5	Gestor em conjunto com a equipe multiprofissional da unidade educativa.			Contínua	Médio	Espaços de convivência estudantil.

## MATRIZ OPERACIONAL DA MACROESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO - Recomendações, Proposições Legais e Normativas

Item a ser implementado	Responsáveis	Recurso	Metodologia	Periodicidade	Prazo de para implementação	Produto
3.3.1.5.1	A Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS) - CREAS - prefeituras municipais e suas redes de ensino e SED.	Centros de referências	Aproximação das redes de ensino por meio de parceria para agilizar o atendimento especializado das crianças e adolescentes que estudam nas Unidades escolares.	Contínua	Longo	Romper os ciclos de violência por meio das ações integradas entre os CREAS - SAS e Educação.
3.3.1.5.2	TCE, MP e demais políticas setoriais	Unidades escolares, estaduais e municipais.	Fiscalizar as normativas específicas quanto à estrutura física dos equipamentos públicos para atendimento e a composição das equipes mínimas	Contínua	Longo	Melhoria nas estruturas das estruturas físicas dos equipamentos públicos
3.3.1.5.3	Redes de ensino			Anual	Curto	
3.3.1.5.4	Redes de ensino			Anual	Curto	
3.3.1.5.5	Estado e Municípios	Disponibilidade financeira	Concurso público	Contínua	Longo	Contratação de professores efetivos.
3.3.1.5.6	Redes de ensino	Disponibilidade financeira e recursos humanos.		Contínua	Médio	Lei
3.3.1.5.7	Conselhos de Educação (Estadual e Municipais),	Recursos próprios	Elaboração e publicação de norma.	Única	Médio	Instruções Normativas
3.3.1.5.8	Redes de ensino			Contínua	Curto	
3.3.1.5.9	SED e Universidades			Única	Curto	

## MATRIZ OPERACIONAL DA MACROESTRATÉGIA DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA

Item a ser implementado	Responsáveis	Recurso	Metodologia	Periodicidade	Prazo de para implementação	Produto
3.3.2.1	Gestor da Unidade Educativa	Recursos humanos e materiais da unidade	Instituir PlanCon-Edu/ Agravi conforme o Caderno de Apoio e demais capacitações oferecidas por diferentes agências como Polícia Militar, Assistência Social entre outras;	Anual	Médio	PlanCon Edu AGRAVI
3.3.2.3.1	Alesc DCSC SED Governos do Estado		Elaboração do termo	Única	Curto	Lei
3.3.2.3.2	Conselhos Estadual e Municipais de Educação			Única	Curto	
3.3.2.3.3	Conselhos Estadual e Municipais de Educação			Anual	Curto	
3.3.2.3.4	SED DCSC ALESC	R\$ 49.000,00	Aquisição por emenda parlamentar; Aquisição direta.	Única	Médio	Aplicativo PlanCon Edu AGRAVI

## MATRIZ OPERACIONAL DA MACROESTRATÉGIA DE RECUPERAÇÃO

Item a ser implementado	Responsáveis	Recurso	Metodologia	Periodicidade	Prazo de para implementação	Produto
3.3.3.1	PCSC	Recursos Humanos próprios	Elaboração de um protocolo detalhado do passo a passo a ser seguido	Única	Médio	Protocolo
3.3.3.2	PMSC	Recursos Humanos próprios	Seguir protocolo já estabelecido	Única	Curto	
3.3.3.3	Gestão escolar Especialistas em engenharia ...			Única	Curto	
3.3.3.4	PMSC	Recursos Humanos próprios	Ampliar o policiamento nas redondezas da unidade educativa e rondas	Única	Curto	
3.3.3.5	SUAS/SAS/SMAS SUS/SES/SMS SED/UNDIME/SINEPE/ SME/FECAM (COLEGIADO EDUCAÇÃO)	Profissionais que atuam nestas políticas públicas	Criar um formulário, encaminhar, tabular; Solicitar ampliação da equipe, se for necessário, para proceder ao atendimento da demanda; Organizar um fluxo, em conjunto, para encaminhamentos.	Anual	Médio	Mapeamento Fluxograma
3.3.3.6	INTEGRA permanente redes de apoio - saúde - educação e assistência social - Municipal e estadual	Equipes intersetoriais	Organizar plano de ação com as redes de apoio para eventuais atendimentos de vítimas de atentado nas escolas.	Anual	Longo	Plano de ação das redes de apoio
3.3.3.7.1.1	SUAS/SAS/SMAS	Profissionais que atuam no SUAS	Ativar o PlanCon AS	Única	Curto	PlanCon AS

3.3.3.7.2.1	Gestor da Política Pública Estadual, Municipal, Federal e/ou Mantenedora)	Especialistas em engenharia e segurança PMSC (Vistoria)	Realizar a avaliação completa dos danos à infraestrutura da escola e dos sistemas preventivos contra incêndio, as quais devem ser feitas por especialistas em engenharia e segurança para inspecionar as instalações e identificar quaisquer riscos remanescentes. Isso ajudará a determinar as ações necessárias para reparos e reconstrução.	Única	Médio	
3.3.3.7.2.2	Gestor da Política Pública Estadual, Municipal, Federal e/ou Mantenedora)		Disponibilizar uma equipe de limpeza especializada, após a autorização e liberação da polícia militar, se houver necessidade de limpar a unidade educativa de quaisquer resíduos ou vestígios do incidente que disponha de conhecimento e os recursos adequados para realizar essa tarefa com segurança.	Única	Curto	
3.3.3.7.3.1	Gestor da Unidade Educativa	Especialistas em segurança PMSC	Certificar-se de que a área esteja segura a partir da liberação do espaço; Acompanhamento das ações junto aos especialistas em segurança e/ou PMSC	Única	Médio	
3.3.3.7.3.2	Gestor da Unidade Educativa	Recursos próprios	Estabelecer um plano de comunicação de desastres; Consultar Caderno de Apoio PlanCon Edu AGRAVI; Acionar medidas estabelecidas no PlanCon Edu AGRAVI - DAOP Comunicação	Única	Curto	PlanCon Edu AGRAVI
3.3.3.7.3.3	Gestor da Unidade Educativa - INTEGRA permanente		Elaborar plano de recuperação; Rever as vulnerabilidades; Implementar medidas adicionais.	Única	Curto	Plano de recuperação

### MATRIZ OPERACIONAL DA MACROESTRATÉGIA DE ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL E MONITORAMENTO CONTINUADO

Item a ser implementado	Responsáveis	Recurso	Metodologia	Periodicidade	Prazo de para implementação	Produto
3.3.4.1.1	ALESC		Elaboração do Decreto, Portaria, ou instrumento que o valha; Ter como órgão gestor a ALESC; Oficializar a participação das organizações no INTEGRA Escolar por meio de Termo de Cooperação Técnica. Incentivar e participar da implantação e da manutenção do Comitê Estadual de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, bem como fomentar a criação dos comitês municipais, conforme o disposto na Resolução CONANDA n.º 235, de 12 de maio de 2023;	Única	Curto	INTEGRA Escolar

3.3.4.1.2	ALESC		Elaboração do Decreto, Portaria, ou instrumento que o valha; Ter como órgão gestor a ALESC; Oficializar a participação das organizações no OBSERVATÓRIO por meio de Termo de Cooperação Técnica. Estimular e organizar estudos de médio e longo prazo sobre os territórios onde ocorreram ameaças/ataques, no intuito de mapear o percurso realizado na acolhida e no enfrentamento do sofrimento, da sensação de insegurança e no restabelecimento da rotina, considerando as especificidades de cada território.	Única	Médio	Observatório da Segurança Escolar de SC;
3.3.4.1.3	SED, UNDIME, FECAM, PMSC, PCSC, CBMSC, ACAFE, ALESC, INTEGRA permanente, MPSC, entre outros;		Implementar painéis de monitoramento (Business Intelligence), que possibilite o diagnóstico das ocorrências de violência nas unidades educativas, que conste as ocorrências (a exemplo do painel Nepre da SED), definindo a periodicidade de atualização dos dados. Propor indicadores que permitirão a elaboração, o monitoramento e a avaliação das ações do PLIN, fortalecendo a política pública de segurança escolar. Constituir procedimento de avaliação da segurança escolar, alinhando os indicadores a critérios globais de avaliação. Organizar e sistematizar emissão de relatórios sobre as ações do PLIN. Estimular a correta alimentação dos bancos de dados existentes nas diferentes políticas públicas municipais e estaduais no intuito de aprimorar e implementar serviços.	Contínua	Médio	Sistema Estadual de Combate à Violência nas Escolas
3.3.4.1.4	SED e ALESC	Recursos humanos e tecnológicos como redes sociais e outros meios eletrônicos de divulgação.	Criação e atualização de uma página de internet (hotsite) com as informações do INTEGRA Escolar e OASE/SC;	Contínua	Médio	Hotsite INTEGRA / OASE
3.3.4.1.5	Poder Executivo Estadual		Criação de Lei Estadual	Contínua	Médio	Secretaria Especial de Articulação para a Cidadania e Cultura da Paz



## MATRIZ OPERACIONAL DA MACROESTRATÉGIA DE FINANCIAMENTO

Item a ser implementado	Responsáveis	Recurso	Metodologia	Periodicidade	Prazo de para implementação	Produto
3.3.5.1.1	Secretaria de Estado da Educação. Secretarias Municipais de Educação. Secretaria de Estado da Fazenda.	Recursos humanos e tecnológicos como redes sociais e outros meios eletrônicos de divulgação.	Contato com órgãos públicos detentores de recursos, especialmente da União. Contato com conselhos de políticas públicas voltadas à temática. Pesquisa e análise de editais abertos. Pesquisa junto à plataformas de disponibilização de editais de projetos. Elaboração de projetos para utilização dos recursos.	Anual	Curto	Relatório com possíveis fontes de financiamento e projetos com o respectivo controle, avaliação e prestação de contas.
3.3.5.1.2	Poder Executivo Estadual. Poder Executivo Municipal. Unidades Escolares e Secretarias de Educação com participação do respectivo Conselho de Educação.	Recurso humano. Disponibilidade financeira.	a) Elaboração de projetos de lei do PPA, LDO e LOA. b) A definição da proposta orçamentária da rede de ensino estadual ou municipal deverá contemplar as necessidades apresentadas pelas unidades escolares para atendimento às suas demandas de segurança.	Anual	Médio	Leis.
3.3.5.1.3	Legislativo ou Executivo Estadual. Secretaria de Estado da Educação (gestora do fundo) Conselho (órgão deliberativo e fiscalizador)	Recursos humanos. Disponibilidade financeira ampla das fontes de recursos mapeadas.	Projeto de lei de criação do fundo com as seguintes características: a) ter como órgão gestor a Secretaria de Estado da Educação; b) ter como órgão deliberativo e de controle um Conselho; c) o Conselho deverá ser composto por representantes da Administração Estadual, Municipal e Sociedade Civil. d) A aplicação dos recursos do fundo deve contemplar as desigualdades regionais medidas de acordo com o IDH e o IDEB dos municípios e regiões do Estado. e) contemplar como fonte de recurso do fundo a destinação de aportes de empresas, especialmente aquelas que são beneficiadas com benefícios fiscais do Estado (Tratamento Tributário Diferenciado - TTD) equidade no uso dos recursos entre redes estaduais e municipais. g) Decreto com declaração que programas e projetos sociais (a serem definidos) são de interesse para a Educação de crianças e adolescentes da rede pública e particular de ensino, possuindo potencial educador que se coaduna às missões da Secretaria de Estado da Educação.	Única	Médio	Fundo criado em lei e regulamentado.
3.3.5.1.4	Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado - SINEPE/SC. Casa Civil do Estado.	Recursos humanos.	Contato com bancos comerciais e de fomento públicos. Identificar as demandas das instituições bancárias para uma linha de crédito desta natureza.	Única	Médio	Identificação, criação e uso de linha de crédito para a finalidade especificada.
3.3.5.1.5	ALESC e Deputados. Câmaras e Vereadores.	Recursos humanos. Orçamento.	Proposição de emenda na forma regimental de cada casa legislativa consignando a finalidade da segurança nas escolas.	Anual	Curto	Destinação de recursos via emenda parlamentar
3.3.5.1.6	Poder Executivo Estadual. Poder Executivo Municipal. Conselho de Assistência Social.	Recurso humano. Disponibilidade financeira.	a) Elaboração de projetos de lei do PPA, LDO e LOA.	Anual	Médio	Leis.
3.3.5.1.7	Poder Executivo Estadual. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Civil.	Recurso humano. Disponibilidade financeira.	a) Elaboração de projetos de lei do PPA, LDO e LOA. b) Definição de dotação orçamentária específica. c) proibir o contingenciamento na LDO.	Anual	Médio	Leis.

### 3.6 METAS POR ATORES

Após a confecção das matrizes operacionais separadas por macroestratégias, se tornou necessário analisar as proposições objetivando a definição das competências de cada um dos atores responsáveis, bem como avaliar as metas e prazos estabelecidos a fim de operacionalizar e efetivar o PLIN de modo permanente e com abrangência para todas as unidades educativas do Estado.

Desse modo se procedeu com a sistematização das matrizes em uma única planilha que permitisse a elaboração de tabelas, gráficos e outras análises visando apoiar gestores e instituições de controle acerca das informações nelas propostas. Como elucidado anteriormente, as proposições foram divididas em 5 macroestratégias, onde a macroestratégia de Prevenção e Mitigação foi subdividida em outras 5 categorias, sendo assim a que mais recebeu proposições, somando 42 ao todo representando 59,2% das 71 propostas como se observa na Tabela 1.

<b>Tabela 1 - Total de proposições por macroestratégia</b>		
<b>Macroestratégia</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO - Formação, Capacitação e Treinamento Permanente	9	12,7%
PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO - Formação, Capacitação e Treinamento Permanente	7	9,9%
PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO - Infraestrutura e Vulnerabilidades	5	7%
PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO - Parcerias	12	16,9%
PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO - Recomendações, Proposições Legais e Normativas	9	12,7%
PREPARAÇÃO E RESPOSTA	5	7%
RECUPERAÇÃO	12	16,9%
ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL E MONITORAMENTO CONTINUADO	5	7%
FINANCIAMENTO	7	9,9%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>71</b>	<b>100%</b>

Também foram analisadas as proposições que possuem ações ou competências a serem desempenhadas por áreas específicas de atuação, ou ainda que devam ser realizadas conjuntamente por se tratarem de ações que, por competência legal ou por capacidade técnica, devem ser desempenhadas dessa forma. Na Tabela 2 são apresentadas as proposições por área de competência.

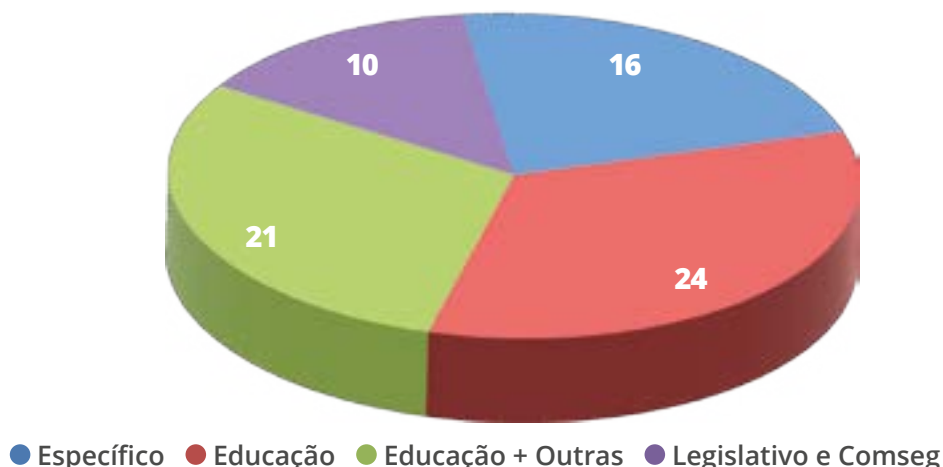
Nessa análise se percebe que a maior parte das competências é de responsabilidade da Educação, conforme apontam as 24 proposições específicas representando 33,8%, mas que podem ainda serem consideradas no total de 29. Ao somar a estas as competências específicas dos Gestores das Unidades Educativas, gestores da Educação, essa representação passa para 40,8%.

Cabe ainda observar o montante de proposições da Educação somadas às que também dependem de ações de outros atores. Nesse cenário, as competências da Educação chegam a somar 45 proposições e representam 63,3% do total geral, em contrapartida das 26 proposições, (sendo 36,7%) que possuem competências específicas de outras instituições, como se pode observar no Gráfico 1.

**Tabela 2 - Total de proposições por atores / competência**

<b>Ator / Competência</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
EDUCAÇÃO	24	33,8%
GESTOR LOCAL	5	7%
EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA	6	8,4%
EDUCAÇÃO, SEGURANÇA PÚBLICA E PROTEÇÃO CIVIL	2	2,9%
GESTOR LOCAL E SEGURANÇA PÚBLICA	1	1,4%
EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	4	5,6%
INTEGRA E EDUCAÇÃO	1	1,4%
EDUCAÇÃO E JUSTIÇA	1	1,4%
EDUCAÇÃO E SAÚDE	1	1,4%
LEGISLATIVO	7	9,9%
SEGURANÇA PÚBLICA	4	5,6%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	4	5,6%
INTEGRA	3	4,2%
PLANEJAMENTO	4	5,6%
JUSTIÇA	2	2,9%
FAZENDA	2	2,9%
<b>Total geral</b>	<b>71</b>	<b>100%</b>

**Gráfico 1 - Proposições agrupadas por atores / competências.**



Outro aspecto analisado das proposições foi o prazo estabelecido para sua implementação. A maioria delas, representando 45,1% ou 32 proposições, são de **curto prazo**, consideradas nesta análise ações que podem ser implementadas até o final deste ano. Com 31 proposições, ou seja, 43,7% de **médio prazo**, ações que podem ser iniciadas ao longo deste ano, mas que ensejam estruturação para sua conclusão no próximo ano. E, finalmente, as ações de **longo prazo**, com 8 proposições, as quais necessitam de estratégias mais detalhadas e com o envolvimento de outras áreas, ou dependem ainda de planejamento ou recursos financeiros extraordinários. Dessa forma, devem ser implementadas ao longo dos próximos dois anos, como se observa no Gráfico 2, a seguir.

**Gráfico 2 - Proposições por prazo de implementação.**



A fim de detalhar os prazos de implementação, foram realizadas as análises quanto aos atores responsáveis por cada tipo, sendo apresentadas a seguir as proposições de curto, médio e longo prazos, nas Tabelas 3, 4 e 5 respectivamente – onde novamente se percebe que a maior parte das ações, independentemente do prazo de implementação, são da Educação.

**Tabela 3 - Total de proposições de Curto prazo por Ator / Competência**

<b>Ator / Competência</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
EDUCAÇÃO	14	43,7%
GESTOR LOCAL	3	9,4%
EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA	2	6,3%
EDUCAÇÃO, SEGURANÇA PÚBLICA E PROTEÇÃO CIVIL	1	3,1%
GESTOR LOCAL E SEGURANÇA PÚBLICA	1	3,1%
EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	3	9,4%
LEGISLATIVO	4	12,5%
SEGURANÇA PÚBLICA	2	6,3%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	3,1%
FAZENDA	1	3,1%
<b>Total geral</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>

**Tabela 4 - Total de proposições de Médio prazo por Ator / Competência**

<b>Ator / Competência</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
EDUCAÇÃO	9	29,0%
GESTOR LOCAL	2	6,5%
EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA	2	6,5%
EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	3,2%
INTEGRA E EDUCAÇÃO	1	3,2%
EDUCAÇÃO E JUSTIÇA	1	3,2%
EDUCAÇÃO E SAÚDE	1	3,2%
LEGISLATIVO	3	9,7%
SEGURANÇA PÚBLICA	2	6,5%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	3,2%
INTEGRA	3	9,7%
PLANEJAMENTO	4	12,9%
FAZENDA	1	3,2%
<b>Total geral</b>	<b>31</b>	<b>100%</b>

**Tabela 5 - Total de proposições de Longo prazo por Ator / Competência**

Ator / Competência	Total	%
EDUCAÇÃO	1	12,5%
EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA	2	25,0%
EDUCAÇÃO, SEGURANÇA PÚBLICA E PROTEÇÃO CIVIL	1	12,5%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2	25,0%
JUSTIÇA	2	25,0%
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>100%</b>

O Gráfico 3 apresenta os resultados das análises das proposições por periodicidade, ou a validade de cada proposta, algumas definidas com validade anual, ou seja, que devem ser implementadas a cada ano, pois nesse meio tempo pode haver alterações, demandando o esforço conjunto de todos os atores envolvidos para manter as proposições ativas. Nesta base, foram identificadas 29 proposições (40,8%) anuais.

As ações com periodicidade contínua contabilizaram 23 itens, os quais versam basicamente sobre competências cotidianas ou que têm a ver com a missão institucional dos atores envolvidos. Elas representam 32,4% das proposições.

As ações com validade única são aquelas em que sua aplicação depende de cenários específicos, ou que uma vez implementadas não dependem de outras ações para sua efetivação, nesta análise representam 19 proposições, na proporção de 26,8%.

**Gráfico 3 - Proposições por periodicidade de validade.**

Em uma análise final dos resultados, é possível observar que o segmento Educação detém o protagonismo absoluto das ações a serem implementadas, devendo buscar as parcerias e exigir de outros atores o compromisso necessário para sua implementação já que a maior parte das ações foram definidas como de curto e médio prazos, sendo que a maior parte delas com validade anual ou contínua, demonstrando que, se adotadas essas providências, dentro do prazo estabelecido, resultados positivos para a evolução da Segurança Escolar podem ser colhidas em pouco tempo.

Salienta-se então, a necessidade da formação de um Colegiado de Educação, com a participação efetiva de representantes da Secretaria de Estado da Educação, UNDIME, FECAM, UNCME, Conselho Estadual de Educação, Universidades, SINEPE, área de educação do MPSC e TJSC, entre outros, a fim de consolidar a Política Pública de Educação no Estado de Santa Catarina de modo a incluir todas as unidades educativas, de todos os níveis e modalidades de ensino.

Por fim, ressalta-se que as metas aqui elencadas não são impositivas, mas sim dados sugestivos para o início dos trabalhos que serão executados pelo INTEGRA Escolar e pelo Observatório da Segurança Escolar de Santa Catarina. Trata-se, portanto, da compilação de um trabalho técnico que pode ser revisto e que servirá de base para a construção de uma política pública efetiva.

### 3.7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cartilha Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação, Ministério da Justiça, Brasília : Maio/2010

Evitando a Violência Escolar Alvo: Uma Análise do Serviço Secreto dos Estados Unidos sobre conspirações contra escolas. Centro Nacional de Avaliação de Ameaças do Serviço Secreto dos EUA (NTAC), março de 2021.

MELHORANDO A SEGURANÇA ESCOLAR Um Guia Operacional para USANDO UM MODELO DE AVALIAÇÃO DE AMEAÇA Prevenção da Violência Escolar Direcionada. Centro Nacional de Avaliação de Ameaças do Serviço Secreto dos EUA (NTAC). Julho de 2018

Santa Catarina. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Política de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências na escola** / Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. – Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Portal da Educação Institucional**. Disponível em: <http://serieweb.sed.sc.gov.br/cadueportal.aspx> Acesso em 30/08/2023.





A photograph of two students in a classroom setting, focused on building a robot. The student in the foreground is a young woman with dark hair, wearing a red and white striped shirt, smiling as she works. The student in the background is a young woman with long blonde hair, wearing a light blue shirt, using a screwdriver on the robot. The robot is a complex assembly of metal brackets, gears, and electronic components. The word "Integration" is written in a large, white, cursive font across the bottom of the image.

# Integration

# 4. Missões Nacional e Internacional

## 4.1 MISSÃO NACIONAL ESTADO DE SÃO PAULO

Nos dias 26 e 27 de julho de 2023, o Comitê de Ações Integradas para Cidadania e Paz nas Escolas realizou missão para conhecer a estrutura, os equipamentos de segurança, a tecnologia e a inteligência disponíveis das instituições de segurança e educação do Estado de São Paulo. Na oportunidade, o Comitê conheceu as estruturas do CICC (Centro Integrado de Comando e Controle), do COPOM (Centro de Operações Policiais Militares), da DCCIBER (Divisão de Crimes Cibernéticos da DEIC – Polícia Civil de São Paulo) e da Secretaria de Estado da Educação. Durante as visitas, ocorreram diversas trocas de experiências, com destaque para a simulação de uma ocorrência escolar com a atuação de um atirador ativo, oportunizada pela equipe do Cap. PMESP Boldrini.

### 4.1.1 Visita ao CICC

A visita começou pelo Centro Integrado de Comando e Controle, onde o grupo foi recebido por João Henrique Martins, coordenador da estrutura, e pelo Cap. PMESP Topalian. Na visita, vários aspectos da violência nas escolas foram abordados, começando pelos agentes envolvidos. Há o participante qualificado como “autor da agressão”, o que efetivamente comete o ato de agressão e também os participantes qualificados como “replicadores” que divulgam o conteúdo da agressão, incentivam ações de violência e, inclusive, geram “fama” para a violência e para o “autor da agressão”. A fama foi apontada como principal objetivo dos participantes dessas ações.



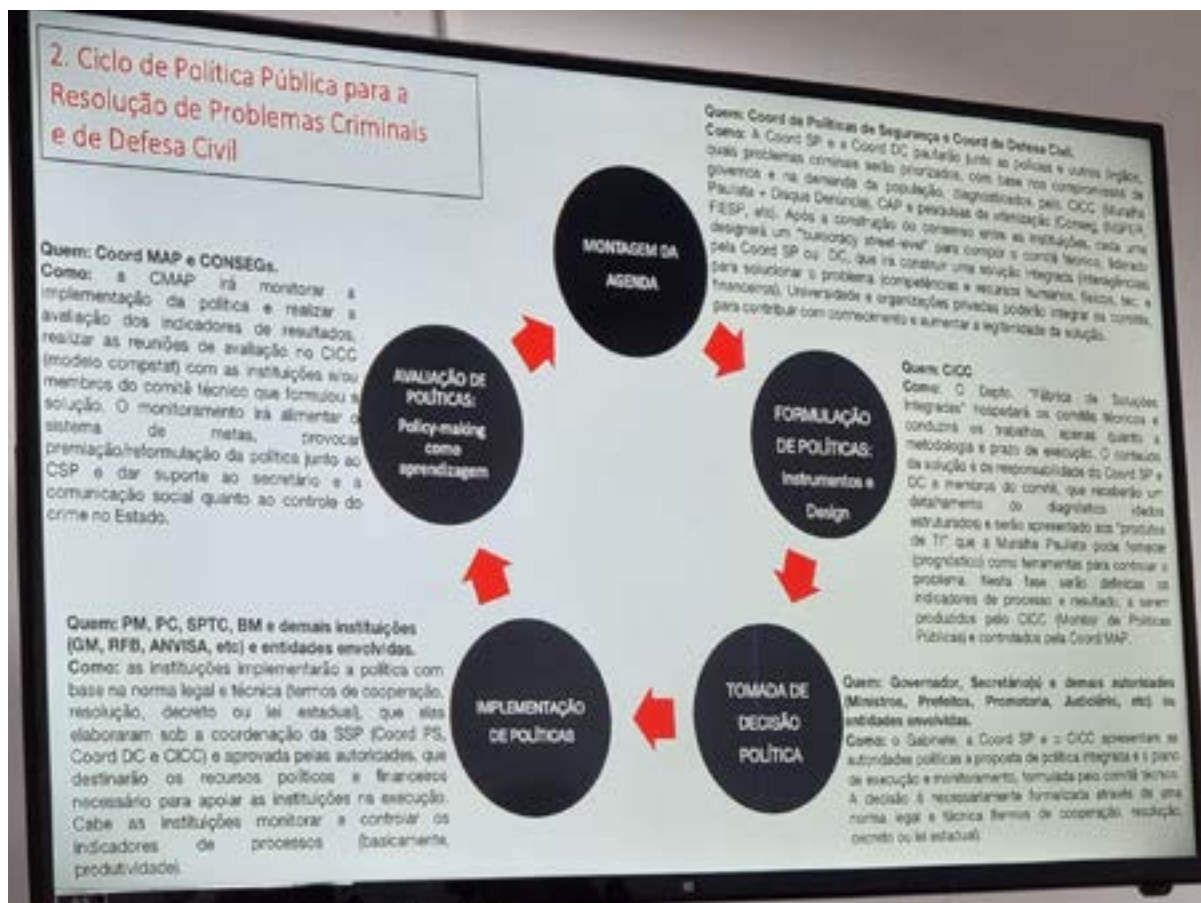
**Figura 1:** Grupo do INTEGRA é recebido no CICC



Para debater a questão, a função do CICC é atuar reunindo todos os colaboradores em uma mesa, atribuindo funções e organizando o meio institucional para cumprir a tarefa. Para o enfrentamento de questões de crise e planejamento para evitá-las, O CICC emprega um protocolo científico que conta com a integração de várias forças de segurança, como secretarias estaduais, como educação e saúde, e empresas estaduais, de gás e de mobilidade urbana [trens e metrô] por exemplo, contando com o monitoramento ativo de mais de 10 (dez) mil câmeras. O planejamento conta, inclusive, com a elaboração de minutas de projetos de lei de política pública, que são entregues aos parlamentares de São Paulo. A montagem da política pública ocorre em um ciclo de ações que inicia com a montagem da agenda que consiste na identificação da questão e o processo de busca dos responsáveis para compor o grupo. Após a montagem da agenda, inicia-se o processo de design das políticas públicas com os atores envolvidos no nível técnico.

Elaborada a política técnica, entram em cena os decisores políticos que detêm a atribuição de ajustar o proposto e determinar sua implementação. Política aprovada, inicia-se a fase de implementação onde os órgãos impactados são demandados a executar o que foi definido. Após a implementação, inicia-se a fase da avaliação pelo CICC da política pública implementada e eventuais ajustes que sejam necessários.

**Figura 2:** Ciclo de elaboração de política pública do CICC



Esse ciclo está relacionado à questão da violência nas escolas. Entre os principais desafios, o coordenador apontou “arranjo institucional”, o “quem faz o quê” para a otimização da capacidade instalada. O objetivo é evitar a retrabalho entre os órgãos envolvidos e aproveitar ao máximo a estrutura existente.

Para além da questão estrutural, outro ponto abordado é como aumentar o “custo do crime”. Para o coordenador, são necessárias mudanças legislativas na esfera federal (Código Penal e Código de Processo Penal) que caminhem no sentido de tornar o crime mais severamente punido. Segundo o profissional, por mais que os autores da agressão por vezes possuam distúrbios sociais ou mentais, a decisão de cometer o ato é sempre pensada. O grupo trabalha com a teoria de que a decisão de cometer o crime é sempre um ato racional.

Outra observação levantada é que, após o cometimento de ataques, o Estado deve ser rápido e desproporcional na resposta, demonstrando que esses tipos de violências não passam impunes, contribuindo com a possibilidade de dissuasão de futuros criminosos.

Como o principal benefício que esse tipo de criminoso busca é a “fama”, o coordenador apontou também a necessidade de extremo cuidado dos meios de comunicação ao falar sobre esse tipo de questão. Deve-se evitar dar o que o autor da agressão busca, inclusive como forma de evitar que novos ataques sejam incentivados.

Sobre a segurança nas escolas, São Paulo está debatendo a questão. A ideia apresentada até o momento é a de colocar um policial militar atuando como gestor de segurança das unidades de ensino, mas por questões locais nesse momento sem utilização de farda. Esse profissional deve atuar como gestor de fato, observando as fragilidades do ambiente e zelando pelo espaço de forma a sugerir mudanças que o deixem mais seguro e não apenas como um policial de vigi-  
lância.

Outra ideia que está na mesa é a implementação de um detector de metais que atue nas escolas de forma itinerante, buscando alcançar em especial as que passam no momento por conflitos e/ou ameaças. Foi desenvolvido também um botão de pânico por aplicativo para ser utilizado pelos professores.

A questão da formação dos profissionais de educação também foi debatida na visita ao CICC, falou-se da necessidade de agregar disciplinas que abordem a questão da segurança nas escolas já na formação dos futuros profissionais de educação.

Outro ponto de destaque é a existência de câmeras em quase todas as escolas no Estado de São Paulo que são monitoradas por profissionais instalados no centro de operações que fica próximo ao COPOM, local que o grupo visitou na sequência.

**Figura 3:** sala de monitoramento de câmeras, inclusive de escolas



### 4.1.2 Visita ao COPOM

Após o debate no CICC, o grupo se deslocou para uma rápida visita à estrutura do Centro de Operações Policiais Militares, o COPOM. No local, foi possível entender o funcionamento do atendimento das ocorrências na capital paulista e o monitoramento das câmeras.

**Figura 4:** estrutura de atendimentos do COPOM



O COPOM de São Paulo possui um sistema de atendimento que prevê o registro de uma modalidade de ocorrência específica para casos de violência ou grave ameaça que estejam acontecendo no momento, a chamada pré-ocorrência. Nesses casos, como o crime está em curso, o operador inicia o registro e o sistema, ao identificar que a questão é de relevância imediata a notícia já é enviada para as guarnições responsáveis pela área onde o atendimento é necessário, sem a necessidade de aguardar a finalização completa do registro pelo profissional que atua na central de atendimento. Esses minutos podem fazer a diferença no deslocamento dos profissionais de segurança.

Todos os policiais utilizam câmera corporal e, assim que recebe uma ocorrência, o COPOM consegue monitorar em tempo real o desfecho. Na oportunidade, foi possível acompanhar um exemplo da atuação e a equipe assistiu a uma prisão em flagrante de um possível crime de roubo que ocorria no momento.



### 4.1.3 Visita à divisão de crimes cibernéticos

Após a visita ao COPOM, o grupo do INTEGRA foi recebido pelo delegado Carlos Afonso na delegacia que atua de forma especializada no combate aos crimes cibernéticos. Os participantes puderam conhecer um pouco da atuação dos profissionais envolvidos na dinâmica do combate deste tipo de crime no Estado de São Paulo.

A delegacia atuou em todos os crimes envolvendo atirador ativo que aconteceram em São Paulo e também conseguiu evitar que outros ocorressem. A partir da observação e entrevista dos envolvidos nos casos, o titular fez algumas observações aos integrantes do grupo. A primeira delas é que é necessário, segundo ele, trazer o jovem para a realidade. De acordo com o delegado, o adolescente precisa entender que na vida acontecem dissabores. A maioria dos ataques foi motivada por questões sociais como *Bullying* e desilusões “o rapaz perde a namorada e resolve ameaçar a escola” afirmou exemplificando o delegado. Assim, a equipe da delegacia aponta para o caminho de levar para dentro das escolas conteúdos mais práticos da vida como educação financeira, entendimento das instituições e também o apoio psicológico.

A ausência de valores familiares também foi um traço marcante observado pelo delegado. Os envolvidos em episódios de ataque não possuíam qualquer referência de autoridade seja ela dos pais, professores ou mesmo do Estado. Eram adolescentes completamente alienados da vivência em sociedade. Nessa linha, a equipe acredita na criação de uma ação para o monitoramento de comportamentos muito fora do padrão de alunos em unidades escolares para que a inteligência policial possa alcançar e monitorar eventuais futuros atores de casos assim.

**Figura 5:** visita à delegacia de combate a crimes cibernéticos.



Outra questão também abordada foi a legislação federal. A equipe da delegacia sugere que se busque uma mudança legislativa para que se estabeleça um protocolo para obtenção de dados por questão de vida, em casos como o de violência nas escolas ou sequestros os agentes defendem que não há como esperar a autorização judicial para obter os dados das operadoras.

#### **4.1.4 Visita à Secretaria de Estado da Educação de SP**

No segundo dia de visitas a agenda da comitiva do INTEGRA iniciou pela Secretaria de Estado de Educação de São Paulo. A delegação foi recepcionada por uma equipe multidisciplinar chefiada pelo Secretário Executivo Vinícius Mendonça Neiva.

Um ponto que foi abordado é a existência em São Paulo de uma dificuldade de comunicação entre a pasta da segurança e a da educação para a atuação nos conflitos nas escolas. Para diminuir o problema, houve a lotação de uma capitã da PMESP dentro da pasta da educação para facilitar o entendimento. A função é hoje exercida pela capitã PMESP Betânia.

A questão da violência nas escolas também está na fase de debates por lá, a secretaria está trabalhando na elaboração de um protocolo próprio de ação para distribuir aos atores que participam da questão. Esse protocolo deverá abordar inclusive a questão da divulgação dos atentados pela imprensa para evitar o “efeito espelho” que é o incentivo a novos ataques pelo “exemplo” do ataque anterior.

A falta de psicólogos nas escolas também é uma questão a ser vencida no Estado de São Paulo. A pasta da educação está estudando a implementação de um modelo de contratação dessa mão de obra de forma regional, os profissionais seriam distribuídos nas diretorias de ensino regionais que no estado somam 91 estruturas.

A integração da unidade escolar com essa equipe instalada nas regionais se daria por intermédio de um professor com parte da carga horária dedicada a atividades de justiça restaurativa. Esse profissional será investido na condição de “orientador de convivência” e receberá treinamentos voltados para a mediação de conflitos e cultura da paz. Esse orientador de convivência terá carga horária dedicada especificamente para a atividade de acordo com o tamanho da unidade escolar, mas deverá obrigatoriamente manter uma parte de suas atividades em sala de aula para não perder o contato com os alunos.

**Figura 6:** Visita a Secretaria de Educação - SP



#### **4.1.5 Visita ao Batalhão da PMESP em Campinas**

Na sequência da visita à Secretaria de Educação, o grupo do INTEGRA se deslocou para a cidade de Campinas, onde foi recebido pelo Cap. PMESP Boldrini. Lá, pode acompanhar um treinamento feito rotineiramente com os policiais militares sobre como atender a uma ocorrência com um agressor atirador ativo, que é o caso dos ataques nas escolas. Integrantes da delegação puderam participar da chamada “pista” de treinamento.

Um dos pontos de destaque apontados pelo oficial da PMESP é a diferença operacional do atendimento de uma ocorrência com atirador ativo para as ocorrências normais. A atuação tática do profissional é completamente diferente, visto que o primeiro objetivo deve ser localizar o autor da agressão.

A partir da observação, o grupo pode constatar a necessidade de treinamentos frequentes para Policiais Militares e também o desenvolvimento de ações de capacitação para os profissionais da educação para que enfrentem esse tipo de dinâmica.

**Figura 7:** treinamento para situações de violência nas escolas



#### 4.1.6 Principais Tópicos

De maneira sintetizada, puderam ser elencados os seguintes tópicos acerca da Missão Nacional a São Paulo:

##### 4.1.6.1 Considerações gerais

- a) SP tem cooperação internacional com as agências de segurança dos Estados Unidos desde que sofreram os primeiros ataques;
- b) Tem um centro de controle do crime, que avalia a segurança nas escolas de forma multidimensional;
- c) Rol de serviços ofertados pela PM e PC é muito grande, portanto é necessário organizar os serviços – o arranjo institucional é um problema;
- d) Os fenômenos de ataques nas escolas não são isolados, e tendem a se repetir;
- e) É necessário conceituar o que é o ataque às escolas;
- f) A formação do criminoso é diferente do comportamento criminal;
- g) Há também dois perfis: o autor da agressão e o replicador. Por isso, e, hipótese alguma, se divulga ações dessa natureza;
- h) A sociedade tem dois caminhos: evitar que alguém se torne criminoso, ou evitar que o crime aconteça;
- i) Mesmo a sociologia da violência, a ciência, não consegue nos dar um caminho segu-

ro em relação a esse tipo de crime, porque o mecanismo de formação do criminoso não é controlável. Por isso temos que ter ações que invistam em evitar o comportamento criminal;

j) A estratégia: outro ponto importante é aumentar o custo da atividade criminal com o propósito de dificultar o crime;

k) Temos um erro no nosso conteúdo legislativo federal: para inibir o comportamento criminal é necessário dissuadir e punir;

l) O problema não é a pena, mas a falta de execução das mesmas – falta o efeito incapacitador da política de segurança; esse é o nosso maior problema;

m) O nosso efeito incapacitador não funciona;

n) As escolas não tem controle de acesso e tem vítimas frágeis, por isso os alvos são fáceis;

o) Ainda que o crime decorra de alguma patologia, é realizado de forma racional;

p) A estratégia, nesse caso, tem que possibilitar que se aumente a dissuasão, criar um efeito paralisante no autor da agressão;

q) Quem produz o comportamento criminal? É possível identificar um autor potencial de agressão?

r) É preciso tornar o nosso trabalho cientificamente mais valioso: academizar o nosso trabalho;

s) Tempo de resposta é decisivo para a resolução do crime;

t) O sistema jurídico brasileiro não tem espaço pra informação de inteligência;

u) O poder judiciário e o MP não estão preparados para entender essas questões;

v) Informação de inteligência não pode ter rótulo ou vínculo;

w) Teorias da psicologia do transtorno opositivo desafiador;

x) A sociedade precisa rever e repensar a questão de costumes;

y) Precisamos combater a banalização do mal.

#### **4.1.6.2 Considerações para a Educação:**

a) Criação da PLACON: Plataforma de convivência;

b) Conflitos: aplicação da justiça restaurativa e da cultura da paz;

c) Equipe multidisciplinar nas diretorias: 1 psicólogo, 1 coordenador pedagógico, 1 assistente social, 1 professor coordenador do Conviva e um gestor de segurança do núcleo de convivência para cada 10 escolas;

d) Botão do pânico para o gestor de segurança escolar;

e) Compartilhamento da base de dados da educação de forma inteligente;



- f) Integração dos dados do sistema prisional (transferências de presos)/matrículas;
- g) Equipe de monitoramento de câmeras integrada com a polícia, junto do centro de operações da PM;
- h) Instituto Ame sua mente: cursos de 10 a 30h sobre justiça restaurativa e cultura da paz;
- i) Professor e orientador de convivência: 10h sala de aula; 30h na atividade;
- j) A ideia não é fazer psicologia clínica na escola. Nesse caso encaminhar para a saúde. GAP: Como fazer o acompanhamento da recomendação (se a família leva o aluno a consulta e como priorizar no sistema público de saúde?).

#### 4.1.6.3 Como analisar a segurança de uma escola?

- a) Tamanho da escola;
- b) Nível de periculosidade da região;
- c) Dados socioeconômicos da cidade;
- d) Identificação de alvos possíveis (inteligência): quem está preso, ou já saiu e tem o perfil; cadastro da saúde (portadores de psicopatologia); educação: alunos com problemas decorrentes de *Bullying*;
- e) Eleger uma autoridade para fazer o gerenciamento de dados.

#### 4.1.6.4 Processo de formulação da política de segurança escolar

- a) Definir a matriz de competências;
- b) Definir os indicadores de processo para o controle dos resultados;
- c) Definir os protocolos: conjunto de medidas a serem adotadas;
- d) Após tomada a decisão política, parte-se para a implementação.

#### 4.1.6.5 Ideias para a segurança pública (geral)

- a) Serviço de teleatendimento contratado por empresa para 190, com atendentes civis em centro de controle. Ao receber a chamada, na pré-ocorrência o sistema distribui a denúncia do crime imediatamente para o batalhão mais próximo da região – contratação compartilhada, com teste psicológico e aprovação da PM. Jornada de 6h;
- b) Recebimento de ocorrências por aplicativo;
- c) 190 também em inglês e espanhol;
- d) Lei que assegure o acesso a informação em sites e bancos quando se tratar de segurança a vida sem precisar de mandado judicial;
- e) DGen escolar: hora extra autorizada com vagas para ronda escolar e permanência

nas unidades de ensino (?) – diária especial de jornada extraordinária para atendimento da educação, com número de vagas e locais definidos;

f) Curso prático de simulação de ataques em escolas para policiais.

#### **4.1.6.6 Perfilamento do autor da agressão das escolas**

a) Adolescentes que não têm a mínima visão de valor/autoridade;

b) A vida deles opera-se como se fosse um jogo, fora da realidade;

c) Geração que vive numa bolha imaginária;

d) Famílias desestruturadas, que não ensinaram a seus filhos o que são valores, não têm noção de respeito;

e) Momento de estímulo à violência/falta de diálogo;

f) Jovens que não entendem o que é um problema, e o que é um compromisso;

g) A maioria nunca ouviu um não do pai ou da mãe.

#### **4.1.6.7 O que a escola pode fazer para colaborar com o processo**

a) Defesa da ordem; respeito às autoridades é um direito humano (dever humano = direito humano);

b) Declaração americana: direitos humanos não acontecem sem deveres humanos;

c) Sugestões para o currículo escolar: educação financeira; solução de conflitos.

#### **4.1.6.8 Sugestões gerais**

a) Conceituar o ataque às escolas;

b) Patrulhamento digital;

c) Gestor de segurança na escola – na unidade de ensino, ou na coordenação de algumas unidades – criar a figura, com acesso ao botão do pânico (aplicativo);

d) Cursos para os policiais;

e) Videomonitoramento em todas as escolas;

f) Violência no ambiente cibernético não tem local de infração – correção legal;

g) Criminalização do perjúrio;

h) Copiar protocolo de utilização de dados por fontes de inteligência em casos de preservação da vida;

i) Autorização de instrução/debate/julgamento na própria audiência de custódia para alguns casos.



### 4.1.6.9 Sugestões: trazendo para a nossa realidade

- a) Criação de grupo de trabalho permanente para acompanhamento da segurança escolar/cidadania – definir nome e composição, com o propósito de construir a política pública de segurança escolar;
- b) Lei estadual para inclusão no currículo formativo do professor: segurança escolar; gestão de conflitos; política de convivência e outras temáticas relevantes;
- c) Criação do observatório da violência escolar;
- d) Criar escola para professores: cursos para professores, a serem aplicados de forma interdisciplinar: educação para a redução de riscos e desastres; justiça restaurativa; cultura da paz;
- e) Cursos práticos de simulação de ataques em escolas para policiais civis e militares.

## 4.2 MISSÃO INTERNACIONAL MEDELLÍN

### 4.2.1 Introdução

A Missão Internacional sobre Segurança nas Escolas foi realizada entre os dias 23 e 26 de julho de 2023, na cidade de Medellín, na Colômbia, como uma das estratégias do Comitê de Ações Integradas para Cidadania e Paz nas Escolas (INTEGRA Escolar).

A cidade de Medellín foi escolhida devido à grande transformação vivenciada nas últimas três décadas. Apesar de já ter sido considerada uma das cidades mais violentas do mundo na década de 90, a cidade vem sendo reconhecida internacionalmente por suas iniciativas de criatividade, urbanismo e desenvolvimento que melhoram a vida de seus cidadãos.

Esses resultados são frutos de um grande projeto estratégico 1995-2015 que compilou o resultado de uma pesquisa de 4 anos executada diretamente com os cidadãos, em seus bairros. Durante esses 4 anos, o poder público visitava os bairros e escutava os cidadãos, em uma transmissão ao vivo na televisão. Além de oportunizar a participação popular, todos os demais puderam ver as reais condições de vida de sua cidade.

Todas estas informações compuseram um dossiê, no qual foram identificados os três principais desejos dos cidadãos: que Medellín fosse a cidade mais educadora, mais inovadora e um importante destino turístico. Além disso, constatou-se que o problema da cidade não era a violência em si, mas sim os fatores que levavam à violência: a desigualdade e a falta de acesso às oportunidades. Dessa forma, a estratégia de longo prazo visou a inclusão social e a promoção dos “entornos protetores”, nos quais o papel das escolas é fundamental para promover a proteção, convivência e paz.

Dessa forma, a Missão Internacional objetivou conhecer as experiências vivenciadas e as políticas públicas implementadas pela cidade de Medellín, a fim de que trazer conhecimento e embasamento para que a ALESC, por meio do INTEGRA Escolar, proponha estratégias que visem prevenir atos violentos contra as instituições de ensino, seus alunos e professores.

Para isso, foram feitas reuniões e entrevistas com reitores, diretores e coordenadores de escolas públicas e privadas, professores, líder comunitário, gestor de políticas públicas, líder de estudantes, alunos e membros do Escritório de Resiliência (vinculado à Secretaria de Segurança). Estas reuniões foram feitas in loco, ou seja, em creches, escolas, centros culturais e favelas.

## 4.2.2 Programas, Políticas e Iniciativas

### 4.2.2.1 Plano Estratégico e Entornos Protetores

O plano estratégico da cidade de Medellín é focado na integração social. Sendo assim, permitir que a população das comunas tenha acesso facilitado para os grandes centros foi uma das ações executadas. Para isso, o transporte público conta com linhas de ônibus, metrô e teleférico, alternativa para mitigar os obstáculos decorrentes do relevo montanhoso (Figura 8).

Além disso, a municipalidade apostou em uma cidade educadora como uma estratégia principal para criar oportunidades. Na última década, Medellín criou 128 centros educativos e 53 bibliotecas públicas, sendo que estas não são apenas destinadas à leitura de livros, mas também como ponto de encontro aberto ao público que queira acessar computadores e internet ou realizar eventos virtuais ou presenciais. Além de universidades estaduais e federais, a cidade construiu 5 universidades públicas.

**Figura 8:** Teleférico como parte do plano estratégico para integração social.



Fonte: Agência ALESC, 2023.

As escolas são entidades-chave na construção dos Entornos Protetores. Desde 2019, os Entornos Protetores auxiliam as instituições educacionais no reforço da gestão escolar, promovendo a convivência e a mediação no ambiente escolar, incentivando a liderança estudantil, fortalecendo a relação entre família e escola, garantindo o exercício dos direitos humanos e incentivando a formação de cidadãos e visando à proteção de crianças e jovens contra os diversos tipos de violência. Estes princípios estão presentes no dia a dia da dinâmica escolar.

Assim, a escola apresenta não somente um caráter técnico, mas sim o papel de centralizador dos processos na integração social. Em diversas ocasiões foram relatadas ações que ilustram na prática a forma como a ideia da criação dos Entornos Protetores em torno das escolas está presente, independente de se tratar de escola pública ou privada e da faixa etária de atendimento.

Para auxiliar nestas ações, outras estruturas estão presentes em voltas das creches e escolas de cada comuna (Figura 9), como um Centro Cultural, uma Biblioteca, um Centro de promoção de emprego e Trabalho, uma Casa de Justiça para exercer a polícia comunitária, mediar conflitos e fornecer serviços de registros, emissão de documentos, entre outros. Tendo em vista que o objetivo desses complexos estruturais era diminuir a desigualdade social, as melhores estruturas foram idealizadas e implementadas para os bairros mais vulneráveis.

**Figura 9:** Biblioteca e Centro Cultural, exemplos de estruturas que compõem o plano estratégico de Medellín.



Fonte: Agência ALESC, 2023.

A estratégia não é composta apenas de estruturas grandes e dispendiosas. Parques e quadras esportivas estão presentes, assim como o “Escuchadero” (Figura 10). O “Escuchadero” é uma estrutura onde um psicólogo atende a população, e fica situada na saída dos metrô, onde há uma grande circulação de pessoas e onde existe o maior aumento de tentativas de suicídios. A ideia é que a comunidade conte com apoio para lidarem com suas angústias e medos.

**Figura 10:** Unidade de “Escuchadero”, para consulta psicológica.



#### 4.2.2.2 Buen Comienzo

Buen Comienzo é o Programa da Prefeitura de Medellín que oferece educação inicial e promove o desenvolvimento integral, diverso, inclusivo e autônomo de meninos, meninas e suas famílias desde a gestação até os primeiros cinco anos de vida, por meio de diferentes modalidades de atendimento que atendam às suas necessidades. O foco central do programa é que as crianças tenham uma primeira infância feliz, com acolhimento e ensinamento de valores que formarão jovens mais felizes e cidadãos mais participativos.

Como todas as políticas públicas consolidadas, o Buen Comienzo começou com muita pesquisa e testes, em um modelo baseado em estratégias adotadas na Finlândia e Noruega.

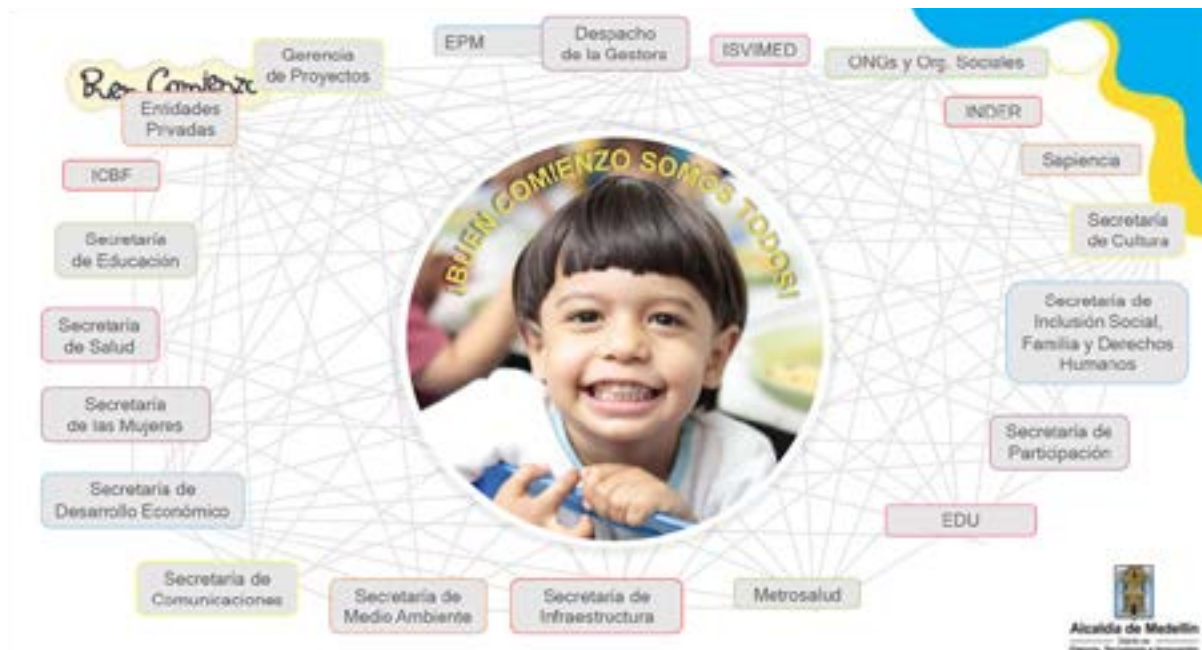
A equipe de gestão do programa é composta por uma profissional de educação, uma de psicologia e uma de saúde. Na cidade de Medellín existem 21 equipes destas, uma para cada comuna. Esta equipe articula, juntamente com cada centro educacional infantil e casas escolares menores, ações que giram em torno da ideia de, mais do que uma obrigação do governo, a educação é um direito das crianças, e que deve ser assegurado a qualquer custo.

Como o programa garante também a inclusão de crianças com deficiências físicas ou de aprendizado, em alguns casos a equipe possui também uma gestora de inclusão.

Esta equipe gestora age conjuntamente com a equipe diretora de cada centro educativo a fim de garantir o bem-estar das crianças. Assim, em casos em que o colégio identifica um problema maior, o caso é reportado à equipe gestora que aciona outras instituições como a Polícia, a Secretaria da Mulher, ou outros, conforme o caso (Figura 11).



**Figura 11:** Estruturas de relacionamento Buen Comienzo.



Fonte: Slides Buen Comienzo, 2023.

Além de tratar dos problemas do centro educacional, a equipe gestora faz visitas ativas de casa em casa para mapear os problemas.

Alguns eixos contemplados nas escolas são:

**Alimentação:** O projeto acolhe as crianças por 8 horas ao dia, independentemente de serem de fora da cidade ou mesmo de outros países. Nesse período são fornecidas de 4 a 5 refeições. Os cardápios são nutricionalmente balanceados, já que cada centro educacional possui um nutricionista.

**Ciência, tecnologia e inovação:** desde pequenas, as crianças são envolvidas em atividades que envolvem ciência, tecnologia e inovação, com ênfase nas ciências exatas (STEAM). Além disso, a educação tem um caráter crítico, onde o foco é explicar o porquê das coisas, suas causas e consequências. Para valorizar a opinião e o interesse das crianças, as atividades são propostas a partir das dúvidas e curiosidades dos alunos. Portanto, o aprendizado passa a ser mais crítico, participativo e atrativo.

**Paz e Convivência:** este eixo trabalha muito com as emoções das crianças, de modo a ajudá-las a lidar com os conflitos e com os diversos sentimentos: raiva, angústia, medo. Esse trabalho, que objetiva garantir a saúde mental, é feito por um profissional psicólogo, já que cada escola possui um em sua equipe. Atualmente existe um projeto piloto para instalação de câmeras de reconhecimento facial para identificação das emoções das crianças. Assim, quando for constatada tristeza ou angústia, por exemplo, os professores podem identificar algum problema que esteja acontecendo na família e assim, agir precocemente.

Ainda, existe uma preocupação muito grande com a promoção da ideia de cuidado e respeito com o próprio corpo e com o corpo do outro (Figura 12), a fim de prevenir o abuso sexual e violência doméstica.

Família: existe um trabalho muito grande para que as famílias estejam presentes e colaborem com as práticas do colégio. Para isso, são realizadas mobilizações mensais para aproximar os familiares com a escola e discutirem temas como exploração infantil, exploração sexual, amamentação, etc. A família é estimulada em um papel de corresponsabilidade na educação das crianças e na formação de uma comunidade protetora em torno delas.

Professores: os professores são valorizados socialmente, independente do extrato social. Segundo a gestora, o salário médio dos professores do Buen Comienzo é, em média, de US\$ 1.500,00 (dólares) por mês.

**Figura 12:** Comunicação e projeto escolar com foco na proteção e cuidado ao corpo.



Fonte: Agência ALESC, 2023.

Segurança: os centros de educação são monitorados por câmeras, tanto nos corredores como nas salas de aula. Os portões são fechados com cadeados, e existe uma empresa terceirizada para contratação dos vigilantes. Só entram pessoas autorizadas por meio de pré-cadastro. Não há polícia armada nas escolas.

Os slides utilizados para apresentar o programa podem ser acessados por meio do link: [Buen Comienzo](#)

“Mais que tudo, a criança deve ser feliz na escola. Porque uma criança infeliz torna-se um jovem infeliz, e esse jovem pode trazer problemas de violência para a sociedade”

(Cristina Velásquez, Gestora de Educação da Unidade Administrativa Educacional Buen Comienzo).

#### 4.2.2.3 Escola Independência

O colégio público Independência está situado em uma “fronteira invisível”, ou seja, entre dois bairros de grande rivalidade. Apesar de toda esta violência externa, a escola consegue ser um lugar de respeito e paz. Para isso, trabalha-se a importância de conviver com as diferenças.

Os alunos são engajados a participarem e resolverem seus conflitos por meio de diversas práticas. Cada sala de aula tem um mediador, eleito pelos colegas, com função de intermediar

os conflitos. Nessas situações, os alunos envolvidos com o problema são chamados a propor soluções. Então os jovens são provocados a desenvolverem um pensamento crítico e espírito de liderança, empoderando-os para que resolvam seus problemas. Os mediadores têm a função de serem porta-voz das necessidades e desejos dos estudantes, fortalecendo assim a ideia de cidadão em meio a uma sociedade e que tem o poder de escolher seus representantes e dialogar com eles. Ou seja, embutido, há práticas de formação política.

As professoras permanecem de 2 a 3 anos com a mesma turma, criando vínculo e permitindo identificar melhor as necessidades individuais de cada aluno e seus comportamentos destoantes. As professoras recebem capacitações que visam aprimorar suas capacidades de detectar comportamentos diferentes em seus alunos. Elas também fazem periodicamente registros sobre o comportamento e características de cada aluno: se é tímido, agressivo, se venezuelano, colombiano, etc.

Quando o professor identifica algum comportamento diferente, acionam-se algumas rotas de atenção e prevenção. Uma delas é o “círculo da paz”, onde por meio de conversas e escutas, a professora instiga os alunos para que contem o que está acontecendo e tragam as possíveis soluções.

Quando o diálogo não resolve ou quando se trata de assuntos mais graves, utiliza-se alguns dos protocolos consolidados, os quais são classificados por cores, conforme o problema identificado, por exemplo, dourado para suicídio, fúcsia para exploração sexual. Dentre as ações, está o envolvimento de outras partes como chamar os pais dos alunos, a psicóloga ou até mesmo o Comitê de Convivência.

Formado por professores, diretor, representantes dos alunos e psicólogo, o Comitê de Convivência objetiva trabalhar com a comunicação e o diálogo e propor medidas para solucionar os problemas. Em decorrência da realidade da comunidade em que se situa, a escola constantemente reavalia suas estratégias tendo em vista que a população de alunos varia muito devido à mudança das famílias por brigas, separação, abuso sexual, drogas e violência. Nesse sentido, a escola busca mitigar por meio de suas ações toda esta violência que seus alunos sofrem.

Um braço muito marcante da educação é a cultura. Músicas, dança, grafite são algumas das atividades estimuladas e que dispõem dos espaços culturais para aulas e apresentações (Figura 13). Os Centros Culturais são abertos à comunidade, se tornando um ponto de encontro para diversas atividades.

Os indicadores do desenvolvimento dos estudantes e de que as políticas trazem resultados não são as notas que tiraram nas provas, mas sim a participação do aluno em projetos e em cargos de liderança que assume.

Na escola Independência existe muito estímulo das programações neurolinguísticas. Como exemplo, os microfones da escola emitem constantemente mensagens do tipo “ajude seus amigos”, “não corra nos corredores”.

Os corredores e quase todas as salas possuem câmeras, que são acessadas pela direção e pelos vigilantes. Nessa escola, não há presença de policiais. Não que sejam proibidos de entrar, porém não são bem-vindos. Segundo a Diretora, os alunos da Escola Independência, em sua maioria, não respeitam os policiais, pois os julgam agressivos e punitivos. A Escola, ao contrário,



entende que as ações dos jovens são resultados do contexto em que os jovens vivem, e portanto, a escola deve agir de forma restauradora e pedagógica. Suspensões ou expulsões são consequências evitadas ao máximo, pois um dia fora da escola por fazer com que se perca esse aluno para as drogas e violência. Então, além de tudo os alunos não são vistos como indivíduos isolados, mas sim como um ser humano pertencente a um contexto influenciado por acontecimentos passados ou atuais, os quais podem estar comprometendo a sua vida em comunidade, no caso na escola.

**Figura 13:** Os jovens são estimulados a valorizar a cultura por meio de danças, música e artes.



Fonte: Agência ALESC, 2023.

A escola é toda trabalhada para ser um lugar de acolhimento para os jovens, cuidando das emoções e dos sentimentos através do diálogo. Por trás de tudo, a escola tem um enfoque totalmente humanista, escutando e permitindo a participação ativa dos alunos enquanto agentes de transformação. A própria escola foi desenhada conforme os desejos dos alunos.

A relação de confiança aluno-escola vem como consequência da percepção de que seus anseios e reclamações são escutados e atendidos de alguma forma. Com isso os professores e toda a instituição passam também a ser respeitados. Assim, cria-se um círculo protetor em volta da escola, sendo esta uma estratégia da educação em Medellín, não importa que seja uma escola pública ou privada.

E novamente o que pode acontecer é, após uma prática ser bem-sucedida em uma escola, ela pode ser testada em outra escola e logo se transforma em uma política pública. O Comitê de Convivência é um exemplo disso. Atualmente ele é obrigatório em todas as unidades escolares, obrigando-as a criar um protocolo de proteção e convivência que orienta a política de segurança e educação nas comunidades educativas. O Manual de Convivência adotado pela Escola Independência pode ser acessado através do link: [Manual de Convivência - Escola Independência](#).

Além das práticas internas, a escola mantém uma comunicação permanente com os pais. Se o jovem falta um dia ou se percebe um comportamento diferente, o professor já faz contato com a família para saber o que aconteceu. Além disso, busca-se trazer a família para dentro na escola, para que esta seja o ponto de encontro para diversas atividades. Nesta unidade escolar, por exemplo, o terraço abriga uma horta para que as mães dos alunos possam trabalhar. As hortaliças são vendidas para os supermercados mais caros da cidade (Figura 14).

**Figura 14:** Projeto de horta hidropônica no terraço da Escola Independência.



Fonte: Agência ALESC, 2023.

De maneira geral o que se percebe é um sentimento de pertencimento muito grande e de engajamento dos professores. O propósito e objetivo por trás de tudo é muito visível e muito presente em todas as falas dos professores, diretores e líderes comunitários. Existe iniciativa e vontade de fazer as coisas mudarem e isso transpassa qualquer dependência do poder público. Os professores são os grandes atores.

#### **4.2.2.4 Escola Cristo Rei – Cosmo School**

A Escola Cristo Rei é uma unidade privada que atende crianças de 5 a 13 anos, e pertence à rede COMFAMA, equivalente ao “Sistema S” no Brasil.

Seu modelo pedagógico incentiva uma aprendizagem colaborativa, autônoma e ativa, baseada em projetos. Os projetos pedagógicos desenvolvidos surgem a partir da curiosidade dos alunos. Então essa possibilidade de participação e de ser efetivamente ouvido mostra para os alunos que assim deve ser sua posição na sociedade, refletindo na aprendizagem de valores cidadãos.

A voz dos estudantes também é vista através do incentivo à cultura. Muitos são os centros culturais onde eles podem fazer aulas de dança e teatro, aprender a usar instrumentos musicais, e assim complementar de maneira saudável o tempo da escola.

Os professores, aqui chamados de mentores, tratam as crianças e adolescentes como iguais, sem hierarquia, permitindo que opinem, decidam e critiquem até mesmo seus mentores.

Existe uma preocupação muito grande com o bem-estar do professor. De tempos em tempos, os professores passam por uma espécie de retiro, onde podem descarregar de todo estresse, além de todo acompanhamento psicológico que recebem.

Os casos de conflito entre os estudantes são analisados e discutidos com todos. Como sempre existem combinados pré-determinados, todos os alunos sabem quais são as regras e comandos que devem ser seguidos, inclusive, escolhem a consequência em caso de não atendimento. Então toda vez que existe um conflito, a reparação é feita primeiro com muito diálogo e conversa entre as partes. Dependendo da gravidade do que foi feito, a própria criança afetada sugere como esse erro pode ser reparado. Quando o problema é um assunto que envolve toda turma, faz-se uma assembleia em sala e as crianças são instigadas a fazer uma análise crítica do acontecido e acordam entre si uma consequência. Esta prática é adotada até mesmo em turmas do 1º ano fundamental. Dessa forma, os alunos aprendem a conviver melhor na sociedade.

O arquivo dos slides apresentados podem ser acessados no link: Cosmo School.

#### 4.2.2.5 Mova

O Mova representa uma iniciativa de política pública da cidade, com foco na capacitação de professores, diretores e agentes educacionais do Município de Medellín. O objetivo do Mova é criar um modelo ideal de professor para a cidade: alguém que seja criativo, inovador, investigativo e colaborativo.

As formações oferecidas, todas gratuitas, têm como propósito incentivar a inovação, proporcionar experiências práticas, estimular a criatividade nos professores e repensar as abordagens pedagógicas em sala de aula. As quatro linhas de formação oferecidas são: Desenvolvimento Humano, Formação Situada, Reflexão Metodológica e Investigação.

Além disso, o Mova apresenta também uma estrutura que promove o bem-estar dos professores, por meio de aulas de *yoga*, acompanhamento psicológico e outras práticas que visam cuidar da saúde física e mental dos professores.

O fluxo no Mova gira em torno de 8 mil a 10 mil professores ao mês.

**Figura 15:** Mova - Centro de Inovação do professor.



Fonte: Agência ALESC, 2023.

Durante a visita ao Mova, um reitor e um diretor de unidades escolares apresentaram algumas experiências de paz e tolerância que são aplicadas nas escolas, reiterando algumas práticas já relatadas nos outros centros educacionais visitados:

**Abertura à comunidade:** as instalações das escolas são abertas à comunidade. Os espaços são utilizados para serviços como vacinação e emissão de documento e realização de eventos como apresentações de músicas e danças dos próprios estudantes. A ideia é estes eventos aproximem a comunidade da escola, criando laços e permitindo uma menor evasão escolar. Trabalha-se para que a escola seja vista como um lugar de acolhida e paz.

**Rede de confiança entre professores:** ressaltou-se a importância de que os professores formem uma rede de confiança mútua. A confiança relaciona-se com a ideia de que os professores podem aprender uns com os outros e que todos possuem conhecimento e capacidades que devem ser valorizadas.

Os diretores e reitores organizam os professores de acordo com os temas de suas especializações, mestrados e doutorados, e com base nisso, são convocados a desenvolverem suas atividades e projetos. Como estão dentro de sua área de interesse, os professores tendem a agir com mais paixão e gosto pelas tarefas, além de sentirem-se empoderados e valorizados intelectualmente. Existe um estímulo para a troca de conhecimentos e boa convivência entre os profissionais, diminuindo as diferenças, aumentando a comunicação e eliminando os obstáculos.

Os professores não possuem salas individuais. Seus escritórios são espaços abertos e compartilhados para interagirem e trocarem experiências.

**Consonância com o plano estratégico:** a escola é parte de um plano estratégico de política pública. Foi necessário reorganizar as escolas para que tivessem um planejamento coletivo, e que todos focassem em um objetivo único de criação dos Entornos Protetores.

**Atenção continuada na identificação de problemas:** os professores abordam temas e criam estratégias conforme os acontecimentos vivenciados. Se aconteceu algum episódio de agressividade, trabalha-se com este tema. Se os alunos chegam atrasados à sala, trabalha-se com pontualidade. Estes assuntos são também tratados aos finais de semana nos eventos para as famílias



e alunos. Foi citado também práticas de Constelação Familiar, para que os alunos entendam o porquê de determinadas atitudes.

**Mediadores:** um ponto bastante interessante na estrutura das escolas de Medellín é a presença de alunos mediadores, representantes escolhidos de cada turma, bem como a figura do conselheiro, um aluno que representa toda a escola, também escolhido por votação. A ideia é criar um sistema de hierarquia para resolução dos problemas e caminho efetivo para levar ao conhecimento da direção da escola os anseios, desejos e necessidades dos alunos.

Quanto aos conflitos, suspensões ou expulsões são as últimas consequências, evitadas ao máximo. Quando existe um problema, o mediador da classe entra em ação e trabalha com o aluno que cometeu o erro, de modo a entender o que aconteceu. Dependendo da gravidade do ocorrido, a solução pode ser a apresentação de um trabalho sobre o tema que permeou a situação. Assim há um incentivo para que os alunos saibam como agir em casos de conflito.

A conselheira exerce um papel de advogada dos estudantes, defendendo seus direitos e os representando no Comitê de Convivência. Eleita anualmente pelos estudantes, sua presença nas escolas é garantida por lei.

Existe nas escolas a figura da Justiça Restaurativa que busca a verdade, a reparação e a não repetição. A ideia é que os adolescentes percebam e entendam que, apesar de serem esperadas certas atitudes entre os jovens, deve-se agir para resolver seus problemas.

Toda transformação cultural precisa de tempo. No relato foi mencionado um período de tempo de 7 anos para começarem a perceber os efeitos das ações.

**Memória e paz:** existe um incentivo muito grande para que a memória e a história passada não sejam perdidas, pois é o passado sangrento que dá o sentido em se buscar a paz, a tolerância e a boa convivência. Nesse sentido, existe o “Seminário de Território e Paz”, cujo objetivo é mostrar que todos merecem a paz e o quanto ela é importante. A cada dois dias os estudantes que formam o seminário, denominados “agentes da paz”, se reúnem, revezando entre ações de planejamento e execução de tarefas com as crianças menores, onde o foco é mostrar porque que elas tem que sempre buscar a paz. Além disso, os agentes de paz também são os porta-vozes desses alunos, levando seus anseios para discussão a nível de direção escolar.

Dessa forma, desde pequenos os alunos estão inseridos num contexto político, onde são ensinados valores de cidadania e convivência pacífica em sociedade.

No que se refere à memória, a Comuna 13, por exemplo, criou o Museu Escolar da Memória da Comuna 13 (MEM C13), com o objetivo de recuperar, manter e transmitir a memória histórica e construir um caminho de esperança e nova sociedade, de forma a fortalecer os processos educativos com ações culturais, sociais e artísticas.

**Indicadores de sucesso:** o maior indicador de que os jovens não estão envolvidos em violência ou narcotráfico, é sua participação política nos processos de convivência oferecidos pela escola. Se participam das decisões escolares, das ações que envolvem a comunidade e das atividades culturais proporcionadas pela escola (música, dança, pintura, teatro), os objetivos estão sendo atingidos.

“A ideia central das escolas é que os conceitos das matérias podem ser facilmente obtidos pela internet. Porém valores de convivência e respeito, só o convívio escolar pode oferecer.”

#### 4.2.2.6 Oásis Urbano

O Oásis Urbano é uma fundação do bairro popular Moravia, constituído onde antes era o depósito de lixo da cidade, que faz projetos sociais baseados na coprodução de estratégias inclusivas para transformações de bairros urbanos. Os assentamentos informais são tidos como parte essencial na busca de solução para os desafios que as grandes cidades enfrentam. Nesse sentido, busca-se estabelecer conexões entre as comunidades locais, a academia, organizações civis e culturais, bem como os setores privado e público, para promover a troca de conhecimentos e experiências.

A líder comunitária responsável pelo projeto, mostra a importância do urbanismo social para trazer dignidade para as pessoas (Figura 16). Construção de escadarias mais seguras para a comunidade, e espaços públicos comunitários como as praças são de suma importância para estas comunidades, cujas moradias são extremamente pequenas e acomodam muitos familiares.

**Figura 16:** Sede da Fundação Oásis Urbano.



Fonte: Agência ALESC, 2023.

Existe uma parceria muito grande das Universidades com a sociedade civil. As universidades incentivam a capacitação dos líderes com a disponibilização de bolsa de estudo. No caso, a própria líder comunitária capacitou-se por meio de um mestrado em Urbanismo Sustentável.

Dessa forma, pode-se dizer que educação, cultura e urbanismo social foram os pilares da transformação do bairro Moravia.

O bairro possui um dos mais importantes Centros Culturais de Medellín, o qual é porta de entrada para pessoas de diversos países que vêm estudar e implementar projetos. Além de ser um local de intercâmbio de conhecimento e que permite aos moradores enxergarem para além

de sua comunidade, o local é ponto de encontro dos próprios indivíduos da comunidade, com aulas de dança, arte e música para crianças, adultos e idosos.

O Centro Cultural dispõe de um memorial, para que todos possam vislumbrar a evolução do local e assim manter viva a história na mente de seus membros, para que saibam de onde vieram e para onde querem ir.

Para que o Centro Cultural permaneça como um lugar neutro, ali não podem haver reuniões políticas, religiosas ou que visem lucro. A administração do Centro Cultural é feita 50% por pessoas do bairro e 50% por pessoas de fora. Esta proporção garante que se tenha representantes que conheçam a realidade da comunidade ao mesmo tempo em que permite a importação de ideias e conhecimentos externos.

#### **4.2.2.7 Escritório de Resiliência**

O Escritório de Resiliência fornece um intercâmbio de conhecimento muito grande entre os países, especialmente por meio de um projeto desenvolvido pelo Instituto Rockefeller. Medellín ingressou e se destacou nesse projeto por ter sido a única cidade do mundo, entre as 300 inscritas, que associou a resiliência a um fenômeno social.

Nesse contexto, foram apresentados programas e estratégias que visam fortalecer a resiliência e entender as causas da violência na cidade.

Começar pelo final: pensar onde se quer chegar e como é o futuro desejado. Para isso, Medellín fez uma pesquisa de 4 anos para conhecer as necessidades da população e assim traçar um plano estratégico.

Aqui ressalta-se a importância de conhecer a cidade por meio de dados (Figura 17). A cidade de Medellín faz pesquisas anuais com base em um questionário composto por mais de 150 indicadores. A análise destes indicadores permite acompanhar a qualidade de vida da população, onde estão os locais mais vulneráveis, mais violentos, com maior desemprego, entre outros. Os locais mais desfavorecidos são sempre os que recebem as melhores infraestruturas de escola, biblioteca, centros culturais, e acessibilidade de transporte público.

Todo esse mapeamento demonstrou que os maiores atos de violência eram contra mulheres, jovens e empresários. Por isso, as empresas privadas são grandes financiadoras de projetos sociais e bolsas de estudo para tentar reverter essa situação.

Algum dia é hoje: não se deve esperar para começar a agir. Ainda que pequeno, todo passo em prol de um futuro melhor deve ser realizado com urgência.

Pensamento a longo prazo: em Medellín existe uma consciência de que a transformação é gradativa e seletiva. Seletiva porque os recursos são escassos e portanto, é necessário focar nos lugares de maior problema, de menor índice de desenvolvimento humano e maior violência.

Para aumentar as chances de sucesso, as práticas devem ser iniciadas com base na vivência orgânica da sociedade, e só depois de uma avaliação positiva, repetir as práticas até se transformarem em política pública no papel.



Segurança: as polícias nem sempre estão nas ruas. Existe um Observatório do Crime, onde a supervisão da cidade é feita por câmera e rede de inteligência. O secretário de segurança é um cargo técnico. Atualmente é ocupado por um civil com doutorado em segurança, realizado em Chicago.

O monitoramento da cidade é dividido em quadrantes, estes compostos por bairros. Cada quadrante pode ter sua política de segurança individual, acordada entre os representantes de cada bairro. Todos estão conectados por WhatsApp com a oficina de segurança, então qualquer caso suspeito é notificado para todos na forma de um alerta.

**Figura 17:** Gráfico do histórico de homicídios (1990-2016).



Fonte: Agência ALESC, 2023.

Cidadania: ser cidadão é uma capacidade que se ensina e se aprende, não só por meio da família e escola, mas também por meio de políticas públicas. Formar cidadãos e ensiná-los a como exercer a cidadania foi uma ação que a cidade decidiu empreender, objetivando combater a violência e alcançar uma mudança cultural.

#### 4.2.2.8 Secretaria da Cultura Cidadã

A Secretaria de Cultura Cidadã visa garantir o efetivo exercício dos direitos à cultura por meio do fortalecimento dos campos cultural, artístico e patrimonial da cidade.

Com base em pesquisas e experimentos sociais, a secretaria visa identificar como os aspectos de cultura previnem certos comportamentos ou provocam comportamentos desejáveis ou indesejáveis.

Assim, o primeiro ponto trabalhado foi o desenvolvimento da confiança e a melhoria da impressão de uns em relação aos outros, em sociedade. Uma das ações implementadas foi a Tenda da Confiança (Figura 18), onde os produtos ficam disponibilizados para venda sem qualquer vendedor. Cada um deixa a quantia referente ao produto a ser adquirido, com base na confiança. Com unidades espalhadas por toda a cidade de Medellín, inclusive em bairros da periferia, foi constatado que 97% dos valores foram devidamente depositados. Este índice foi utilizado para mostrar como os cidadãos de Medellín são honestos e confiáveis.

Outra ação realizada foram as “Fotos ocultas”. Fotógrafos escondidos registraram momentos reais onde alguma ação positiva estava sendo espontaneamente feita por um cidadão, e encaminharam a foto por correio parabenizando-o por sua atitude cidadã.

**Figura 18:** Tenda da confiança.



Ainda que não fosse vinculado a um retorno financeiro, os cidadãos que recebiam as cartas se sentiam valorizados e estimulados a continuar agindo dessa forma, aumentando seu sentimento de pertencimento e busca por uma sociedade melhor.

### 4.2.3 Considerações Finais

A Missão Internacional a Medellín permitiu que os membros da comitiva entrassem em contato com diversos atores que aplicam na ponta as políticas públicas da cidade, trazendo suas experiências, preocupações, sucessos e fracassos. Em suma, alguns pontos podem ser ressaltados:

- Mapeamentos e levantamento de dados são a base para se pensar em políticas públicas efetivas e servem também para acompanhamento e reavaliação das ações;

- Educação e cultura andam juntas. O incentivo às práticas culturais é um grande propulsor da integração dos alunos com a escola e fortalecedor de práticas de convivência entre as crianças e jovens.

- Cidadania pode ser aprendida e ensinada, e deve ser oferecida desde os primeiros anos de vida;

- Segurança não é sinônimo de proteção. O conceito de proteção contempla o cuidado próprio e do outro em qualquer ambiente;

- Cuidar da saúde mental das crianças e jovens é fundamental. Para isso, é necessária a presença do profissional psicólogo em cada unidade escolar;

- Dar voz aos alunos para que eles se sintam parte do processo de aprendizagem e de decisão escolar;

- Humanização do espaço escolar, com práticas acolhedoras e restaurativas, ao invés de punitivas;

- Criar estruturas para que os alunos sejam incumbidos de papéis de liderança e de mediadores de conflito, para que exercitem sua capacidade crítica frente às situações de convivência em sociedade;

- A família ocupa um papel fundamental como extensão das práticas escolares. Para isso, deve ser envolvida nas atividades escolares e receber orientações sobre os diversos problemas que acometem a realidade das crianças e adolescentes;

- Os professores são parte essencial no processo educativo, por isso devem ser valorizados para que se sintam capazes de promover mudanças culturais. A valorização não é somente financeira, mas também pela oferta de capacitações e de estruturas de cuidado físico e mental.

A importância da educação dentro da sociedade é inegável e abrange uma série de aspectos fundamentais como desenvolvimento pessoal, empoderamento, crescimento econômico, redução da desigualdade, cidadania ativa, inovação, preservação da cultura e conhecimento, saúde e bem-estar, tolerância, respeito e paz. Portanto, os impactos da boa vivência escolar beneficiam tanto os indivíduos como a comunidade como um todo, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, próspera e pacífica.

### **4.3 MISSÃO INTERNACIONAL EUA**

A viagem aos Estados Unidos foi uma iniciativa do Comitê de Ações Integradas para Cidadania e Paz nas Escolas – INTEGRA. A missão foi composta pela ALESC, MPSC e Polícia Militar e visitou escolas, departamentos de polícia e órgãos do governo americano para entender os procedimentos de combate e mitigação do fenômeno da violência nas unidades de ensino, ocorrência bastante comum e, infelizmente, recorrente em território americano. Da visita, o grupo pode conhecer os protocolos adotados, a estrutura escolar e observar os erros e acertos nas políticas públicas adotadas nos condados visitados.

## DELEGAÇÃO

Relatora da visita e coordenadora da delegação: Deputada Paulinha, 1ª Secretária da Mesa e membro do INTEGRA;

Deputado: Lucas Neves, membro da Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos;

Tradução e organização da agenda: Diego Vieira de Souza, diretor-geral adjunto da ALESC;

Procurador de Justiça Paulo Antônio Locatelli, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais;

Promotor de Justiça Diego Roberto Barbiero MPSC, Coordenador do CyberGAECO;

Capitão Leonardo Rincon Stankiewicz Baccin, PMSC

Juliano Chiodelli, Chefe de gabinete Dep. Lucas Neves

Rodrigo de Souza Comin, Chefe de gabinete Dep. Paulinha

Fotografia e reportagem: Peterson Pool de Souza

### 4.3.1 Visita à Escola John Hayden Johnson Middle School - Washington D.C.

Para entrarmos na escola chamamos por um interfone, e todos passamos pela revista, raio X e detector de metais, pois esse procedimento é obrigatório a qualquer pessoa que deseja entrar nas dependências do ambiente escolar.

Fomos recebidos pela Sra. Ellen Tzow, diretora da escola e pelo Mark, Diretor de Segurança Escolar de Columbia. Eles nos levaram à biblioteca para uma apresentação inicial. Em seguida, dirigimo-nos novamente à entrada para observar o acesso dos estudantes à escola.

A chegada dos alunos: a parte externa não tem muros ou portão, o acesso se dá por meio de portas que se abrem somente após a identificação da pessoa no interfone. Ao chegar na esquina da escola, os alunos são recepcionados por uma líder comunitária, contratada pelo governo por meio da indicação de uma espécie de organização social, que tem como missão acolher os alunos. A Diretora também acompanha a chegada dos alunos na rua. Após acessarem o prédio, todos os alunos deixam seus telefones celulares em caixas que têm os seus nomes, pois o uso de telefone celular no ambiente escolar não é permitido. Em seguida, passam individualmente por um detector de metais, deixando suas mochilas em um aparelho de raio X, semelhante aos utilizados nos aeroportos. A revista diária no acesso à escola é obrigatória. Já na parte interna, após a revista, os alunos são recepcionados pelo agente da polícia escolar, chamado de SRO, que tem uma aproximação bastante amistosa com os estudantes. Para eles, o perfil do policial amigo é fundamental para o êxito do processo de segurança na escola. Muitos dos incidentes foram evitados a partir da confiança que os alunos têm nesse policial, vez que, em razão disso, ele acaba por receber alertas de possíveis ataques dos mesmos. Essa observação nos foi transmitida em todas as demais visitas que fizemos durante a missão, com bastante destaque.

Após a observação do controle de acesso, fomos acomodados novamente na biblioteca, onde foram chamados, além da diretora, todos os profissionais da equipe multidisciplinar de

acompanhamento da segurança escolar, composta por assistentes sociais, psicólogos e agentes comunitários que visitam as casas dos alunos, para uma reunião com a nossa delegação. Rick, que é responsável pelo departamento de segurança nas escolas, nos fez uma primeira apresentação geral, compartilhando conosco a seguinte contextualização:

1. Faz a gestão de 190 escolas no distrito de Columbia.
2. O trabalho de segurança escolar é operado por meio de três braços: 1. Estratégias de controle de acesso; equipamentos (contratação de serviço terceirizado para operação dos equipamentos de segurança); presença de policiais de escola.
3. É a divisão de segurança na polícia estadual que faz o treinamento dos SROs.
4. Policial da escola (SRO) faz a mediação entre escola e o departamento de polícia.
5. Os SROs tem um comandante específico e fazem parte do orçamento da educação.
6. O grande segredo para a dinâmica de segurança funcionar é a aproximação da polícia com a escola e com os alunos.
7. O poder público promove uma reunião diária - sempre às 13h, com todos os envolvidos no âmbito distrital (D.C.) com o propósito de discutir possíveis casos de violência ou sinais que exijam acompanhamento.
8. Destaque para a conexão do policial com as crianças - ele é um amigo para elas, conhece todas pelo nome.

Apresentação da Diretora Jake, do Diretor Rick e demais membros da equipe:

1. A escola tem três acessos monitorados, os alunos procuram o mesmo gestor de segurança para entrar todos os dias, cada série entra por uma porta específica e com um horário específico para evitar aglomerações.
2. A escola atende dois bairros, e fazem um trabalho de pacificação fora também.
3. Já tiveram muitas brigas e já coletaram armas brancas.
4. O acesso aos alunos da escola é semelhante a um embarque de passageiros em razão das medidas de segurança, e dura em média 45 minutos. É feito de forma fracionada.
5. Todas as escolas em Columbia tem videomonitoramento por câmeras. As aulas são gravadas por áudio e vídeo, o que serve, além de segurança, para a revisão do conteúdo pelos alunos posteriormente.
6. As crianças não podem usar o celular nas escolas / elas deixam em caixas na entrada da escola.
7. Cada escola tem um time com um assistente social, um psicólogo, que atuam dentro e fora da escola.
8. No Ensino Médio, os próprios alunos guardam os seus celulares em seus armários pessoais.

9. A diretora recebe as crianças diariamente na frente da escola, para acolher de forma afetuosa os alunos.

10. A líder comunitária contratada para receber as crianças fora da escola é parte de um programa chamado "Passagem Segura", que tem um investimento de 3,5 milhões de dólares no programa (acolhimento com afeto com participação das associações locais).

11. Para ser selecionada, essa pessoa apresenta um plano de trabalho para o estado, explicando como pretende abordar os alunos, e em que momentos - com ONGs.

12. Todas as escolas com alunos a partir de 12 anos têm detector de metais.

13. 60 mil dólares por ano é o salário médio de um professor em início de carreira.

14. Mauri: diretor de operações

15. Eith: assistente social

16. Dein: cuida do comportamento das crianças da 6ª série - eles têm a figura de supervisores comportamentais: cada um cuida de aproximadamente 90 estudantes.

17. A diretora tem uma equipe bastante robusta. Tem assistentes específicos para cada grupo de turma. Assistente da diretora - Cristel, por exemplo, é assistente para acompanhamento da 7ª série.

18. Sargento Mikol: ela é supervisora dos SROs - nessa escola são dois profissionais.

19. A polícia (SPO) que treina todo mundo. A educação também participa do treinamento dos SROs. Os professores também recebem treinamentos anuais antes das aulas iniciarem, incluindo tópicos como defesa pessoal, para defender os alunos.

20. A escola possui um livro, com registros anotados à mão. São em média 30 ocorrências por mês no livro, de todos os tipos.

21. Alunos com conflitos entre si têm uma tentativa de justiça restaurativa. Jin é uma educadora responsável por essa mediação.

22. A Assistente Social é como um conselheiro tutelar: se o pai é chamado e não vem, a assistente social vai à casa.

23. A supervisora de comportamento é amiga das crianças, e eles próprios denunciam um ato violento na internet, e avisam também os policiais.

24. Se existe alguma disciplina que trabalhe cidadania? Fazem isso de forma transversal - treinamentos de seis semanas para ações de cidadania. O próprio policial pode ministrar aulas aos estudantes de tópicos relacionados à segurança.

25. Aprendizagem emocional e social está presente em todas as disciplinas.

26. Quanto à prevenção de drogas, eles promovem terapias individuais, trabalhos em grupo, mas nessa escola, felizmente, alunos nessa idade não enfrentam esses problemas.

27. Quando os pais são dependentes químicos, outros órgãos que atuam em nível governamental verificam a questão de guarda e assistência à criança.



28. Atendimento psicológico individualizado para o professor - pessoa de fora da escola contratada para isso, que visita a escola de tempos em tempos, e quando o professor precisa também pode buscar esse profissional.

29. Além de cultura da paz, eles cultivam a alegria o tempo todo. Investem em motivação e na autoestima das crianças.

30. O Coordenador da Justiça Restaurativa recebe as crianças também, dentro da escola.

31. Nessa escola estudam crianças a partir de 11 anos de idade.

32. Todos os professores têm um cartão que tranca a porta da sala de aula após os alunos entrarem. Trancar as salas é uma medida obrigatória, independente de alertas. As portas estão sempre trancadas e há controle de fluxo de alunos nos corredores.

33. As escolas têm um mural que enaltece o trabalho dos professores com o objetivo de dar exemplo positivo aos alunos.





### 4.3.2 Visita à Fairfax County Police Department (FCPD) - Washington D.C.

Fomos recebidos pelo Coordenador dos SROs, cuja reunião foi possível extrair as seguintes observações:

1. O sucesso do programa tem a ver diretamente com a integração da polícia com as escolas.
2. Fazem a gestão de segurança em uma área de 1,2 milhão de habitantes, e 198 escolas (Fairfax County).
3. As escolas funcionam como centros sociais. Quando é necessário promover campanhas é comum utilizar a estrutura das escolas.
4. Nas creches e escolas com faixa etária de até 12 anos não há policiais armados, mas há uma patrulha que faz rondas regulares no seu entorno, e visitas de SROs.
5. A força dos SROs é de 50 agentes nas escolas - 1 por escola acima de 11 anos; todos os policiais trabalham armados. Nas escolas dos pequenos há agentes de segurança não armados.
6. Há um canal para fazer denúncias anônimas. Adolescentes são iguais em qualquer lugar do mundo, e eles recebem muitas notícias falsas. Mas vale a pena manter porque já salvaram vidas com denúncias verdadeiras.
7. Eles possuem um Manual de crise - 73 páginas.
8. Tem também um registro de gerenciamento de crise: uma folha em cada sala de aula.
9. Definiram 4 protocolos/situações possíveis - e prepararam um vídeo educativo para explicar procedimentos a serem adotados nessas situações para treinar a comunidade escolar.
10. Todos os anos eles repetem os treinamentos. Investem muito nisso e também na informação.
11. Assistimos a vários vídeos que eles usam nas capacitações e nas campanhas de informação para a sociedade.
12. Vídeo exibido nas escolas - publicitário - explicando os 4 procedimentos.
13. Vídeo de treinamento - para escolas de ensino fundamental 2 e médio, treinamento de professores e alunos.
14. Vídeo para crianças menores.
15. Além dos vídeos, trabalhos didáticos abordando o tema com alunos são promovidos pelos próprios SROs com bastante frequência.
16. Ano a ano eles têm que revisar os protocolos, pois é exigência de lei, esse trabalho é feito por todos os atores envolvidos na segurança escolar.

#### **Orientações do capitão de polícia que coordena os SROs:**

1. Tem 3 filhos que estudam em escola pública.
2. Quatro pontos a serem apresentados: lei escolar; SROs; boas práticas; segurança e saúde dos estudantes.

3. O programa dos SROs possui: 1 comandante; 3 supervisores; 51 policiais para atender 198 mil pessoas; 25 escolas middle. Os detalhes ele nos deixou em uma apresentação, anexa a este relatório.

4. O policial ir para escola sem um treinamento pode ser um grave problema. Mostrou vídeos em que, em várias situações de conflito entre estudantes, o policial sem treinamento usou de extrema violência para conter o problema. Em um estado que isso aconteceu (Califórnia), foi reduzido em 80% o orçamento dos SROs por pressão popular.

5. O programa de SROs neste distrito existe desde 2006.

6. O estado da Virgínia vai um pouco além do policial na escola, a integração com a comunidade é que tem feito a diferença.

7. NASRO: associação nacional dos policiais escolares pode ser uma fonte gratuita de modelos de treinamento

8. Eles se preocupam muito com a comunicação: Além de ser bom, o programa do policial na escola tem que parecer bom - fazem publicidade sempre.

9. Desde 95 existe o programa de segurança escolar, em 2006 algumas inovações.

10. O policial não se mete em regras e deveres administrativos da unidade escolar.

11. Todas as ameaças conhecidas são reportadas aos superiores.

12. Existe uma lei, uma norma, que disciplina o que é obrigatório o SRO comunicar, tipos de crimes e infrações.

13. Os SROs também ensinam várias questões de cidadania para as crianças.

14. Essas aulas não têm carga horária mínima; o objetivo é fazer conversas para criar laços de afeto com as crianças, e a partir daí adquirir a confiança delas.

15. Nas áreas mais pobres enfrentam problemas com os pais, que estão vulneráveis a violência.

16. A disciplina (conteúdo pedagógico) da segurança escolar é responsabilidade da escola, dos professores, com seu time de segurança.

17. Há uma separação clara de tarefas do SRO e do time de apoio à segurança nas escolas para que não haja confusão nas atribuições.

18. A polícia exige que as equipes das escolas - professores e funcionários, sejam treinados para intervir fisicamente na separação de uma briga na escola; se tiver briga na escola quem separa é o professor, para que não haja uso de força em excesso. O Policial não separa brigas.

19. A escola tem que ter condições de controlar o fluxo de entrada e saída dos estudantes. A questão de estrutura/equipamentos é fundamental para a segurança. Não existe segurança sem controle de acesso.

20. Se não houver resolução do problema social, nada vai resolver a violência.

21. Transformar a escola numa prisão é um grande debate no país.

22. Em áreas mais pobres, as crianças ficam enclausuradas nas escolas, depois crescem e acabam sendo presas por cometerem crimes.



23. Os EUA são o país da liberdade, mas são o número um no mundo em encarceramento. É preciso haver punições rígidas para quem não cumpre as regras.

24. É atribuição principal do SRO se envolver com os alunos. E ele acaba se tornando exemplo para as crianças.

25. Pesquisa: a principal preocupação nacional dos pais é a segurança dos filhos nas escolas - pesquisa New York Post.

26. Eles ficam rediscutindo protocolos o tempo todo e, vigilantes, mantêm esse índice de sucesso.

27. Los Angeles cortou 80% do orçamento do programa porque os policiais se envolveram erroneamente com a violência escolar, agredindo alunos em conflitos entre eles.

28. Os três pilares do programa de justiça restaurativa: 1. Escola unida com a comunidade; 2. Desenvolvimento do caráter; 3. Reparação das faltas cometidas pelos próprios autores. Toda a escola tem agente de cultura restaurativa.

29. Aqui ser dependente químico não é crime. O uso de drogas não é obrigatoriamente reportado.

30. O SRO tem regras específicas para tratar com os estudantes com problemas psíquicos e emocionais.

31. É polêmico o poder de investigação do policial nas escolas. Há um entendimento de que o policial deve encaminhar o assunto aos órgãos competentes, no caso de crimes cometidos.

32. Eles apresentaram estatísticas de sucesso dos crimes relatados, que seguem em apresentação anexa ao relatório.

33. O consumo de álcool e drogas não é mais criminalizado no país.

34. Apresentou um vídeo de treinamento falando de um episódio que antecede um crime. Vídeos recebidos também seguirão em anexo ao relatório.

35. Hoje o trabalho deles também se concentra em encontrar o equilíbrio entre medo e prisão.

36. As ameaças deixam a população em pânico até hoje. Por isso a necessidade de muitas campanhas.

37. O perfil da criança agressora é o de alguém que sai de um lugar de sofrimento e sem esperança para a alegria de matar.

38. Por isso atuam em cada episódio de violência escolar com todo o aparato social.

39. Pesquisa de saúde mental: 12% dos estudantes sofreram *bullying* entre 2019 e 2020 - 30% se dizem estressados ou sem esperança. É muito importante fazer pesquisas de monitoramento do estado de espírito dos estudantes.

40. Principal: entender como o aluno está se sentindo, se comportando.

41. O comportamento da criança e do adolescente ainda não é pautado pela consciência, ela não acredita na sua criminalização.

42. A principal função do SRO é se envolver com os alunos; o modelo de engajamento das crianças com o SRO é um sucesso hoje.









### 4.3.3 Visita à Embaixada Brasileira nos Estados Unidos

Fomos recebidos pelo Ministro Marcos Henrique Sperandio e seu auxiliar Paulo Cesar Braga. Apresentamos os membros da missão, o propósito do INTEGRA Escolar catarinense e como foi concebido, e fizemos o relato do primeiro dia de visitas. Solicitamos o apoio para a construção de um Acordo de Cooperação mútua entre o Estado de Santa Catarina e o Governo Americano, para que possamos manter um canal de estudos e aprendizagem recíproco com os locais que visitamos, como forma de aprimorarmos os conhecimentos adquiridos e compartilharmos experiências.

O Ministro colocou-se inteiramente à disposição para nos ajudar nessa construção, relatando que os americanos apreciam muito o *follow up*, ou seja, o retorno às visitas que recebem.

Ficou ajustado que, em nosso retorno, avaliaremos os termos da cooperação, os locais com quem gostaríamos de nos relacionar, e a partir daí marcamos reuniões virtuais para elaborarmos a proposta.

Deixamos um convite informal ao Ministro para o evento de lançamento do nosso programa, e ele mostrou-se muito interessado em comparecer, ocasião em que faremos reunião presencial para tratarmos dos ajustes do termo de cooperação.

Relatou o Ministro que os EUA vivem uma epidemia de violência, triplicando o número de suicídios e registrando um aumento de 38% da violência após a covid-19. Eles estão muito empenhados neste tema.

Todo o grupo ficou muito motivado com a expectativa do Termo de Cooperação. Ficou a Deputada Paulinha responsável de agendar as reuniões virtuais para o prosseguimento da agenda







#### **4.3.4 Visita à Bibb County Public School System Police Department - Atlanta G.A.**

As visitas desse dia foram organizadas por Mike (Michael Dorn), que já dirigiu o departamento e hoje está aposentado. Ele sofreu violência quando estudante e ingressou na polícia porque não queria ir mais para a escola, por medo. Na época, a ausência na escola era considerada uma infração, e entre as penas que ele poderia escolher estava um curso na polícia. Ele acabou se apaixonando pela causa e formou-se policial aos 18 anos, dedicando a sua vida ao combate à violência escolar. Atualmente ele presta consultorias em vários lugares do mundo na área, por meio de uma Organização Social.

1. O local que visitamos é um departamento específico de comando da polícia escolar, que é responsável pela segurança das unidades escolares de todo o distrito.

2. Possuem uma equipe de 10 pessoas, podem contratar até 25 pessoas, e a estrutura é financiada com o orçamento da educação pública. Não tem um quadro completo de pessoal porque o salário é pouco atraente.

3. Em Atlanta já houve 30 ataques em um único distrito e em Bibb County foram 13 ataques.

4. Eles têm uma central de monitoramento, com equipamentos bastante simples, um sistema próprio desenvolvido por eles, onde observam as câmeras nas unidades escolares.

5. Eles fazem parte do quadro da polícia municipal. A seleção desses profissionais é bastante rigorosa, e é feita por uma empresa privada contratada para esse fim. A seleção inclui investigação da vida pregressa do candidato e inclusive teste de polígrafo.

6. O estado também tem a sua estrutura de policiamento, e paga melhor os policiais que o município.

7. A Sra Mills é responsável pelo monitoramento, que é feito 24h, 7 dias por semana.
8. Eles monitoram 37 escolas públicas; as escolas privadas não têm o mesmo monitoramento intensivo, mas quando tem ocorrência fazem contato com eles.
9. Possuem uma frota de 120 ônibus escolares, monitorados na entrada e saída das escolas - os ônibus também têm câmeras.
10. O acesso ao sistema de monitoramento é restrito a poucas pessoas.
11. São 2.700 câmeras no total.
12. Reconhecimento facial não é utilizado por conta da privacidade, mas eles rastreiam indivíduos suspeitos por meio desse método.
13. O software foi desenvolvido por eles.
14. A seleção da ficha criminal é feita antes da contratação de um professor ou servidor na escola. Para trabalhar nas escolas é obrigatória essa avaliação no recrutamento.
15. Escolas de ensino fundamental 2 e médio tem em média 1.000 estudantes por escola. São seis escolas de ensino médio na jurisdição deles.

A delegação foi apresentada com dois livros de autoria de Michael Dorn. O livro *"School/Law Enforcement Partnerships: a guide to police work in schools"* (2002) mostra a importância da parceria entre a escola e as autoridades policiais e destaca as regras, responsabilidades e estratégias para operar um programa policial nas escolas.

Já o livro *"Innocent Targets: when terrorism comes to school"*, em coautoria com Chris Dorn, apresenta um histórico do terrorismo nas escolas, discute o porquê de os alvos serem crianças em idade escolar e quais os impactos emocionais desses incidentes nas crianças.







### 4.3.5 Visita à Rutland High School

A estrutura física da Escola B4b é simplesmente impressionante, muito mais robusta e completa do que a maioria das escolas de educação privada no Brasil, e melhor, inclusive, que as nossas universidades. O Campus escolar não tem muros ou portões. O estacionamento e o espaço externo são muito amplos. O controle de acesso começa no prédio: nenhuma pessoa entra na escola sem se identificar por meio do interfone. O acesso de pessoas que não são alunos passa obrigatoriamente pela secretaria, que é a unidade administrativa da escola, e tem também

acesso restrito a sua área interna. Há alarmes instalados no teto para uso de possíveis incidentes. Fomos recepcionados pela diretora da escola Dra. Wendy B. Pooler e sua equipe, que nos conduziu à biblioteca para fazer a apresentação. Acompanhou-nos na visita a chefe da unidade de polícia escolar, que visitamos pela manhã, Mike, e membros da sua equipe.

1. A apresentação inicia com a missão da escola. Eles levam muito a sério os valores que sustentam a instituição.

2. Os policiais que trabalham na escola são integrados ao processo de aprendizagem do aluno.

3. É uma escola internacional de ensino médio e a mais diversa da Geórgia.

4. São 900 alunos e 103 profissionais.

5. O policial escolar não é considerado um agente externo, mas parte da equipe.

6. 2014: 2738 ocorrências disciplinares. Com a implementação do programa houve uma drástica redução de ocorrências: em 2023 foram apenas 275.

7. Fruto de uma visão que encara o policial como parte do ambiente - três pilares do programa: visibilidade - o policial sendo visto pelos estudantes; comunidade - proatividade.

8. O policial tende a ficar muito tempo na escola, pois o propósito é que ele crie vínculo com os alunos. O SRO da escola está lá desde 2013. Já era policial desde 2002; na escola sente-se mais útil e muito mais feliz.

9. Não adianta deixar o policial na porta da escola, é mais importante que esteja no perímetro, fazendo rondas.

10. Os oficiais estão visíveis nas entradas no início e no fim das aulas, e isso ajuda na sensação de segurança.

11. Na escola tem um policial o tempo todo, e também outros policiais com veículos fazem as rondas eventuais; pelo porte da escola poderia ter mais um, mas o salário é pouco atraente.

12. Além do SRO, tem também outro policial que faz visitas frequentes nas outras escolas para criar relações e, angariando confiança, possa se aproximar dos jovens e ter informações sobre possíveis crimes que estejam sendo planejados.

13. O primeiro contato da criança com a polícia é muito positivo.

14. Nível de gestão do policial: a polícia que manda no policial, mas a integração com a diretora é fundamental. Se o policial não estiver integrado, a diretora pode pedir a sua substituição.

15. Existe uma lei da Geórgia que fala das atribuições, mas no dia a dia vão construindo as normas em parceria, polícia e escola.

16. Questões de polícia com a polícia. Questões de educação com a educação. Os papéis são bastante claros.

17. Nessa escola não há detector de metais fixo. São feitas vistorias eventuais, como blitz, manual.

18. Trabalham o senso de pertencimento; a escola é o ambiente mais seguro da sociedade; em todas as escolas já foram encontradas armas.

19. Há muitas disputas entre alunos que são de gangues rivais, mas eles conseguiram construir um conceito de que a escola é um ambiente protegido, neutro, como se fosse um santuário. Os alunos entendem e aceitam esse código, deixando as disputas para fora do ambiente escolar.

20. As tentativas de ataques a bomba são de pessoas de fora. Em 80% dos ataques, nos Estados Unidos, mais alguém de fora da escola sabe ou está envolvido. A melhor forma de evitá-los é criar mecanismos de denúncia anônima eficientes, além de criar conexões com a comunidade e com os alunos. A partir daí surge um ambiente de denúncia anônima.

21. Quem escolhe os diretores é um órgão semelhante ao conselho estadual de educação, mas os membros são eleitos. E podem ter até 10 anos de mandato.

22. Todas as aulas são gravadas e filmadas, e a professora tem um microfone no pescoço, que também tem em anexo um botão de pânico. Os professores não reclamam das aulas serem gravadas, porque lá não é uma opção. Elas ficam acessíveis virtualmente para os alunos, assim eles podem reassisti-las, e isso ajuda muito na aprendizagem.

23. Após os alunos entrarem na sala elas são trancadas, obrigatoriamente.

24. Quando o aluno precisa sair para ir ao banheiro, ele só pode transitar pelos corredores se portar uma autorização em papel, que é dada pela professora.

25. Todos os professores se comunicam com a diretora por meio do microfone.

26. O botão de pânico é muito utilizado também para casos de saúde e outras emergências.

27. Seguimos depois a uma sala de aula, onde a diretora combinou com a professora uma simulação. Após, dirigimo-nos à área de secretaria. A diretora mandou um alerta pelo telefone e apertou o botão de pânico, simulando um episódio concreto. Na mesa da funcionária da secretaria há uma planta baixa do prédio, e todos os profissionais da escola têm domínio sobre ela, e sobre as áreas de acesso para casos de evacuação.

28. Nenhuma pessoa entra na escola sem passar pelo controle de acesso da entrada.

29. A escola tem um prontuário de saúde dos alunos que têm problemas mais graves e o botão de pânico também pode ser acessado para questões de saúde.

30. Para o acesso à escola, a pessoa passa por duas portas de vidro individuais, muito robustas.

31. A escola tem 77 acessos, todos monitorados.

32. O município assume todos os custos da escola, mas eles têm três orçamentos (2 fundos federais - para instrução, pessoal, custeio), e um terceiro fundo, que é a soma de tudo o que a escola promove de renda: estacionamento, camisas, patrocínio dos times de futebol, cantina (máquinas de refrigerante rendem 25 mil dólares por mês). Eles são muito criativos para a obtenção de recursos complementares.

33. A diretora não fica em uma sala fixa. Ela tem uma mesa móvel, de rodinhas, com um computador sobre ela, e transita o tempo todo pelo ambiente escolar com ela. E possui uma espécie de rádio para se comunicar com todos os professores e com o SRO. Todos os corredores principais têm um telefone, que pode ser utilizado para comunicar uma emergência.

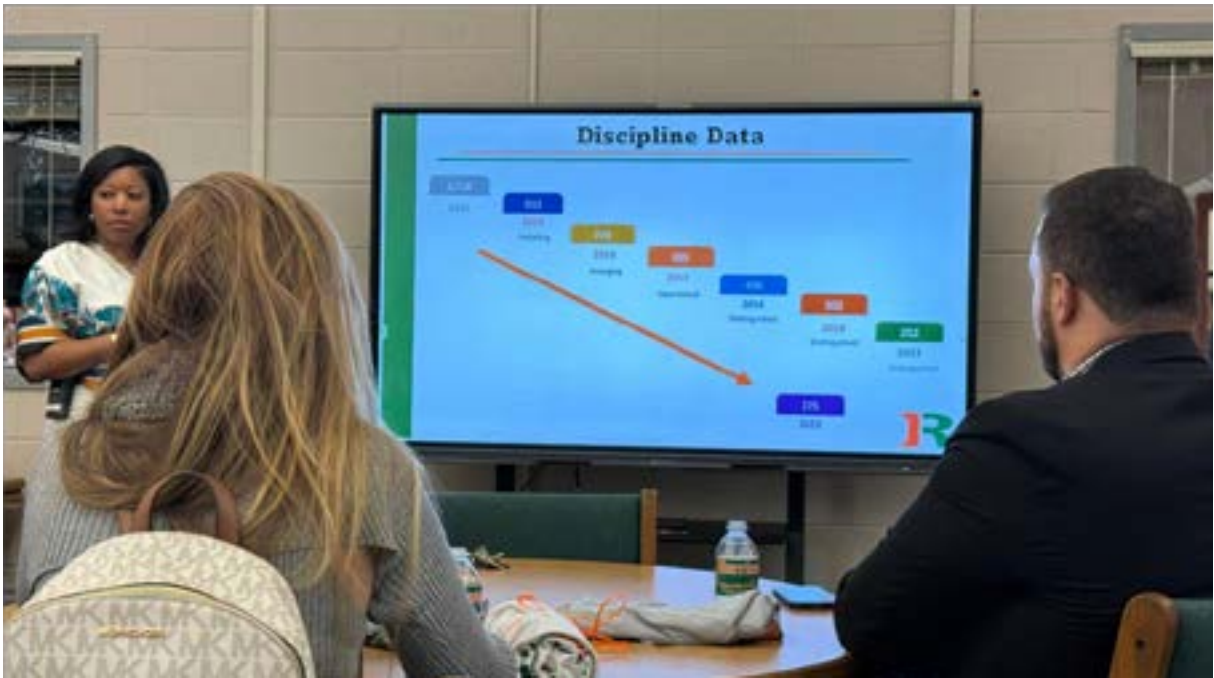


34. É visível o clima de pertencimento dos alunos para com a escola. Eles se sentem parte de um grande time, tem orgulho do ambiente escolar.

35. A escola também oferece inúmeras atividades esportivas, e muitas competições de times de basquete, futebol americano e outros.

36. Ao despedir-se dos alunos na sala de aula, a diretora os provoca a falarem juntos palavras de ordem, há muita disciplina e respeito para com os professores em sala de aula.







Wendy Pooler

903 posts



School District, Macon, GA

📍 Macon Georgia, USA

📅 Entrou em julho de 2012

142 Seguindo 662 Seguidores

Não é seguido por ninguém que você segue

Publicações

Respostas

Mídia

Curtidas



Wendy Pooler @WendyPooler · 6h

It was an honor to host officials from the Brazilian Government today, especially Congresswoman Paulinha. We are sharing the great work that is happening at Rutland High! It's always a great day to be a HURRICANE! @BibbSchools @RHSCanes



Nelson L Render



135





### 4.3.6 Visita à Monroe County Board of Education - Atlanta - G.A.

Nesta unidade de gestão educacional, conversamos com autoridades responsáveis pelo programa de segurança escolar do distrito. Aqui, colhemos as seguintes observações:

#### Primeira apresentação

1. Eles trabalham com a filosofia de que o processo de segurança escolar nunca está completo. O Plano de segurança que eles aplicam é bom, mas têm a consciência de que sempre pode melhorar.

2. Para que seja eficiente, tem que ser lembrado e aplicado frequentemente.

3. O trabalho da polícia é fazer com que o alvo para o agressor seja difícil.

4. Agem para que as escolas sejam alvos difíceis.

5. Todos os membros da equipe escolar devem seguir os protocolos de segurança e estar familiarizados com eles.

6. A equipe tem que ser os olhos e os ouvidos da chefia e nunca temer executar um fechamento imediato se necessário, um lockdown. Porque para isso não precisa de autorização. Eles já tiveram erros de lockdown que não eram necessários e não se importam com isso, porque o pior é ter perdas porque o profissional da ponta espera pela autorização de fechamento.

7. Dois tipos de lockdown: fechamento completo, código vermelho. Portas janelas cortinas fechadas, em silêncio e sentados no chão.

8. Código amarelo: continuam as atividades confinados, com a sala fechada, até que não haja mais perigo.

9. Código vermelho: crime dentro da escola; código amarelo: fora da escola, ou quando vão usar cães farejadores para fazer checagem de drogas e afins.

10. Toda a ameaça de tiro vem de fora da escola. Por isso, equipes de segurança contínua fazem a diferença no resultado.

11. A questão de prevenir é importante, mas os malfeitores estão aí, e planejam seus ataques por meses. Eles estudam para encontrar fraquezas no sistema e a polícia trabalha para evitar isso.

12. Aplicam dois princípios nas campanhas para toda a comunidade: Esteja vigilante; Seja diligente.

13. Deixar portas abertas e permitir a entrada de desconhecidos pode gerar riscos.

14. No Texas uma pessoa matou a avó e roubou o carro. O agressor viu uma porta aberta de uma escola e matou 24 crianças. O alarme poderia ter mantido as crianças vivas. Depois disso a escola foi demolida.

15. O problema não é o crime local, mas o distrito está à beira de uma rodovia. E os criminosos chegam fácil à cidade.

16. Um obstáculo pode salvar muitas vidas.

17. Segundos contam, em casos de violência escolar.
18. Aqui todos os professores são obrigados a trancar as portas das salas.
19. Os alunos só andam pelos corredores com um passe concedido pela professora, caso o estudante esteja sem o passe deverá ser punido disciplinarmente. A ideia é evitar o trânsito de alunos pelos corredores.
20. Essa prática existe há 10 anos.
21. Um agressor não conseguiu ir à escola, e foi ao mercado Walmart e lá matou uma garota.
22. Há vários casos de violência fora da escola; por isso a aproximação com os estudantes, para que os policiais, adquirindo a confiança dos estudantes, tenham informação para evitar esses ataques.
23. O SRO acaba fazendo outras atividades, como palestras sobre trânsito, segurança e outras coisas, com o propósito de se aproximar dos alunos.
24. É muito comum o SRO solucionar grandes crimes, porque depois de adultos os alunos mantêm o vínculo com esses policiais, e passam essas informações para eles.
25. O SRO participa de eventos como futebol e outras atividades fora do ambiente escolar para fortalecer o vínculo com os alunos. As palavras chave do relacionamento entre o policial escolar e o estudante são amizade e confiança.
26. Cada escola tem um cofre, e quem tem a senha desse cofre: o diretor e o SRO. Kit anti ataque terrorista. Armas, coletes a prova de balas, faixas de isolamento e inclusive lençóis para cobrir mortos. Os alunos e a maioria da equipe escolar não sabe onde o cofre está localizado.
27. A importância do cofre é que se a polícia demora a chegar o SRO terá armamentos para evitar danos maiores.
28. Eles não acreditam que o acesso da população civil a armas é um risco. São um estado extremamente armamentista.
29. Na Geórgia qualquer um pode portar uma arma, e na Califórnia não. E a Georgia é menos violenta que a Califórnia, segundo eles.
30. Tirar armas de fogo não reduz o número de ataques, porque o agressor se utiliza de outros tipos de armas (facas, espadas e etc).
31. 26.000 pessoas moram aqui, 96% têm mais de uma arma, e o último homicídio foi por estrangulamento.
32. Eles não fazem perfil de agressores, o comportamento violento pode surgir de qualquer ambiente. Mas geralmente são alunos/pessoas que vivem em grande solidão, tristeza.
33. A internet é a maior propagadora dos ataques nas escolas. É difícil controlar e evitar a propagação dos casos.
34. Os policiais que agem em desacordo com as normas são casos raros porque o processo seletivo de contratação é muito rígido. Os condados tem suas corregedorias. Eles não têm

dados estatísticos desses casos. Não há certeza científica nas suas avaliações quanto a infrações cometidas por policiais.

35. O uso da força pelo policial é extremamente regulado e o policial pode ser punido em quatro instâncias cíveis e penais. As punições são muito severas.

36. O xerife da cidade é eleito.

37. Todo mundo da polícia começa com funções de segurança nos presídios, depois passa na atividade escolar após um ano de trabalho. E tem os mesmos armamentos e equipamentos que os policiais das outras áreas.

38. Alguns SROs trabalham com as crianças menores, com o propósito da criança ter uma boa impressão do policial desde cedo.

39. O sucesso das operações está mais relacionado à forma como o policial atua do que à sua presença propriamente dita. Sem o envolvimento com os alunos e com a escola, não há bons resultados.

## **Segunda apresentação**

1. Chefe de departamento de polícia de uma localidade vizinha deslocou-se para nos conhecer e falar das suas experiências.

2. Relata que também tinha dificuldade de recrutamento por questões salariais, mas criaram uma gratificação complementar para o policial que aceitasse trabalhar nas escolas.

3. No início também colocavam policiais nas escolas dos pequenos.

4. Focavam antes em segurança física, agora estão mais focados em justiça restaurativa e resolução de conflitos. Essas iniciativas têm evitado muitos ataques.

5. O objetivo de investir em policiais nas escolas dos pequenos é dar a eles a condição de ter o exemplo positivo do policial desde cedo.

## **Encerramento**

Após as apresentações, Mike compartilhou conosco modelos de protocolos de segurança escolar que foram produzidos anos atrás e vêm sendo atualizados, e que ficam disponíveis nas escolas, para públicos e casos diferentes. Fizemos registros fotográficos desses materiais, que acompanham o presente relatório, e serão entregues para as equipes do INTEGRA catarinense, a título de sugestão. Mike colocou-se à disposição para continuar nos prestando apoio, indo ao Brasil ou mesmo à distância.

## Entrega das medalhas da Polícia Militar de SC

Ao fim das reuniões técnicas, o Capitão Baccin, que acompanha a delegação representando a Polícia Militar catarinense, fez a entrega de duas medalhas da corporação, em breve cerimônia conduzida pela Deputada Paulinha. Foram agraciados Michael Dorn (Mike) e os policiais aposentados que nos auxiliaram na missão. Para a nossa delegação também foi entregue uma medalha de honra, que ficou aos cuidados do Capitão Baccin.







### 4.3.7 Visita à Atlanta Public Schools - Safety and Security - G.A.

A visita foi à Secretaria de Educação de Atlanta e fomos recebidos pelo Capitão R. Applin, que é o chefe da segurança nas escolas. Ele nos deixou uma série de comentários muito interessantes, consubstanciados em apresentação e vídeos que compartilhou conosco. Anotamos as seguintes impressões:

1. Para começar, tem que colocar câmera nas escolas, e controle de acesso em todas elas. Sem isso é impossível ter um ambiente escolar minimamente seguro.

2. Eles não têm cercas nas escolas ou muros, mas avalia que tudo o que dificulte o acesso de pessoas estranhas são medidas bem vindas.

3. Ter o protocolo para as emergências - um plano - para cada escola, é muito importante. E eles podem ser diferentes conforme a tipologia da escola.

4. Devemos ter planos de emergência para questões de saúde, de enchentes e situações semelhantes também.

5. Nacionalmente, 1% do orçamento da educação é aplicado na segurança escolar; Atlanta tem 1,2 bilhão de dólares para educação para atender 55 mil estudantes.

6. Além do 1,2 bilhão, recebem 1% dos impostos cobrados nas vendas de quaisquer itens, que vão obrigatoriamente para a educação. Nos últimos cinco anos esse tributo rendeu cerca de 0,5 bilhão. Este em específico só pode ser utilizado em reformas de escolas, em investimento de patrimônio.

7. Muitos outros gastos complementares de alunos e professores são aplicados em saúde mental, bolsas de estudo, auxílio alimentação, custeados com esses recursos. Eles não têm nenhuma dificuldade financeira.

8. Tem o vigésimo primeiro maior orçamento de cidades do mundo.

9. A educação é gerida por uma fundação, que cuida de todas as escolas.

10. 160 horas de treinamento específico para os SROs: matérias como justiça restaurativa e mediação de conflitos; eles são treinados para serem mentores de segurança escolar, após a formação de policial.

11. Aqui não aplicam o proerd, mas fazem um outro tipo de trabalho para auxiliar o jovem a resistir ao ingresso em gangues. Eles têm muitos grupos de gangues na cidade de Atlanta.

12. O policial escolar é um mentor, um amigo dos alunos. Esse é o conceito.

13. Trabalham com três níveis de lockdown: nível um – externo, quando as crianças estão dentro e o atirador está fora;

14. Nível dois: não necessariamente um caso de atirador, pode ser uma emergência de saúde. Aí as crianças ficam na escola;

15. Nível três: lockdown total.

16. No nível três, tratam de isolar as portas; apresentou o modelo de treinamento dos professores para esses casos.



17. As portas fechadas fazem o atirador procurar um alvo vulnerável.
18. Se o atirador está dentro da escola, cortinas abertas para que a polícia consiga ver de fora o que está acontecendo dentro do prédio.
19. Mostrou-nos um vídeo sobre a importância de prestar atenção nos nossos filhos e no que acontece no entorno deles. Muito impactante. Material a ser compartilhado com a equipe de comunicação.
20. Trabalham para evitar eventos de atiradores solitários.
21. Três estágios de resposta aos desastres - primeiro: negação (na escola, você tem que evitar o estado da negação); segundo: deliberação (se evitarmos a negação, passamos a discutir o que fazer); terceiro: momento decisivo.
22. Só avançaram na segurança escolar quando venceram o estado de negação.
23. Quanto mais estressado você está, mais confuso para tomar decisões. Por isso treinamos os professores para ter autocontrole nesses momentos.
24. Deliberação: temos que conhecer as plantas estruturais de onde trabalhamos para saber o que fazer em caso de urgência.
25. O momento da deliberação tem que ser rápido e não pode ter erros. A pessoa não pode deixar de observar as saídas de emergência disponíveis.
26. Manter a calma; treinar a respiração. Cursos de autocontrole são ministrados com frequência.
27. O que fazer com uma criança que faz desenhos ameaçadores? - discutir métodos e cuidar para que a criança nunca esteja sozinha.
28. O tempo de resposta da polícia num evento desses é de 3 minutos, mas já ocorreu mais tempo, o que prejudica o salvamento de vidas.
29. 55% dos ataques acabam antes de a polícia chegar, por isso as pessoas da escola, inclusive alunos, precisam saber o que fazer.
30. Assistimos ao depoimento de uma aluna sobrevivente de um ataque. "A gente ouviu os primeiros tiros e a professora abriu a porta para ver o que estava acontecendo, ao invés de ligar pro 911, e ela foi em direção ao atirador. Dois colegas fizeram o mesmo. Eu me joguei no chão, levantei a carteira e fechei os olhos. Eu ouvia os tiros cada vez mais próximos, e só conseguia pensar que a polícia estava chegando. Eu sabia que algo grave estava acontecendo e por isso fiquei onde estava. As pessoas começaram a sair das salas, quando perceberam o que estava acontecendo, havia um cheiro muito estranho, então voltamos para sala. Já se passaram mais de dez minutos e o atirador ainda estava lá, procurando quem estava vivo. Aí a polícia chegou. Se você fugir, você morre. Se você ficar e fingir que morreu, você vive". Na sala dela, duas pessoas perderam a vida.
31. Primeiro de tudo, ligar para a polícia. Quanto antes ligar, antes ela chega. Considerar outras saídas, como janelas. Se não há como sair, trancar as portas. Fazer barricadas para evitar a entrada. Apagar as luzes.

32. Treinar fechamento das portas na prática.

33. O número de mortes é muito maior onde não se tomam essas providências. Ele nos apresentou estatísticas que estão compartilhadas na apresentação.

34. Eles ensinam os professores a matar alguém com uma caneta, em casos extremos.

35. A visão dos professores muda quando se dão conta que sua vida está em risco. No início resistiam a esses treinamentos, mas hoje todos aprovam porque sabem que pode acontecer com eles. Venceram a negação.

36. O que fazer quando a polícia chega: levantar as mãos; parar.

37. Prioridade do trabalho: primeiro de tudo é acabar com as mortes; depois, o socorro; depois, evacuar a área.

38. Os professores aprendem a fazer primeiros socorros para evitar morte por sangramentos.

39. Abril ou maio deste ano foi o último ataque em Atlanta. Em escolas, nunca tiveram nenhum registro.

Ao final da visita, o capitão nos agraciou com medalhas da polícia, colocando-se à disposição para nos auxiliar mesmo após o nosso retorno, caso tivéssemos dúvidas.









#### **4.3.8 Visita ao Fulton County Schools (Secretaria de Educação do Con- dado de Fulton)**

A visita iniciou no Centro de Operações Especiais de Segurança Escolar, que fica no prédio da Secretaria de Educação. A estrutura é realmente impressionante, semelhante a uma grande empresa privada. Fomos recebidos pelo Sr. Paul Hildreth, Diretor do Departamento de Segurança, que já esteve no Brasil em algumas oportunidades e ficou muito feliz em nos receber.

1. Monitoram 98 escolas; 108 prédios.

2. Tem uma central de monitoramento com a mais alta tecnologia disponível, inclusive com reconhecimento facial, em todos os ambientes de dentro da escola e rastreamento de eventuais alvos nos ambientes.

3. Eles conseguem ver imagens extremamente precisas. Detalhes da roupa, do rosto. Imagens em 8k.

4. Botão de pânico é um pequeno cartão, que fica no pescoço de cada professor, como um crachá. Se o botão for apertado sucessivamente, mais de 8 vezes, é o sinal de alerta máximo. Apertado três vezes, ocorrência corriqueira (saúde ou outro problema)

5. Fazem uso de um aplicativo, semelhante ao que a Defesa Civil usa para avisos de desastres climáticos, mas tem um chat de conversa também. Usam um sistema próprio de alerta que é acionado para todas as pessoas pelo aplicativo, se for necessário. Toda a rede de segurança e de educação está nos contatos.

6. 96% dos casos de uso do botão de pânico são para emergências de saúde. 4% para ataques.

7. Eles usam o botão de pânico para alertas com muita frequência.

8. Orienta fazer uma experiência simples: colocar o nome dos alunos da escola num mural e solicitar aos profissionais da escola que façam um x ao lado dos nomes dos quais eles lembram. Sempre vão sobrar 4 ou 5 alunos que ninguém conhece ou lembra. Esses estudantes são os que potencialmente apresentam problemas, seja de saúde mental, sofrimento de abusos ou até mesmo violência.

9. A maioria das denúncias chegam por pessoas conhecidas e na base da confiança.







#### 4.3.9 Visita à Heards Ferry Elementary School

Anexo à estrutura da Secretaria de Educação, está localizada uma grande escola de educação infantil. Pudemos observar a saída dos alunos, no fim das aulas. A escola é dotada de uma estrutura espetacular. Os alunos têm disponível todo o tipo de recurso para aprendizagem e lazer no ambiente. Após acompanhar o deslocamento dos alunos nos dirigimos a biblioteca, onde fizemos as seguintes anotações:

1. Assim como as demais escolas, esta também tem o mesmo sistema de acesso controlado.

2. Pais só têm permissão para entrar na escola trazendo os filhos, mesmo os pequenos, nos primeiros dias de adaptação. A partir daí, deixam as crianças na porta. As crianças são pequenas, mas não há creches, atendimentos a bebês.

3. Na saída dos alunos, assim como na entrada, são liberados turma por turma, aos poucos.

4. O estado investe fortemente na educação básica e secundária, por isso não financia o nível superior.

5. Todos os professores têm acesso ao botão do pânico.

6. Toda a escola tem escritos e dizeres que valorizam a cultura da paz e o respeito.

7. Há uma máquina de livros disponível no corredor onde o aluno que tem bom desempenho recebe uma espécie de moeda e, com ela, pode adquirir os livros da máquina, como uma forma de prêmio.

8. 50% dos alunos dessa unidade utilizam transporte público, os demais são levados pelos pais.

9. As crianças não usam uniformes.

10. O acesso ao pátio da escola também é monitorado com câmeras que fazem a leitura de todas as placas dos veículos que acessam a unidade.

11. A filosofia do SRO é a mesma: de aproximação máxima para que as crianças venham a nutrir confiança no policial desde muito jovens.

12. Professores têm extrema sensação de segurança nesse ambiente.

13. Estão convencidos que o problema de violência nas escolas se tornou uma epidemia global e todos temos que trabalhar em cooperação para eliminá-la.

Ao final da visita, nosso anfitrião igualmente presenteou a todos os membros da delegação com uma medalha da polícia local, deixando seus contatos ao nosso dispor em caso de dúvidas futuras.







Durante a Missão, os membros tiveram acesso a uma campanha publicitária sobre a violência nas escolas, disponível do canal de Youtube da Sandy Hook Promise. O vídeo ressalta a importância de estarmos atentos aos alunos que imperceptivelmente demonstram sinais de exclusão e afastamento social, interesse por armas e que sofrem *bullying*, e que tantas vezes passam despercebidos. A campanha pode ser acessada através do link <https://www.youtube.com/watch?v=71CQkjuTKLs>.





Integria



# 5. Contribuições Externas

Durante as atividades do INTEGRA, foi constatado que diversos órgãos e entidades já vêm executando estudos e ações que visam trazer mais segurança às escolas e cultivar um ambiente de paz.

Dentre eles, cita-se o projeto desenvolvido pelo Instituto Pe. Wilson Groh (IVG), intitulado “Cultivando Paz na Educação”, uma articulação entre o IVG, Juízes e Juízas pela Democracia e agentes da justiça, da educação, da assistência social e da sociedade civil. O Cultivando a Paz na Educação tem como missão fortalecer a cultura e o ambiente educacional, promovendo uma sociedade mais pacífica, justa e inclusiva, onde a violência seja reduzida e os direitos das crianças e dos jovens sejam protegidos e valorizados.

Nesse mesmo sentido, a Diretoria-Geral da ALESC conseguiu intermediar a participação dos membros do INTEGRA em uma apresentação virtual oferecida pelo Centro Nacional de Avaliação de Ameaças (NTAC) do Serviço Secreto dos EUA, intitulada **“Melhorando a segurança escolar usando avaliação de ameaças comportamentais”**.

Durante a apresentação, cientistas sociais da NTAC discutiram sobre os antecedentes, pensamento e comportamentos dos agressores escolares no contexto americano, e evidenciaram como algumas escolas descobriram e impediram conspirações antes da ocorrência da violência. Ainda, foram destacadas publicações com resultados de pesquisas referentes a ataques escolares nos EUA, os quais podem ser acessados através do endereço: <https://www.secretservice.gov/protection/ntac>. Os exemplos destacados durante a apresentação foram:

- *ENHANCING SCHOOL SAFETY USING A THREAT ASSESSMENT MODEL: An Operational Guide for Preventing Targeted School Violence;*

- *PROTECTING AMERICA'S SCHOOLS: a U.S. Secret Service analysis of targeted school violence;*

- *AVERTING TARGETED SCHOOL VIOLENCE: A U.S. Secret Service Analysis of Plots Against schools.*

Ainda, a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe) disponibilizou uma cartilha instrutiva com orientações para a segurança nos Colégios e Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES). O material foi produzido por 14 instituições de ensino superior (IES) em resposta aos atentados ocorridos nas escolas de Santa Catarina. Composta por 37 recomendações elaboradas por professores, mestres e doutores, além de engenheiros de segurança e especialistas na área, a cartilha é um primeiro passo na busca por padronizar e incrementar os protocolos de segurança das IES Comunitárias e seus Colégios no estado de Santa Catarina. A cartilha pode ser acessada no próprio site da Acafe (<https://acafe.org.br/site/>).

Já, a Câmara de Vereadores de Joinville, por meio da Resolução nº 104 de 20/04/2023 instituiu a Comissão Especial de Segurança nas Escolas, composta por cinco vereadores. A Comissão realizou visitas in loco às 164 unidades de ensino que fazem parte do Município de Joinville, a fim de caracterizar essas estruturas e assim, traçar medidas efetivas de combate à violência escolar. Nesse trabalho de vistoria, foram produzidas mais de 7.000 fotografias, proporcionando um vasto material devidamente analisado em relatório. O relatório conclusivo contendo as propostas de ações prioritárias a fim de atender aos anseios da sociedade foi disponibilizado à Alesc.

Por fim, a nível de Governo Federal, foi instituído o Grupo de Trabalho Interministerial de Prevenção e Enfrentamento da Violência nas Escolas por meio do Decreto n. 11.469, de 5 de abril de 2023, com o intuito de propor políticas de prevenção e enfrentamento da violência nas escolas. O GTI foi composto por representantes do Ministérios da Educação; da Justiça e Segurança Pública; dos Direitos Humanos e da Cidadania; da Saúde; da Cultura; e do Esporte; bem como a Secretaria de Comunicação e a Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência da República.

O Relatório Final apresentado, intitulado “ATAQUES ÀS ESCOLAS NO BRASIL: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental”, apresenta discussões baseadas em pesquisas científicas sobre extremismo e violência contra as escolas, aponta as possíveis causas dos ataques às escolas e propõe políticas de enfrentamento ao problema. O arquivo do Relatório pode ser acessado por meio do site do Ministério da Educação (<https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/grupos-de-trabalho/prevencao-e-enfrentamento-da-violencia-nas-escolas/resultados/relatorio-ataque-escolas-brasil.pdf>)







# Integrar

# 6. Proposições Legislativas

O INTEGRA Escolar permitiu a colaboração interorganizacional das principais instituições do estado de Santa Catarina. Após mais de 90 dias de trabalho diversas metas e produtos foram elaborados, com o intuito de avançar na resolução da problemática que envolve a segurança escolar.

Além disso, foram pensadas proposições legislativas que visam normatizar e oferecer amparo jurídico para a efetivação do extenso trabalho efetuado pelos membros dos GTs.

## 6.1 COMITÊ PERMANENTE DE COMBATE À VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Projeto de Lei para instituir e regulamentar o Comitê Permanente de Operações Integradas de Segurança Escolar, vinculado à Alesc.

Com a representação permanente de representantes de entidades que participaram dos GTs e inclusão de entidades como Fiesc, Fecomércio e Facisc.

O Comitê se reunirá para avaliar os indicadores e propor novas ações sobre a temática.

## 6.2 OBSERVATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA SEGURANÇA ESCOLAR

Ato da Mesa que Institui e Regulamenta o Observatório de Acompanhamento da Segurança Escolar, instalado no âmbito da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc).



O Observatório será composto por servidores da Alesc com conhecimentos nas áreas de segurança, educação, jurídica, estatística, comunicação e tecnologia da informação e terão dentre as atribuições: analisar dados, elaborar relatórios, promover estudos, realizar debates e organizar eventos sobre segurança escolar, além de receber denúncias e sugestões da comunidade escolar, articulando com os órgãos competentes.

### **6.3 PLANO DE CONTINGÊNCIA EDUCACIONAL PARA AMEAÇAS GRAVES À VIDA**

Projeto de Lei que regulamenta a elaboração e implantação do Plano de Contingência Educacional para Ameaças Graves à Vida em todas as unidades de ensino, com o propósito de integrar as instituições para combater de forma eficaz a violência no ambiente escolar.

Composto por uma plataforma de coleta, armazenamento e análise de dados, incluindo mapeamento geoespacial para visualizar as áreas de maior incidência de violência, o plano deve estabelecer indicadores quantitativos e qualitativos para avaliar o número e gravidade dos incidentes de violência nas escolas.

### **6.4 SISTEMA EDUCACIONAL DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E GESTÃO PERMANENTE PARA AÇÕES DE COMBATE À VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS**

Projeto de Lei que cria o Sistema Estadual de Acompanhamento, Monitoramento e Gestão Permanente para Ações de Combate à Violência nas Escolas.

Trata-se de uma ação obrigatória para a preparação e gestão de possíveis ameaças graves à vida nas escolas, para elaboração e implementação por todas as unidades escolares, de todos os níveis e modalidades.

### **6.5 FÓRUM DAS LICENCIATURAS EM SANTA CATARINA**

Projeto de Lei que estabelece a criação do Fórum das Licenciaturas em Santa Catarina, com o objetivo de adequar a formação nas universidades às diretrizes educacionais do Currículo Base da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

O Fórum, composto por membros de universidades públicas e privadas, SED e outras entidades ligadas à educação, deve propor as diretrizes para adaptação dos cursos de licenciatura, promover debates e acompanhar a implementação das mudanças.

Uma das ações a serem propostas é a inclusão no currículo do componente obrigatório de Educação Política e Direitos do Cidadão.

### **6.6 CONVIVA**

Projeto de Lei para criação do CONVIVA, a política de convivência no ambiente escolar, que contém as seguintes características:

- Comitê presente em todas as escolas públicas e privadas com reuniões uma vez por mês e formado pelos gestores escolares, pais, professores e estudantes (aluno conselheiro);

- Cada sala de aula terá o aluno mediador como um multiplicador das boas ações entre os estudantes;

- Mentor de convivência eleito pelo corpo docente com 25 horas semanais, enquanto nas outras 15 horas segue a rotina pedagógica (sendo 10h em sala e 5h de hora-atividade);

- O Projeto Político-Pedagógico (PPP) de cada instituição de ensino será revisado anualmente pelo comitê.

## **6.7 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DE CONVIVÊNCIA**

Projeto de Lei que institui a Equipe Multidisciplinar para fazer a gestão do PlanCon Edu Agravi nas 36 Coordenadorias Regionais de Educação. A equipe deve ser composta por ao menos um psicólogo, um coordenador pedagógico, um assistente social, um professor de convivência e um gestor de segurança (policial da reserva remunerada). Projeta-se que a cada 10 unidades de ensino, a Coordenadoria Regional de Educação terá um gestor de segurança (policial da reserva remunerada) na estrutura.

## **6.8 PROGRAMA DO PROFESSOR**

Projeto de Lei que estabelece a criação do Programa Escola do Professor em Santa Catarina para criação de espaços para ofertar a todos os professores de Santa Catarina opções de cursos presenciais de formação pedagógica, além de opções de terapias ocupacionais, de psicologia e saúde mental.

Serão criadas duas unidades, uma na Grande Florianópolis, para atender a faixa litorânea, e outra na região de Chapecó, para atender os municípios da Oeste e Serra.

## **6.9 SECRETARIA ESPECIAL DE CIDADANIA E CULTURA DA PAZ**

Projeto de Lei que cria a Secretaria Especial de Cidadania e Cultura da Paz, vinculada diretamente ao gabinete do Governador, com atribuições que incluem: proteção das vítimas, superação das situações de conflito e violência, defesa dos direitos da cidadania, preservação dos direitos humanos e garantia das liberdades individuais e coletivas.

## **6.10 PROGRAMA "AGENTES DA PAZ"**

Projeto de Lei que cria o Programa "Agentes da Paz" na Secretaria Especial de Cidadania e Cultura da Paz, a fim de capacitar e envolver todos os cidadãos na promoção da cultura de paz, por meio de ações educativas.

Qualquer cidadão poderá participar, desde que cumpra os pré-requisitos: cadastro no hotsite, concluir curso online e atualização anual. O conteúdo será desenvolvido em parceria com instituições de ensino, organizações não-governamentais e profissionais especializados na área.

## **6.11 INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO NAS ESCOLAS**

Projeto de Lei que dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento nas escolas de forma obrigatória em todas as escolas públicas e privadas de Santa Catarina, ampliando a Lei nº 18.643/2023, que já previa nas escolas estaduais.

Os equipamentos serão instalados em ambientes de convivência, como corredores, acessos e refeitórios, com monitoramento integrado ao Centro de Inteligência da Polícia Militar, visando o aprimoramento das ações de monitoramento, prevenção e resposta.







# Integrar



# 7. Conclusões Finais

À medida que concluímos este extenso trabalho, fruto da colaboração e dedicação de diversos atores, somos recordados de que estamos unidos por algo que transcende fronteiras, convicções e origens: a busca por um ambiente onde nossas crianças possam prosperar sem temor.

As escolas deveriam ser locais repletos de risos, olhares curiosos, experiências criativas e aprendizado em sua plenitude. Entretanto, a realidade tem sido sombreada por atos impensáveis de violência que interrompem abruptamente essa promessa. Crianças inocentes e educadores dedicados foram vítimas dessa tristeza partilhada por todos nós, cujas marcas jamais serão apagadas.

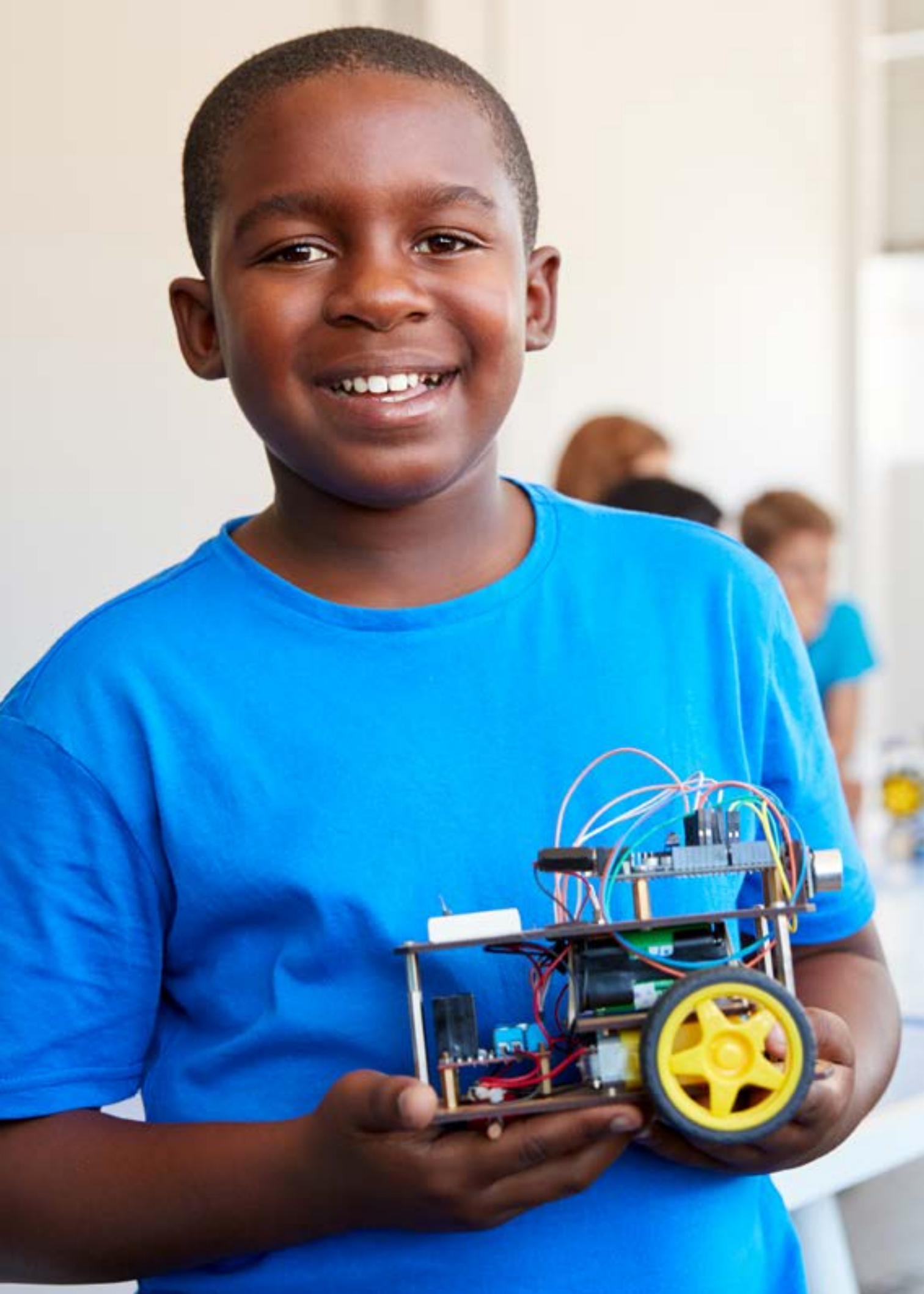
A implementação de medidas para fortalecer a segurança escolar não é meramente uma tarefa administrativa ou legislativa. É uma missão coletiva que envolve pais, família, educadores, psicólogos, comunidade, educação, saúde, segurança pública e outros tantos órgãos e entidades, refletindo nossa determinação em proteger crianças e adolescentes, nossos futuros líderes, inovadores e cidadãos. Cada um de nós, independentemente da posição, tem um papel crucial nessa narrativa.

A responsabilidade de ação é de todos. A família precisa recuperar seu papel na formação de relacionamentos saudáveis, ensinando valores com amor e respeito ao próximo. Respeito esse que advém do entendimento de que a imposição de limites é essencial para a formação de seres humanos que sabem lidar com as adversidades da vida, que sabem reagir positivamente em situações frustrantes e que sabem viver harmonicamente em sociedade.

Enquanto sociedade, temos o compromisso de criar um ambiente onde a educação seja livre de ameaças, onde a aprendizagem seja segura e onde cada criança possa crescer com paz. Reconhecemos a necessidade de agir e de unir esforços para construir um espaço onde o medo seja substituído pela confiança, e onde a apreensão dê lugar à paz.

Esta jornada é árdua, desafiadora e contínua. Na verdade, ela apenas se inicia. Portanto, reafirmamos nosso compromisso de trabalhar juntos, de superar obstáculos e adversidades e de criar um mundo onde cada aluno possa se desenvolver plenamente, onde cada creche seja um berço de confiança. Ao fazer isso, não apenas honramos a memória daqueles que perdemos, mas também construímos um legado duradouro de segurança e paz para as gerações futuras, nutrindo o sonho de um amanhã onde as escolas representem verdadeiros alicerces de conhecimento, amor, respeito e paz.

Que todo este empenho se traduza em sensibilização e ação. Que nossos corações sejam tocados em um impulso inabalável para criar um futuro seguro para nossas crianças, um futuro que todos merecem ver e viver.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

